

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ISADORA PELEGRINI SILVA

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CELSO FURTADO

Porto Alegre

2020

ISADORA PELEGRINI SILVA

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CELSO FURTADO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Pelegriani, Isadora
A Teoria da Dependência de Celso Furtado / Isadora
Pelegriani. -- 2020.
116 f.
Orientador: Ronaldo Herrlein Jr..

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Teoria da Dependência. 2. Celso Furtado. 3.
subdesenvolvimento. 4. desenvolvimento. 5. América
Latina. I. Herrlein Jr., Ronaldo, orient. II. Título.

ISADORA PELEGRINI SILVA

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CELSO FURTADO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca
UFRGS

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pelo apoio, cuidado e, principalmente, paciência. Ao Ronaldo, meu orientador, pelas boas discussões, ensinamentos enriquecedores e por sempre ter incentivado e acreditado no meu trabalho. Aos professores Pedro Fonseca e Octavio Conceição, que deram importantes contribuições na banca de qualificação e se dispuseram a participar da banca examinadora. Ao professor Hermógenes Saviani, que aceitou o convite para integrar a banca examinadora. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, imprescindíveis para minha formação. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por fomentar financeiramente minha pesquisa. À secretaria do PPGE, cujo corpo técnico-administrativo é eficiente e prestativo. Ao Gabriel, pelo suporte emocional e companheirismo intelectual. Aos meus amigos de Uberlândia que compreenderam minha ausência, e aos que sempre estiveram presentes por Skype. Aos amigos que fiz em Porto Alegre, que tornaram os meses de inverno menos difíceis. À Deus.

Se eu vir aquela árvore como toda a gente a vê, não tenho nada a dizer sobre aquela árvore. Não vi aquela árvore. É quando a árvore desencadeia em mim uma série conexa de emoções que a vejo diferente e justa. E na proporção em que essas ideias e emoções forem aceitáveis a toda a gente, e não só individuais, a árvore será A Árvore.

Álvaro de Campos

Resumo

Esta dissertação busca investigar se existe uma Teoria da Dependência na obra teórica de Celso Furtado. A hipótese trabalhada foi que, em virtude de sua reorientação teórica durante a década de 1970, na qual o autor realiza um esforço intelectual para enfrentar questões a respeito da especificidade da condição de subdesenvolvimento e das relações de dependência, complementando e ampliando antigos conceitos e elaborando novos, de modo a englobar o conteúdo de diversas ciências sociais, originou-se uma Teoria da Dependência. Para verificar tal hipótese, foi realizada a opção metodológica de analisar e interpretar as obras do autor – contextualizando-as –, extrair os principais conceitos e identificar transformações em suas significações ao longo do tempo. No primeiro capítulo da dissertação, introdutório, situamos o debate atual a respeito da dependência nas obras de Celso Furtado. O segundo capítulo dedica-se à análise e interpretação das primeiras obras de Celso Furtado – *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, *Um projeto para o Brasil*, *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina*, *Dependencia externa y teoría económica* e *Análise do “Modelo” Brasileiro* – a respeito da gênese e consolidação do subdesenvolvimento. O terceiro capítulo é dedicado às obras do autor escritas durante a década de 1970, que traduzem a reorientação de seu pensamento e a incorporação e elaboração de diversos conceitos que conformam a construção de uma Teoria da Dependência. Para ilustrar essa reorientação teórica, foram priorizados os livros citados em sua autobiografia como derivados de seu esforço intelectual para compreender o mundo em sua totalidade – *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, *Prefácio a Nova Economia Política*, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* e *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. O quarto capítulo traz a sumarização da Teoria da Dependência do autor, de acordo com seu método histórico-estrutural, e a discussão a respeito da superação da condição de dependência e subdesenvolvimento, por meio da luta política no cenário internacional em busca do desenvolvimento endógeno. O último capítulo é destinado às considerações finais.

Palavras-chave: Teoria da Dependência, Celso Furtado, subdesenvolvimento, desenvolvimento, América Latina.

Abstract

This dissertation seeks to investigate whether there is a Dependency Theory in Celso Furtado's theoretical work. The hypothesis of the work was that, due to its theoretical reorientation during the 1970s, in which the author makes an intellectual effort to face questions about the specificity of the condition of underdevelopment and dependency relationships, complementing and expanding old concepts and elaborating new ones, in order to encompass the content of several social sciences, a Dependency Theory was originated. In order to verify this hypothesis, the methodology used was to analyze and interpret the author's works – contextualizing them –, extract the main concepts and identify transformations in their meanings over time. In the first chapter of the dissertation, introductory, we situate the current debate regarding dependence in the works of Celso Furtado. The second chapter is dedicated to the analysis and interpretation of Celso Furtado's first works – *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Um projeto para o Brasil, A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina, Dependência externa y teoría económica e Análise do “Modelo” Brasileiro* – regarding the genesis and consolidation of underdevelopment. The third chapter is dedicated to the author's works written during the 1970s, which translate the reorientation of his thinking and the incorporation and elaboration of several concepts that shape the construction of a Dependency Theory. To illustrate this theoretical reorientation, the books cited in his autobiography were prioritized as derived from his intellectual effort to understand the world in its “totality” – *O Mito do Desenvolvimento Econômico, Prefácio a Nova Economia Política, Criatividade e Dependência na Civilização Industrial e Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. The fourth chapter summarizes the author's Dependency Theory, according to his historical-structural method, and discusses overcoming the condition of dependence and underdevelopment, through the political struggle on the international stage in search of endogenous development. The last chapter is for final considerations.

Keywords: Dependency Theory, Celso Furtado, underdevelopment, development, Latin America.

Sumário

1	Introdução	8
2	Celso Furtado e o subdesenvolvimento	19
2.1	Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961).....	19
2.2	Teoria e política do desenvolvimento econômico (1ª edição, 1967).....	23
2.3	Um projeto para o Brasil (1968).....	25
2.4	A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina (1973).....	29
2.5	Dependencia externa y teoría económica (1971).....	34
2.6	Análise do “Modelo” Brasileiro (1972).....	43
3	Celso Furtado e a dependência	49
3.1	O Mito do Desenvolvimento Econômico (1974).....	50
3.2	Prefácio a Nova Economia Política (1976).....	59
3.3	Criatividade e Dependência na Civilização Industrial (1978).....	66
3.4	Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar (1980).....	75
3.5	A busca de uma visão global	83
4	Uma Teoria da Dependência.....	86
4.1	Esclarecimentos metodológicos.....	89
4.2	A Teoria da Dependência de Celso Furtado	91
4.3	A superação da dependência: um diálogo entre Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.....	96
5	Considerações Finais	103

1 Introdução

Nos anos 1950, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – tendo Raúl Prebisch e Celso Furtado como principais expoentes – realizava pesquisas acerca da economia latino-americana, questionando a concepção tradicional ricardiana das vantagens comparativas. Desta forma, elaboravam diagnósticos que destacavam a distribuição desigual dos frutos do progresso técnico entre o centro e a periferia do capitalismo e as perdas desta nos termos de intercâmbio. Mais do que um órgão das Nações Unidas (ONU), a CEPAL tornou-se uma escola de pensamento ao formular estudos a respeito das especificidades do capitalismo na região, como a heterogeneidade e o desemprego estruturais, ou a insuficiente capacidade própria de criação de progresso tecnológico; introduzindo, assim, o conceito de subdesenvolvimento.

A condição de subdesenvolvimento, conforme o pensamento cepalino, era oriunda da colonização mercantilista da América Latina e reproduzida devido aos interesses dos países centrais em preservar o modelo primário-exportador na periferia do sistema. Assim, ao analisar a industrialização latino-americana, que buscava replicar os padrões da industrialização dos países desenvolvidos, em resposta às restrições do comércio exterior, constataram a existência de um processo de substituição de importações na região (TAVARES, 2000a). Partindo desse diagnóstico, elaboraram diretrizes para sustentar uma dinâmica de expansão da economia latino-americana em um processo de industrialização progressiva. Deste modo, acreditava-se, a superação do subdesenvolvimento seria proporcionada por intermédio de uma política de industrialização realizada através da coalizão do Estado, da burocracia pública e dos capitalistas industriais (BIELCHOWSKY, 2000; RODRÍGUEZ, 2009). Ou seja, o desenvolvimento era visto como sinônimo de industrialização.

De acordo com Celso Furtado em sua obra autobiográfica (2014), desde o final de 1950 a CEPAL passava por uma fase de autocrítica, tendo em vista o esgotamento do processo de substituição de importações em vários países da América Latina, e sua insuficiência – devido aos mercados incipientes e problemas inflacionários – em outros. A compreensão de que a diversificação produtiva derivada da industrialização na periferia conduziria ao crescimento autossustentado foi abandonada, dando lugar às teses estagnacionistas. Ainda em 1965, Furtado publicava o artigo *Development and Stagnation in Latin America: a structuralist approach* (1965), em que desenvolvia um modelo estagnacionista, sustentando, *grosso modo*, que ao avançar no processo de substituição de importações no nível da indústria produtora de

equipamentos e bens duráveis de consumo, as economias periféricas incorreriam em um impasse provocado pela incompatibilidade entre a escala mínima eficiente para a produção nestas indústrias – bastante elevada –, bem como seu vultoso custo de investimentos, e o tamanho do mercado, tendo em vista os problemas da concentração de renda e insuficiência de mecanismos de financiamento. Dessa forma, a produção nessas indústrias seria realizada abaixo da escala mínima eficiente e com os preços finais elevados, o que corroeria a relação produto/capital, levando ao declínio da taxa de lucro e à tendência à estagnação¹ (COUTINHO, 2015; FURTADO, 1965).

Concomitantemente às crises que a América Latina enfrentava no final da década de 1950 e com a Revolução Cubana em 1959, inicia-se um movimento de “autoritarismos burocráticos” na região, com uma sequência de golpes militares no Cone Sul (BRESSER-PEREIRA, 2010; FIORI, 1995). Tal processo culminou na emergência da Teoria da Dependência, após a publicação do artigo seminal de Gunder Frank *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (1966) em 1966. Com uma abordagem similar, porém, declaradamente marxista – diferente de Frank, que alega não ser marxista (FRANK, 1991) – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra escrevem ensaios dependentistas também no mesmo período², empregando a metodologia e as categorias marxistas, a partir da versão pós-leninista da teoria do imperialismo e, não obstante, utilizando o conceito cepalino de subdesenvolvimento. Em uma crítica à CEPAL, o argumento geral é que, sob o modo de produção capitalista, não há alternativa aos países dependentes senão a reprodução e o aprofundamento do subdesenvolvimento; de modo que, para romper com tal padrão seria necessária a revolução socialista.

¹ Essa tese estagnacionista foi criticada por Maria da Conceição Tavares e José Serra no trabalho *Além da Estagnação* (2000), em seminário organizado pela FLACSO em 1970. Posteriormente, o próprio Furtado incorporou as críticas realizadas nesse estudo.

² Já em 1967, em seu exílio no Chile, Bambirra publicava sob o pseudônimo de Cléa Silva seu primeiro artigo de repercussão internacional, na *Monthly Review*, *Los Errores de la Teoría del “Foco”*, que criticava a visão voluntarista de revolução de Régis Debray, introduzindo no debate a necessidade da organização partidária e da análise da condição de dependência latino-americana (SILVA, 1967). Já em 1972, assinava em seu próprio nome *Integración monopolica mundial e industrialización: sus contradicciones*, artigo para a Revista Trimestral da CESO, Sociedad y Desarrollo, que investigava as relações de dependência na América Latina no capitalismo monopolista (BAMBIRRA, 1972). Marini, em 1967, publicava em conjunto com Olga Pellicer *Militarismo y desnuclearización en América Latina: el caso de Brasil*, em que examinavam os efeitos da dependência tecnológica no contexto de desnuclearização imposto à América Latina (MARINI; DE BRODY, 1967). No ano de 1969, o autor também publicava *Subdesarrollo y revolución en América Latina*, analisando a história econômica latino-americana e sua condição de dependência no cenário internacional, para propor vias de superação do subdesenvolvimento (MARINI, 1969). Por fim, Theotônio dos Santos, no mesmo período – 1968 –, publicava o livro *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, estudando as características dependentes do processo de industrialização na América Latina (DOS SANTOS, 1968).

Em 1967, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que na época trabalhavam no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES)³, publicaram, em documento interno da ONU (FIORI, 1995; PIRES, 2000), o que viria a se tornar a obra clássica *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1970). Também tecendo diversas críticas à escola cepalina, estes autores também formularam uma Teoria da Dependência, utilizando uma metodologia marcada pelo ecletismo teórico-metodológico, com aspectos da teoria do imperialismo de corte leninista, elementos desenvolvimentistas cepalinos e uma perspectiva weberiana da dialética (PIRES, 2000). Assim, cingindo-se apenas à interpretação do desenvolvimento da periferia sob o modo de produção capitalista, elaboraram a concepção de que o desenvolvimento possível seria dependente dos e associado aos países centrais, com heteronomia e concentração da renda.

Nessa conjuntura, a partir da década de 1970, Furtado passa por uma reorientação de seu pensamento, explicada por diversas circunstâncias. Cunha e Britto (2017) apontam como razões: o ceticismo da ciência econômica a respeito do estruturalismo latino-americano; o insucesso da industrialização da região – e do processo de substituição de importações – em proporcionar o desenvolvimento; a reação às críticas recebidas de autores dependentistas; o esforço intelectual motivado pela ascensão do monetarismo na América Latina; e, por fim e principalmente, o contato do autor com a literatura antropológica e a incorporação do tema da cultura em suas obras. Assim, sobretudo a partir de 1971, Celso Furtado começa a trazer em seus escritos, frequentemente, a questão da dependência (em suas múltiplas formas de manifestação, i.e., tecnológica, financeira, econômica e cultural) para explicar a situação latino-americana. Desta maneira, o debate em questão seria se o autor estaria adotando, em suas obras, “dependência” somente enquanto classe gramatical para dar sentido semântico e sintático às orações, ou enquanto categoria inserida num arcabouço teórico e metodológico. Ou seja, seria Celso Furtado um teórico da dependência?

Tavares (2000b), em ensaio realizado a respeito de Furtado, destaca que este, por incorporar em sua teoria do subdesenvolvimento a articulação entre os grupos e interesses externos e as elites internas, as formas de dominação internacional e, principalmente, a situação de dependência tecnológica, financeira e cultural dos países subdesenvolvidos, pode ser considerado como um teórico da dependência. Em suas palavras, “[...] da sua teoria do subdesenvolvimento desprende-se uma Teoria da Dependência, muito antes das versões

³ Organização das Nações Unidas ligada à CEPAL.

divergentes – e pretensamente mais acabadas – de Gunder Frank e de Cardoso e Faletto” (TAVARES, 2000b, p. 130).

É necessário, em primeiro momento, realizar um esforço para definir o que faz um teórico ser caracterizado como pertencente à, erroneamente chamada, “escola da dependência”. Os economistas suecos Blomström e Hettne (1990) que, de acordo com Dos Santos (2000), tornaram-se historiadores da Teoria da Dependência, sintetizam as ideias centrais que necessitam ser defendidas para que o autor se enquadre enquanto teórico desta “escola” de pensamento: o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma etapa dentro de um movimento evolucionista, e sim uma condição relacionada à expansão dos países industrializados, de modo que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento sejam expressões distintas do mesmo processo; além disso, a dependência não pode ser considerada apenas como um fenômeno externo, mas como derivada das relações de poder externas e internas, que se manifestam internamente nas estruturas sociais, ideológicas e políticas.

A partir disso, de acordo com Dos Santos (2000), os autores suecos distinguem quatro correntes da “escola da dependência”. Na primeira, estaria a autocrítica dos pensadores estruturalistas ligados à CEPAL, com os trabalhos de Oswaldo Sunkel, as obras maduras de Celso Furtado e o livro *Capitalismo periférico: crisis y transformación* de Raúl Prebisch (1981). A segunda corrente seria a neo-marxista, fundamentada com as contribuições de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra. Na terceira, são colocados Cardoso e Faletto, dentro de uma corrente marxista mais ortodoxa. A última seria composta por André Gunder Frank, que não se enquadraria nas tradições marxista ortodoxa ou neo-marxista. Theotônio dos Santos afirma que “[...] esta é, entre várias propostas, a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência” (DOS SANTOS, 2000, p. 20).

Entretanto, é necessário ressaltar que Blomström e Hettne (1990) não procuram construir classificações entre “correntes” de teóricos dependentistas⁴. O objetivo dos autores é somente traçar características comuns a uma “escola” latino-americana da dependência, enfatizando a existência de debates e divergências entre os teóricos e sublinhando a pluralidade de concepções dependentistas. Cabe sublinhar que a identificação de diferenças metodológicas

⁴ Ao final do livro, os autores realmente constroem uma classificação de quatro vertentes, porém, estão se referindo a quatro correntes da teoria do desenvolvimento que se desprenderam da teoria da dependência e por isso, de acordo com os autores, vão além da última: “A juzgar por el actual debate de la teoría del desarrollo, la caída de la escuela de la dependencia ha dejado un delicado vacío teórico. Por lo general, los críticos tienen menos éxito al señalar *nuevas* direcciones teóricas. En este capítulo intentamos identificar las cuatro principales corrientes alternativas a la escuela de la dependencia, a partir de las diferentes reacciones al desafío de los *dependentistas*.” (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990, p. 207, grifo dos autores).

entre as diversas abordagens da dependência permite constatar que não se trata de uma escola ou paradigma. Há traços (elementos) comuns que podem definir uma abordagem como dependentista, mas as matrizes e escolas teóricas que compartilham esse campo ou essa abordagem são distintos.

Palma (1978), Fiori (1995) e Bresser-Pereira (2010) trabalham com uma classificação semelhante à de Dos Santos. Argumentam acerca da existência de três correntes da Teoria da Dependência. A primeira coloca o caráter dependente das economias latino-americanas como ponto central para a compreensão do processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Frank, Marini, Dos Santos, Bambirra, Caputo e Pizarro estão listados nesta corrente. A segunda vertente é composta por Cardoso e Faletto que, de acordo com Palma (1978), não busca desenvolver uma teoria mecânico-formal, e sim construir uma metodologia para analisar situações concretas de dependência. Há ainda uma terceira corrente da Teoria da Dependência derivada das concepções de Osvaldo Sunkel e, principalmente, de Celso Furtado. Estes procuravam reformular as análises da CEPAL a respeito do desenvolvimento da América Latina – adotando uma perspectiva que acabou rompendo com várias das antigas teses da instituição – destacando os obstáculos ao desenvolvimento nacional(ista). Sem utilizar o arcabouço metodológico marxista, partiam de uma concepção ontológica de desenvolvimento para argumentar que, através da conquista de autonomia e da alteração do quadro de poder internacional, seria possível lograr a superação da dependência e do subdesenvolvimento.

Defrontando-se com as abordagens que procuram estabelecer classificações, Frank (1991) resenha cinco livros,⁵ que catalogam os teóricos do subdesenvolvimento/desenvolvimento latino-americano, sintetizando as classificações desses autores num quadro que divide os teóricos nas categorias de modernização, estruturalismo e dependência, sendo essa última dividida entre marxista, não marxista, neo-marxista e reformista. Celso Furtado apenas aparece no quadro como estruturalista, não sendo listado enquanto teórico da dependência. A partir desse quadro, Frank faz uma crítica a respeito desta rotulagem e enquadramento dos autores, argumentando que as categorias obscurecem a análise mais do que esclarecem, dizendo mais sobre o próprio autor que está classificando do que sobre os teóricos classificados.

Nesse sentido, esta dissertação procura contribuir para esse debate e investigar o tratamento da categoria “dependência” na obra de Celso Furtado, para responder às seguintes

⁵ Hettne, *Development Theory and the Three Worlds* (1990); Hunt, *Economic Theories of Development* (1989); Kay, *Latin American Theories of Development and Underdevelopment* (1989); Larraín, *Theories of Development* (1989); Lehmann, *Democracy and Development in Latin America* (1990).

perguntas: por que Celso Furtado passa a incorporar a dependência em sua análise da América Latina? Celso Furtado possui uma Teoria da Dependência? Caso Celso Furtado tenha formulado uma Teoria da Dependência, esta constitui uma “vertente”? E mais especificamente: é possível classificar os teóricos da dependência em “vertentes”?

Isto posto, é necessário colocar que uma averiguação a respeito da existência (ou não) de uma *Teoria* da Dependência nos trabalhos maduros de Celso Furtado é de grande contribuição para futuros estudos da história do pensamento econômico latino-americano, uma vez que, conforme supracitado, vários autores realizam classificações em que o pensador se encontra enquanto teórico da dependência, enquanto outros sequer citam Furtado nesse sentido. Além disso, tal averiguação permite compreender a natureza das transformações teóricas do autor e a finalidade da incorporação de novos conceitos e da mudança ou ampliação do significado de outros. Dessa forma, a partir da pesquisa acerca da reorientação teórica do autor, é possível apreender a interpretação de Furtado a respeito da inserção da América Latina no capitalismo internacional e da estrutura de poder interna que reproduz e aprofunda tal inserção, compreendendo a fundo o problema do subdesenvolvimento.

Deste modo, este trabalho propõe uma hipótese inicial: a de que Celso Furtado elaborou uma Teoria da Dependência. Tal hipótese deriva do fato de que Furtado, durante a década de 1970, passou a identificar as relações entre as classes dominantes e as classes subalternas dos países periféricos como fatores explicativos para a perpetuação da condição latino-americana de subdesenvolvimento e dependência, abandonando a concepção de que o subdesenvolvimento era construído apenas “de fora para dentro” – ou seja, imposto, apenas pelos países centrais, por meio da divisão internacional do trabalho – e incorporando a noção de que as relações de poder em nível nacional e internacional provocam o processo de modernização dos padrões de consumo, por intermédio da dependência cultural. Em outras palavras, Celso Furtado passa de afirmar que “consideraremos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento” (FURTADO, 1975a, p. 8)⁶, para declarar que “o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência” (FURTADO, 1974, p. 87)⁷. A validade dessa hipótese será testada durante a elaboração desta dissertação. Contudo, há um fato interessante que gostaríamos de destacar.

⁶ Em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, publicado pela primeira vez em 1973, que reúne ensaios escritos pelo autor entre os anos 1964 e 1968.

⁷ Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, publicado pela primeira vez em 1974, que condensa trabalhos escritos pelo autor entre os anos 1972 e 1974.

Em 1964, Celso Furtado propõe a organização de um seminário no ILPES com o objetivo de promover um debate, a partir da releitura crítica dos textos clássicos da CEPAL, e entender a tendência de estagnação da América Latina. As reuniões começaram no dia 3 de junho de 1964 e eram em Santiago, nas quartas-feiras. Participavam economistas e sociólogos, entre eles Cristóbal Lara, Eric Calagno, Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Cibotti, Norberto Gonzáles, Benjamin Hopenhayn, Carlos Matus, Gonzalo Martiner, José Medina Echevarría, Julio Melnick, Luis Ratinoff, Osvaldo Sunkel, Pedro Vuscovic e Francisco Weffort (FURTADO, 2014). Furtado destaca que “estava longe de ser um seminário acadêmico, pois ninguém fazia jogo pessoal, marcando cartas, preservando suas ideias supostamente mais originais para publicações pessoais” (FURTADO, 2014, p. 469). Em sua obra autobiográfica, Furtado destaca várias vezes a importância dos sociólogos para o debate no seminário, acentuando as contribuições de Fernando Henrique Cardoso:

A contribuição dos sociólogos consistia principalmente em ampliar o horizonte do debate. Todos insistiam em que a problemática do desenvolvimento colocava questões que sobrepassavam os limites da análise econômica. Fernando Henrique Cardoso avançara suficientemente na matéria para afirmar que, “pelo momento, não me parece que o procedimento analítico constitua o modo mais adequado para responder à pergunta fundamental acerca da possibilidade de desenvolvimento”. A seu ver, convinha recuar para o nível dos estudos monográficos, vale dizer, para o nosso ponto de partida quinze anos atrás. Às questões que eu levantara ele acrescentara outras: “que grupos (setores empresariais, novas classes médias, setores operários) impulsionam o desenvolvimento, e a partir de que condições concretas de interação política e social o fazem?” (FURTADO, 2014, p. 473).

O trecho acima ilustra a preocupação em realizar a discussão incorporando o enfoque sociológico para compreender o modo como as relações entre os empresários, as classes médias e os trabalhadores interferem no desenvolvimento ou na reprodução do subdesenvolvimento. A pergunta colocada por Fernando Henrique Cardoso, a respeito da interação entre grupos e classes no plano interno, é essencial para a construção de uma abordagem dependentista, uma vez que estabelece um outro ponto de partida para a pesquisa do subdesenvolvimento. O pensamento clássico cepalino da década de 1960 entendia as características internas como reflexo do exterior. Ao inverter o ponto de partida da análise, foi possível perceber que a estrutura interna de dominação permite o estabelecimento de uma relação específica – e singular para cada país dependente – com o exterior.

A partir desses debates, Furtado (2014) reconhece a necessidade de investigar a América Latina através do estudo dessa articulação interno-externa, a partir de um enfoque interdisciplinar entre as ciências sociais que conferisse preponderância à análise dos processos históricos. Furtado cita as contribuições de José Medina Echevarría no debate para esclarecer o impasse do pensamento latino-americano na época e narrar o que deveria ser feito a respeito:

José Medina era quem mais insistia em que se devia ampliar o quadro da discussão. Precisávamos de uma revolução no plano do pensamento, dizia ele, similar à que promoveu F. List na metade do século XIX. List havia postulado a criação de uma “teoria do desenvolvimento” que fosse distinta da que conduzia à política preconizada pela Inglaterra, então apresentada como modelo exemplar. “Queiramos ou não”, observava Medina, “utilizamos o pensamento econômico dos países plenamente desenvolvidos, sofremos portanto uma forma de imperialismo”. Era a “dependência cultural”, de que temos consciência mas da qual permanecemos prisioneiros. Mais ainda, ele insistia em que a crise do modelo da Cepal não era o mais importante. Não se podia ignorar que enfrentávamos uma crise da economia como ciência (reflexo daquele imperialismo) e que necessitávamos nos descolonizar mentalmente. Porque imaginávamos que tudo seria feito por via democrática, enfatizava ele, esquecemos de elaborar um modelo das transformações políticas. A dimensão histórica estava sendo negligenciada, o que explicava a ausência de progresso nos anos recentes no plano das ideias políticas. (FURTADO, 2014, p. 474)

Era necessária, portanto, uma revolução no plano do pensamento latino-americano para descolonizar as concepções anteriores de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A ênfase no estudo da história era colocada em tom de crítica ao economicismo cepalino. Furtado reconhece a importância desses debates para o surgimento de uma nova perspectiva da situação latino-americana:

Dessa forma, a visão da realidade latino-americana que emergia de nossos debates em Santiago, em 1964, apontava na direção do reconhecimento da perda de autonomia de decisão. Cardoso tinha razão quando falava de “revolução industrial de novo tipo”, a qual conduzia não à autonomia de decisões, mas a formas mais complexas de dependência. Se essa perda de autonomia desembocasse em estagnação econômica – o que parecia haver ocorrido em alguns países latino-americanos –, devíamos indagar de que forma seria possível sair dessa armadilha. (FURTADO, 2014, p. 476).

Enzo Faletto, em entrevista concedida em 1998 para José Marcio Rego, também disserta sobre esse seminário e sobre a necessidade de um debate interdisciplinar:

Um seminário importante, que em parte é também origem do livro *Dependência...*⁸, foi o que se realizou na Cepal e do qual participaram Celso Furtado, Don José, Aníbal Pinto, que foi também outro personagem muito importante, e vários economistas mais, sobre o tema – algo que depois pareceu absurdo – da estagnação na América Latina. Comparando com a década de 1980, falar de estagnação nesses anos não tinha muito sentido, quando as taxas de crescimento eram de pelo menos 3% ou 4%. [...] Continuamos trabalhando sobre os temas anteriores, mas já aí surgia a necessidade de nos preocuparmos com uma perspectiva sociológica para explicar esse fenômeno, uma vez que o ponto de vista estritamente econômico não podia fornecer explicações. Todas as condições econômicas para um desenvolvimento autossustentado pareciam estar dadas, portanto a questão era analisar por que esse desenvolvimento autossustentado apresentava tal tendência à estagnação, sobretudo nos setores que iniciaram o processo de desenvolvimento. Surgiu então a necessidade de uma preocupação com a perspectiva sociológica dos problemas de desenvolvimento na América Latina, o que se articulou, digamos, com a necessidade de combinar o enfoque econômico com o enfoque sociológico, e com uma perspectiva não conjuntural, mas histórica, mais estrutural. (REGO, 2007, p. 200–201).

As discussões realizadas neste seminário, conforme afirma Faletto e até mesmo Cardoso⁹, foram frutíferas o bastante para inspirar a obra clássica dos dois sociólogos. Isto é, a

⁸ *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970).

⁹ Em entrevista concedida em 2013 para Marcos Antônio Beal, Cardoso afirma “Eu assisti a um seminário com os dois (Celso Furtado e Raúl Prebisch), coisa de um mês ou dois, e foi daí que nasceu *Desenvolvimento e*

partir das discussões realizadas em 1964, emergiu a Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

Celso Furtado também passa a considerar a situação de dependência. No livro *Um projeto para o Brasil*, de 1968, o autor passa a estudar a transnacionalização como fenômeno engendrado pelas transformações no capitalismo internacional, de maneira semelhante ao que viria ser elaborado em 1969 por Cardoso e Faletto sob o conceito de *internacionalização do mercado interno*. Assim, em 1968, Furtado já colocava em pauta a perda de autonomia dos Estados nacionais latino-americanos, em vista da transferência dos centros de decisão destes para os grupos que controlam as matrizes das transnacionais. Nesse período, Furtado trazia a dependência como antônimo de autonomia; ou seja, a dependência ainda não era a categoria central específica comum às diversas Teorias da Dependência.

No entanto, em 1974, com a publicação do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor passa a incorporar em seu pensamento o conteúdo antropológico, elaborando a categoria “dependência cultural”, que contém em si as articulações necessárias para a formulação de uma Teoria da Dependência: a relação interna de dominação de classe e concentração da renda e a vinculação específica interno-externa de dominação cultural, manifestada pela modernização dos padrões de consumo das elites dos países dependentes. Assim, o autor rompe com a concepção cepalina que entendia que as características internas dos países subdesenvolvidos eram determinadas, ou fortemente condicionadas, por fatores exógenos.

Em 1976, quando publica o *Prefácio a Nova Economia Política*, o autor aprofunda suas críticas ao mainstream e procura estabelecer um diálogo com os pensadores latino-americanos marxistas, sobretudo aqueles que elaboraram alguma Teoria da Dependência. Busca, com a obra, iniciar a construção de uma série de conceitos comuns a uma teoria social global, que unificaria os diversos campos das ciências sociais em uma abordagem interdisciplinar. Tais conceitos passaram a ser utilizados pelo autor em suas obras posteriores: o de dependência era um deles, com os mesmos atributos explicativos lançados em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Já em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, de 1978, o autor realiza, de fato, uma revolução no plano do pensamento a partir da crítica à ciência e à racionalidade instrumental que a governa. Introduzindo, assim, a categoria “criatividade”, avança para a ampliação do conceito de desenvolvimento, que passa a incorporar não só o debate acerca das transformações estruturais e das inovações técnicas, mas também uma

Dependência, das discussões que nós tivemos lá. Estava o Enzo Faletto, o Osvaldo Sunkel, uma vez foi o Aníbal Pinto, o Weffort foi assistente lá” (BEAL, 2016, p. 237).

discussão a respeito da metamorfose emancipatória do próprio homem, enquanto sujeito inserido no espaço e no tempo e dotado de uma cultura singular e heterogênea.

Os relatos que Furtado escreveu a respeito do seminário que ocorreu em 1964 foram publicados pela primeira vez em 1991 no livro *Os Ares do Mundo*. Devido ao espaço de aproximadamente três décadas, devem ser tomados mais como a memória das questões que mais marcaram o autor do que como relatos incontestáveis de fatos consistentes cronologicamente. Por esse motivo, traduzem exatamente o que foi esclarecido nos parágrafos anteriores. O autor escolheu narrar questões específicas que foram levadas ao debate e, coincidentemente, tais questões ilustram a trajetória do autor. O arco de seu pensamento passou precisamente pela consideração da perda de autonomia das sociedades da periferia, a identificação das suas estruturas internas de dominação e a especificidade dos vínculos estabelecidos com o exterior, o reconhecimento da situação de dependência cultural, a crítica à ciência econômica e a construção de uma visão global e interdisciplinar e, por fim, a crítica à ciência em si e a revolução no plano do pensamento.

Tendo em vista o que foi exposto, esta dissertação possui o objetivo geral de verificar se Celso Furtado possui uma Teoria da Dependência, tendo em vista sua mudança de orientação e perspectivas – a partir da década de 1970 – acerca do subdesenvolvimento da América Latina. Para isso, é fundamental, em primeiro momento, compreender os conceitos de “subdesenvolvimento” e de “dependência” para Celso Furtado, identificando as obras em que estes aparecem e qual a definição dada pelo autor para estes conceitos em cada obra, detectando as mudanças e verificando as datas em que elas ocorrem. Além disso, é necessário identificar se o tratamento que o autor realiza acerca da dependência, nas suas obras, pode ser considerado uma teoria, ou seja, verificar se Furtado, através do conceito de dependência, elabora uma lógica que resulte na interpretação e compreensão do processo histórico do subdesenvolvimento da América Latina, colocando o conceito da dependência como eixo central em sua análise e partindo do mesmo como fundamento para a compreensão dos fenômenos que manifestam os problemas estruturais latino-americanos.

Ademais, faz-se necessário realizar uma discussão a respeito do desenvolvimento, ou da superação da condição de dependência, para Celso Furtado e debater o modo como tal definição peculiar de desenvolvimento é um ponto crucial que distingue sua Teoria da Dependência das demais. Tal discussão será realizada por meio da comparação entre as perspectivas metodológicas da abordagem dependentista de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e, em contraste, as de Celso Furtado: de um lado, o marxismo restrito e sua compreensão do desenvolvimento dependente e associado; de outro o método histórico-

estrutural e sua concepção de desenvolvimento endógeno. Por fim, é conveniente indagar até que ponto podemos classificar as diversas Teorias da Dependência como “correntes” ou “vertentes” de um pensamento.

Assim, o próximo capítulo da dissertação dedica-se à análise e interpretação das primeiras obras de Celso Furtado a respeito da gênese e consolidação do subdesenvolvimento. O terceiro capítulo é dedicado às obras do autor escritas durante a década de 1970, que traduzem a reorientação de seu pensamento e a incorporação e elaboração de diversos conceitos que conformam a construção de uma Teoria da Dependência. O quarto capítulo traz a sumarização da Teoria da Dependência do autor, de acordo com seu método histórico-estrutural, e a discussão a respeito da superação da condição de dependência e subdesenvolvimento, por meio da luta política no cenário internacional em busca do desenvolvimento endógeno. O último capítulo é destinado às considerações finais.

2 Celso Furtado e o subdesenvolvimento

Este capítulo busca sistematizar cronologicamente o pensamento de Celso Furtado a respeito do subdesenvolvimento ao longo de sete obras. Na primeira, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) e segunda, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) – em sua primeira publicação –, é introduzido o marco inicial de seu pensamento sob a visão básica da CEPAL. As posteriores, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Um projeto para o Brasil* (1968) e *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina* (1973), apresentam o aprofundamento de suas ponderações teóricas a respeito do subdesenvolvimento, trazendo com mais ênfase o tema da dissociação entre os centros de decisões estratégicas das economias latino-americanas e seus Estados nacionais. As últimas, *Dependencia externa y teoría económica* (1971), fragmentos da quarta edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1971) e *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972) demarcam o período em que o autor iniciou um estudo que direciona a mudança de compreensão da categoria “dependência” em sua interpretação concernente à América Latina.¹⁰

2.1 Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961)

O livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009), publicado pela primeira vez em 1961, reúne trabalhos elaborados por Celso Furtado durante aproximadamente dez anos (AGUIAR, 2009), compreendendo parte do período em que o pensador trabalhava na Cepal, o ano que passou no King’s College na Universidade de Cambridge e seu retorno para o Brasil. Neste livro, Furtado faz um apanhado das condições econômicas e históricas que levaram ao desenvolvimento das primeiras sociedades que atingiram o estágio do capitalismo industrial e realiza uma crítica aos modelos de desenvolvimento que, a partir dessas economias, derivam um mecanismo universal pela qual todas as outras também alcancem o desenvolvimento. A partir disso, argumenta a respeito de uma “dualidade óbvia” (FURTADO, 2009, p. 159) entre as situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que esta última admite problemas e soluções distintas para suas estruturas econômicas.

¹⁰ As datas dos livros citados referem-se à primeira publicação, excetuado o livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, cujas edições foram todas lidas e comparadas. A primeira edição foi utilizada na seção 2.2. Já na seção 2.5, o capítulo utilizado da edição de 1983 da coleção “Os Economistas” se encontrava idêntico ao da quarta edição de 1971, no qual aparece pela primeira vez.

Com a finalidade de publicar um trabalho de teor “mais ‘acadêmico” (FURTADO, 1979 apud AGUIAR, 2009, p. 13) “apresentado pela óptica de um economista de país subdesenvolvido” (FURTADO, 1963 apud AGUIAR, 2009, p. 13)¹¹, Furtado (1982, apud AGUIAR, 2009, p. 13–14) afirma que desde o início procurava caracterizar o subdesenvolvimento enquanto estrutura que tende a se reproduzir, uma vez que sua tendência havia sido “privilegiar o lado da demanda na análise do processo de desenvolvimento”, buscando conectar seu perfil, a distribuição da renda e o coeficiente de capital integrado na tecnologia importada para desenvolver uma teoria do subdesenvolvimento¹².

Furtado (2009) caracteriza a difusão do núcleo industrial inglês em três direções distintas: inicialmente, no interior da própria Europa ocidental, por meio do desmonte das estruturas artesanais – que o autor chama de economias pré-capitalistas – e incorporação do trabalho nos centros industriais, criando um excedente inicial de oferta de mão-de-obra que foi se ocupando aos poucos e exigindo uma intensificação da tecnologia poupadora de trabalho. Posteriormente, houve a expansão do capitalismo industrial em direção às regiões com atributos naturais semelhantes aos europeus – Austrália e América do Norte –; regiões essas que, devido às técnicas e hábitos de consumo trazidos pelas populações europeias que viriam a residir ali, possuíam condições propícias para competir com seus produtos nos mercados da Europa. Por fim, a terceira linha de difusão da economia industrial europeia foi direcionada para as localidades que sofreram uma colonização de exploração e possuíam uma estrutura pré-capitalista.

De acordo com o autor, em algumas sociedades pré-capitalistas, os interesses das economias capitalistas limitavam-se a inaugurar novos fluxos de comércio, enquanto em outras foi incentivada a produção de matérias-primas necessárias para a ampliação da industrialização no exterior. Os efeitos dessa expansão foram distintos conforme as condições e processos históricos particulares de cada região, porém, em geral, “a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas” (FURTADO, 2009, p. 161). Além disso, é necessário se ter em conta que, para modificar essas estruturas, é necessário: i) aumentar a absorção de mão-de-obra local, que dificilmente era largamente ocupada e, inclusive, sofreu aumento vegetativo após a difusão de medidas de profilaxia sanitária desenvolvidas nas economias centrais, possibilitando a manutenção de um excedente estrutural de mão-de-obra; ii) elevar o nível do salário real médio, que possuía tendência de se manter em um nível um pouco maior que o necessário para a

¹¹ Furtado em cartas para Ademar Ribeiro Romeiro, de 1 de março de 1979 e para Maurice Byé, de 28 de junho de 1963, referindo-se ao livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009).

¹² Furtado em carta para Joseph Love, de 22 de dezembro de 1982.

subsistência da grande maioria da população, apenas para deslocar essas pessoas do setor de subsistência para o setor capitalista; e iii) aumentar o volume de impostos, que eram limitados pela isenção de impostos fornecida com o objetivo de atrair capital estrangeiro. Estes obstáculos dificultam a transformação das estruturas locais.

Conferindo maior atenção ao termo “estruturas híbridas”, é necessário esclarecer que, neste livro, Furtado identifica que o processo de expansão industrial europeu criou sociedades caracterizadas por um “dualismo estrutural” em que elementos das economias pré-capitalistas e das economias industriais europeias convivem e se misturam numa mesma estrutura social, política, econômica e cultural. Segundo ele, este fenômeno estabeleceria a condição do subdesenvolvimento. Isso se deve ao fato da massa de lucros oriunda da expansão da economia industrial no século XIX para países periféricos não se concentrar nestas regiões, revertendo para os países desenvolvidos. Assim, esse núcleo capitalista se encontrava integrado a uma economia arcaica de modo que esta não experimentava modificações estruturais em seu sistema econômico, ou seja, “não se dava o passo fundamental exigido para a criação de uma economia tipicamente capitalista” (FURTADO, 2009, p. 165).

É interessante notar que, no período, Furtado possuía uma noção de subdesenvolvimento intrincada com a de “dualismo estrutural”, este concebido, à época, como a convivência pacífica, em uma estrutura, de um setor pré-capitalista com outro tipicamente capitalista. Furtado deixaria isso ainda mais claro no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1968a), publicado pela primeira vez em 1966, durante a explanação de seu modelo estagnacionista – em que os novos setores surgidos através da industrialização substitutiva absorviam, gradativamente, a mão-de-obra oriunda do setor pré-capitalista:

Com respeito àqueles países *em que o setor pré-capitalista desapareceu* como reservatório de mão-de-obra e em que as taxas de salário passaram a fixar-se de acordo com as condições prevalentes em um mercado de trabalho basicamente unificado, cabe afirmar que *se cumpriu plenamente a transição para uma estrutura capitalista*. As economias desses países – a Argentina e o Uruguai constituem os dois únicos exemplos na América Latina – *não podem ser consideradas subdesenvolvidas*, sempre que o conceito de subdesenvolvimento esteja ligado à ideia de um dualismo estrutural. Eliminado esse dualismo, o mercado de trabalho já não se diferencia qualitativamente dos mercados dos demais fatores de produção. Em tais condições é de se esperar que os salários pagos na agricultura se aproximem daqueles pagos nas indústrias e serviços, tendendo a desaparecer a grande disparidade de condições de vida entre populações urbanas e rurais, que constitui a característica principal dos países tipicamente subdesenvolvidos. (FURTADO, 1968a, p. 69–70, grifo nosso).

Ou seja, uma vez desaparecendo o setor pré-capitalista através da completa absorção da mão-de-obra que nele atuava, a economia poderia ser considerada tipicamente capitalista. Por conseguinte, a estrutura não era mais “híbrida”, eliminando, portanto, o “dualismo estrutural”. Se o “dualismo estrutural” é o fenômeno que estabelece a condição de subdesenvolvimento, e

se “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento” são categorias que representam uma “dualidade óbvia” – no sentido de antítese metafísica, categorias que se excluem mutuamente –, então é possível dizer que entende-se por economia desenvolvida uma economia tipicamente capitalista. Mallorquin (2005, p. 128) entende o hibridismo no mesmo sentido quando afirma que “é possível vislumbrar uma concepção teleológica. A ilusão é projetada a partir do modelo europeu”.

Retornando ao raciocínio do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, é necessário ainda acrescentar que Furtado (2009) separa as estruturas subdesenvolvidas entre as de grau inferior e as mais complexas. De acordo com o autor, as estruturas subdesenvolvidas de grau inferior possuem a particularidade de abrigar a coexistência dos setores exportador e de subsistência, de modo que o primeiro consista no fator dinâmico da economia – principalmente por meio de seu impacto na massa de salários. Já as estruturas subdesenvolvidas mais complexas possuem, além dos outros dois setores, um núcleo industrial de produtos manufaturados de bens de consumo de assalariados relativamente dinâmico ligado ao mercado interno. Este núcleo surge a partir da necessidade de produzir internamente bens de consumo anteriormente importados para mitigar os problemas estruturais de balanço de pagamentos dessas regiões. Nessas sociedades, o elemento dinâmico continua sendo a demanda externa, porém, com o diferencial de possibilitar transformações estruturais baseadas na repercussão nos lucros e investimentos da indústria nacional da renda monetária ampliada pelas condições externas. Porém, com o avanço do setor exportador, aumenta-se a capacidade de importação, o que pode prejudicar o setor industrial. Como a capacidade de importação não é permanente, quando ela se retrai, esse núcleo entra em uma fase extremamente favorável.

Segundo o autor, quando o núcleo industrial se diversifica e, através da substituição de importações, consegue produzir internamente uma parcela dos bens de capital e bens intermediários necessários à sua formação bruta de capital fixo, a economia alcança “a etapa superior do subdesenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 170). O problema maior é o fato de o elemento dinâmico desse processo ser condicionado externamente. Isto é, as inovações tecnológicas são subordinadas aos padrões das economias centrais e as oportunidades de investimento e inovação mais vantajosas são aquelas compatíveis com os produtos e estruturas organizacionais dos países desenvolvidos. O resultado, então, acaba sendo uma transformação lenta da estrutura econômica e ocupacional, tendo em vista que esta não está ocorrendo através da absorção do setor de subsistência das economias subdesenvolvidas, e sim a partir da imitação das economias centrais. Assim, o subdesenvolvimento – importante destacar – não é uma etapa pela qual passam todas as sociedades, necessariamente, para lograr o desenvolvimento. É uma

situação particular produzida pela expansão do capitalismo internacional em espaços com estruturas econômicas arcaicas.

Mallorquin (2005) identifica um pensamento etapista em relação ao subdesenvolvimento nesta passagem do livro em especial, isto é, o capítulo dedicado aos *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*¹³. Ao citar a passagem em que Furtado (2009, p. 161) afirma que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”, o autor chama atenção para a escolha da palavra “grau”. Segundo Mallorquin (2005, p. 127), a opção por essa expressão, “apesar da insistente negação” de Furtado, sugere uma concepção etapista da história econômica, uma vez que “ao utilizar a ideia de ‘grau’ em relação às economias desenvolvidas, nosso autor indiretamente envolve sua pertinência em relação à economia subdesenvolvida”.

Ainda segundo o autor, o etapismo também se manifesta quando Furtado separa o subdesenvolvimento entre estruturas de grau inferior e estruturas complexas, se referindo às últimas como “*etapa superior do subdesenvolvimento*” (FURTADO, 2009, p. 170, grifo nosso). Mallorquin argumenta que

[...] se Furtado só mencionasse o subdesenvolvimento sob fases “simples” e “complexas”, as conotações etapistas do discurso poderiam ser limitadas; mas o aparecimento da noção de estruturas “superiores” derruba essa possibilidade teórica, porque, ao falar de algo “superior”, isso necessariamente implica uma relação e continuidade com algo “inferior”. (MALLORQUIN, 2005, p. 130).

2.2 Teoria e política do desenvolvimento econômico (1ª edição, 1967)

O livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1983) foi republicado várias vezes desde sua primeira edição em 1967, com diversas atualizações. A última atualização desta obra foi em 1979. O livro nasceu da reformulação do anterior, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009), acrescido de fragmentos que compunham a disciplina de teoria e política do desenvolvimento que Furtado ministrava na Sorbonne, em 1965. O economista decidiu publicá-lo por propósitos didáticos, tendo em vista a lacuna teórica que enxergava nos livros e modelagens sobre o desenvolvimento, que não logravam tratar da temática específica dos países subdesenvolvidos (AGUIAR, 2009, p. 15; FURTADO, 1983, p. 9).

A primeira edição traz um capítulo denominado *Desequilíbrio ao nível dos fatores* (FURTADO, 1967) que é muito importante para a argumentação que será realizada durante a

¹³ Na quinta edição do livro – a edição utilizada – publicada em 2009, o quarto capítulo, *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*, se encontra entre as páginas 147 e 172.

dissertação. Posteriormente esse capítulo foi atualizado e renomeado para *Características Estruturais do Subdesenvolvimento* (1983), com diversos fragmentos reescritos, incluindo o que trataremos a seguir.

Furtado (1967) inicia suas ponderações a respeito do subdesenvolvimento a partir da crítica ao *mainstream* da ciência econômica que considera como universal a situação do empresário que possui condições de optar entre diversas tecnologias que proporcionam múltiplas combinações ótimas de fatores de produção resultando, devido à mobilidade destes e à flexibilidade de seus coeficientes, em uma homogeneidade tecnológica entre departamentos produtivos. Refutando esse raciocínio, o autor argumenta que existem estruturas em que o empresário não consegue escolher a tecnologia a ser adotada porque esta é engendrada fora de seu sistema econômico. Ao adotar essa tecnologia, está também absorvendo uma função de produção cuja combinação pode não corresponder aos recursos disponíveis internamente, estabelecendo uma situação de desequilíbrio ao nível dos fatores.

Deste modo, o autor argumenta que as estruturas em que prevalecem a heterogeneidade tecnológica e o desequilíbrio ao nível dos fatores são estruturas subdesenvolvidas e requerem, para sua compreensão, uma formulação teórica distinta da convencional. O autor afirma:

Estabelecido que o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio ao nível dos fatores – o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena do capital e da mão-de-obra – infere-se que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas dualistas, constituídos de setores ou departamentos em que prevalecem critérios econômicos distintos. (FURTADO, 1967, p. 170)

Nota-se que, no trecho citado, o autor está dizendo que o subdesenvolvimento é o desequilíbrio ao nível dos fatores resultante da inadequação tecnológica. Portanto, identificando essas estruturas como “dualistas”, realiza uma divisão entre o departamento desenvolvido, que seria aquele em que já se difundiu a tecnologia moderna; e o departamento atrasado, em que prevalecem características pré-capitalistas. Sendo assim, o grau de subdesenvolvimento de uma economia seria estabelecido através da participação relativa do departamento atrasado no total, em relação ao departamento desenvolvido. Segundo Furtado, essa definição de subdesenvolvimento proposta fugiria das noções simplificadas assentadas apenas na magnitude da renda *per capita* ou na utilização dos recursos naturais e que seria adequada para explicar casos de países desenvolvidos como Austrália e Canadá, com recursos naturais subutilizados, e Nova Zelândia, que não desenvolveu plenamente uma indústria de bens de capital. Além disso, essa definição permitiria explicar as diferenças estruturais entre economias subdesenvolvidas como Uruguai e Venezuela, em que a última, apesar de possuir maior renda *per capita*, teria o grau de subdesenvolvimento mais elevado (FURTADO, 1967).

É interessante referenciar rapidamente as modificações que Furtado realiza na reescrita deste capítulo. Na versão definitiva de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Furtado trata a relação entre heterogeneidade estrutural/desequilíbrio ao nível dos fatores e o subdesenvolvimento de maneira distinta. Cabe mencionar que o autor aponta que “as causas iniciais da heterogeneidade estrutural são de natureza econômica, mas são fatores de ordem tecnológica que a aprofundam, dão-lhe permanência e fazem do subdesenvolvimento um processo fechado, que tende a autogerar-se” (FURTADO, 1983, p. 147), sendo possível identificar que o pensador passa a enxergar a heterogeneidade estrutural não como sinônimo ou causa do subdesenvolvimento, mas como processo que o aprofunda. Além disso, indica que “uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza cultural e política” (FURTADO, 1983, p. 148). Após essa última afirmação, o autor insere uma nota de rodapé que direciona o leitor para o Capítulo 18, chamado *Dependência Externa e Subdesenvolvimento* (FURTADO, 1983, p. 181–192), que será tratado com maior aprofundamento nas seções a seguir.

2.3 Um projeto para o Brasil (1968)

O livro *Um projeto para o Brasil* (1968b), publicado em 1968, foi escrito antes do início do “milagre econômico” – momento em que as taxas de crescimento brasileiras começaram a se recuperar devido à aceleração da expansão da indústria – e possuía a preocupação de explicar a estagnação da economia brasileira e latino-americana através de suas condições estruturais. Portanto, neste livro, Furtado (1968b) reformula algumas considerações a respeito de sua tese estagnacionista, porém, mantendo o diagnóstico principal centrado na deformação do perfil da demanda causada pela concentração de renda, fator que condiciona a lenta penetração do progresso técnico na periferia.

Com o intuito de analisar de maneira global a inserção do Brasil e da América Latina no capitalismo internacional, Furtado (1968b) procura realizar uma leitura das transformações da forma de organização da produção (governança e processos produtivos) das grandes empresas privadas e no funcionamento do mercado nos centros dominantes, em particular nos Estados Unidos. Assim, o autor discorre sobre o abandono da prática de concorrência de preços em prol da concorrência fundamentada na inovação de produtos, que impulsiona a aceleração do progresso tecnológico. Essa nova orientação do capitalismo exige das empresas privadas certa flexibilidade para manter uma estabilidade em momentos de modificação da demanda;

flexibilidade essa alcançada através da diversificação de suas atividades econômicas: quando inseridas em mercados distintos, o risco é reduzido e a empresa fortalecida. Esse processo criou condições para uma estrutura largamente oligopolizada, uma vez que as empresas com maior montante de capital e capacidade de financiamento começaram a competir em diferentes setores por meio de fusões e aquisições de outras empresas menores, de modo a formar conglomerados que controlam grande parte do mercado e dos investimentos industriais, podendo planejar suas atividades a longo prazo, praticar preços administrados e condicionar o perfil da demanda dos consumidores.

A partir da investigação de tal contexto, Furtado (1968b) salienta que a simples aplicação – sem estudo prévio, planejamento e escolha escrupulosa dos processos produtivos mais adequados – dessa forma de organização da produção nas estruturas subdesenvolvidas pode acarretar diversas deformidades, como de fato ocorreu durante a segunda fase do processo de substituição de importações no Brasil. Deste modo, o pensador argumenta que nos países subdesenvolvidos, cujo excedente estrutural de mão-de-obra estabiliza os salários a níveis próximos ao de subsistência – mesmo havendo ganhos de produtividade –, a passagem do processo substitutivo da indústria leve para a pesada atuou no sentido de intensificar a concentração de renda, tendo em vista a orientação poupadora de trabalho do progresso tecnológico. Por conseguinte, como os investimentos eram direcionados para a satisfação da demanda reprimida – modo factível de trabalhar com preços administrados –, a diversificação do consumo das elites foi impulsionada, favorecendo as indústrias de bens de consumo duráveis. Entretanto, este modelo de indústria possui uma escala mínima eficiente excessivamente elevada para o incipiente mercado consumidor, imperando a necessidade de operar com custos crescentes. Portanto, segundo Furtado (1968b), dado que a assimilação do progresso tecnológico foi consequência, e não a causa, do desenvolvimento da indústria, o processo de substituição de importações foi encontrando sérios impasses e levando à tendência à estagnação.

Além disso, Furtado (1968b) destaca a problemática de que a maior parte dos investimentos realizados no Brasil durante o processo de substituição de importações foi aquela derivada da transnacionalização das grandes empresas privadas estrangeiras, com a implementação de filiais, uma vez que as matrizes forâneas possuíam poder financeiro o suficiente para arcar com o vultoso montante de capital necessário para fundar uma planta. A questão é que as decisões realizadas pelas filiais dessas grandes empresas estrangeiras são tomadas de acordo com os objetivos de funcionamento e expansão das matrizes e com as

condições do mercado internacional, não tendo relação necessária com os projetos de desenvolvimento do país no qual as filiais se encontram.

Nesse sentido, a industrialização na periferia, em particular no Brasil, seguiu as transformações do capitalismo internacional e passou a assumir a forma de diferenciação do sistema produtivo e de descentralização das empresas. Desta maneira, segundo Furtado (1968b), mais do que a própria desnacionalização do sistema de decisões – e, notoriamente, do capital acumulado –, este processo significou a sua completa desarticulação, em razão da incompatibilidade entre os diversos projetos das várias matrizes situadas no Brasil; projetos estes que, por não estarem ligados enquanto sistema coerente aos propósitos nacionais, dificultam o planejamento orientado para um projeto nacional de desenvolvimento.

Com base nessa interpretação a respeito do progresso tecnológico criado no centro do sistema capitalista e seu processo de difusão na periferia, bem como da penetração de grandes empresas estrangeiras nas economias subdesenvolvidas, Furtado (1968b, p. 22–23) coloca o desenvolvimento brasileiro como um caso de *desenvolvimento dependente*. De acordo com o pensador, o processo de desenvolvimento brasileiro – e dos países subdesenvolvidos latino-americanos – ocorreu por efeito de modificações no perfil da demanda global; modificações essas possibilitadas pelo progresso tecnológico originado no centro do sistema capitalista. Para corresponder a esse dinamismo gerado externamente, as economias subdesenvolvidas incrementaram sua estrutura produtiva por meio de, em primeiro momento, utilização intensiva de fatores ociosos e semi-ociosos e, posteriormente, após o incremento de capitalização – ou seja, aceleração da acumulação – através da importação de máquinas e equipamentos que incorporavam tecnologia mais avançada; assimilando, desta maneira, o progresso tecnológico criado no centro.

Furtado (1968b, p. 22) coloca o *desenvolvimento dependente* como contraposição ao *desenvolvimento autônomo*, que verifica-se nos países desenvolvidos. Nestes casos, é o próprio progresso tecnológico, originado nesse centro, a fonte primária do desenvolvimento. Este progresso tecnológico impulsiona a acumulação, e apenas posteriormente, como consequência do processo, é que se altera o perfil da demanda nos países desenvolvidos. Cabe destacar que os conceitos *desenvolvimento dependente* e *desenvolvimento autônomo* ainda estão, de certa forma, restritos ao conceito geral de “desenvolvimento” que o autor elabora em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* e nas primeiras versões de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, porém, com algumas novas considerações.

Ao longo do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* é possível perceber a contribuição de autores como Hirschman, Perroux e Myrdal para a construção da abordagem

de Furtado do desenvolvimento, trazendo a importância do poder de certos agentes nas macrodecisões¹⁴ subjacentes às relações econômicas (Perroux), cujas estratégias dependem do grau de desenvolvimento alcançado pelo sistema econômico, possuem a capacidade de irradiação para as atividades produtivas encadeadas (Hirschman), e têm o potencial de colocar em marcha processos cumulativos em cadeia (Myrdal), de forma que essas macrodecisões possam se tornar um ponto de partida para um resultado final de modificação estrutural. Para Furtado, como expresso ao longo do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, estudar o desenvolvimento é compreender as interações entre essas decisões e as estruturas, de modo que o desenvolvimento, neste momento, é entendido como o conjunto de transformações estruturais na sociedade.

As novas considerações de Furtado dizem respeito a considerar este mesmo conceito de desenvolvimento explicitado anteriormente como dotado de uma dupla dimensão: “a econômica e a cultural” (FURTADO, 1968b, p. 18). Todavia, esta dimensão cultural ainda não se encontra especificada completamente sob os termos do conteúdo antropológico que o pensador incorporará em sua interpretação posterior, sociológica e política, da endogeneidade do desenvolvimento e da criatividade como elemento chave para a ampliação do horizonte de possibilidades do homem. De fato, o autor argumenta que “o ponto de partida do estudo do desenvolvimento, deveria ser [...] o horizonte de aspirações da coletividade em questão” (FURTADO, 1968b, p. 19), mas acrescenta que essa coletividade é “um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão” (FURTADO, 1968b, p. 19), revelando sua preocupação maior, ao longo dessa obra, com as limitações ao horizonte de possibilidades que um centro de decisões localizado externamente por grandes corporações impõe aos países subdesenvolvidos, e não com a contínua ampliação desse horizonte de possibilidades. Além disso, não existe ainda a compreensão de um desenvolvimento endógeno, uma vez que o desenvolvimento pode iniciar-se através de “um fenômeno induzido”, ainda que tal fenômeno não seja condição suficiente para o desenvolvimento.

Tendo em vista essas considerações, é possível afirmar que Furtado, no momento em que elabora e publica este livro, possuía uma noção de dependência – exposta na ideia de

¹⁴ Macrodecisões é um conceito elaborado por François Perroux para identificar as decisões de agentes que se encontram em unidades dominantes das sociedades, possuindo informações privilegiadas a respeito dos planos de agentes concorrentes, podendo utilizar de meios de coação ou estabelecer acordos para compatibilizar ou eliminar os planos concorrentes. Nesse sentido, tais agentes desempenharam um papel de dominação sobre os outros, sendo capazes de tomar decisões que repercutem ativamente na economia como um todo. (SARAIVA, 2015)

desenvolvimento dependente – diferente da que ele elabora mais tarde, na qual incorpora a questão cultural da relação intra-classes, em que as elites dos países dependentes se articulam às elites dos países desenvolvidos, estruturando uma relação de domínio que confere a cada um daqueles sua própria forma, heterogênea, da dependência. O trecho a seguir esclarece a especificidade conceitual do par dependência-dependente em *Um projeto para o Brasil*:

A redução a um papel de dependência da classe de empresários nacionais, interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo capitalista, o qual chegara apenas a esboçar-se. No correr do último quarto de século, sempre que o desenvolvimento latino-americano teve que apoiar-se na industrialização, *refletiu a estratégia da superestrutura de conglomerados*, o que implicou em crescente dependência externa, ou a ação do Estado nacional. As empresas autenticamente nacionais e privadas, com raras exceções, tiveram um *comportamento reflexo*, cumprindo tarefas auxiliares ou confinando-se em setores estagnados. (FURTADO, 1968b, p. 132–133).

É possível identificar, a partir deste fragmento, que a utilização do termo “dependência” traz consigo uma noção de condição imposta, de fora para dentro, pelo desenvolvimento. Essa dependência se expressa na debilidade e no comportamento reflexo do capital privado nacional. Nesse sentido, uma ação estatal orientada na elaboração e execução de um projeto nacional surge como uma possível solução para a superação dessa condição instituída por meios externos.

Cabe concluir, portanto, que o termo “dependência” nesse momento da obra de Celso Furtado ainda não pode ser qualificado como uma categoria dentro do arcabouço teórico e metodológico da Teoria da Dependência, que era desenvolvida por diversos autores latino-americanos contemporaneamente a este livro. Os conceitos que o autor utiliza estão imersos em sua leitura teórica do subdesenvolvimento, ou “teoria do subdesenvolvimento”, sem encontrar uma centralidade no conceito de dependência. Apenas a partir do momento em que o autor refunda seu pensamento alicerçado na centralidade desse conceito, enxergando conceitos-chave como “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento” e até a própria concepção de capitalismo através do prisma da dependência é que se torna possível argumentar em favor de uma Teoria da Dependência de Celso Furtado.

2.4 A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina (1973)

O livro *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* foi publicado pela primeira vez em 1973 e é constituído por ensaios escritos por Celso Furtado durante os anos de 1964 e 1968, sobretudo os retirados dos livros *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968a) e *Um projeto para o Brasil* (1968b). Tais textos foram organizados com o intuito de atingir um público mais amplo e suscitar a irradiação da discussão

do subdesenvolvimento em âmbito internacional. Sofreram modificações em 1969 e foram novamente reeditados em 1972 para, segundo Furtado (1975a, p. 1), “simplificar a análise em algumas passagens, eliminando alguns pontos obscuros ou mesmo ambíguos da versão original”. Excertos dos textos originais que remetem à fatores conjunturais e sugerem políticas macroeconômicas foram retirados, bem como várias conclusões estagnacionistas.

Importante mencionar que na nota introdutória deste livro Furtado faz referência ao artigo que examinaremos a seguir, *Dependencia externa y teoría económica* escrito em 1971, enfatizando que os ensaios constituíram “o ponto de partida de uma linha de reflexão que nos levaria a tentar uma explicação teórica global para” (1975a, p. 1) os fenômenos do subdesenvolvimento e da dependência externa e a relação que estabelecem entre si. Isso porque, de acordo com o próprio Furtado (1975a), as críticas desencadeadas por estes ensaios geraram reflexões no sentido da necessidade de repensar diversos temas. Entretanto, Furtado ressalta que não adiciona neste livro as análises que elaborara em 1971, embora tenha introduzido no início do livro uma breve explanação sobre a estrutura subdesenvolvida latino-americana e as relações de dependência que estabelecem com os países centrais, incorporando a este trecho uma nota de rodapé afirmando que a questão se encontra melhor destrinchada no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1978), publicado pela primeira vez em 1972.

Em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, Furtado analisa a transformação das estruturas econômicas latino-americanas e o processo de industrialização assentado em seu modelo estagnacionista desenvolvido em 1965 no artigo *Development and Stagnation in Latin America: a structuralist approach* (1965) e melhor elaborado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Entretanto, diferente dos anteriores, nos quais Furtado argumenta que a contínua transição do processo substitutivo de importações para setores que requerem cada vez maior unidade de capital por trabalhador produziria uma tendência à estagnação, neste Furtado (1975a) retifica que nos países que possuem um mercado mais complexo e um setor pré-capitalista de grandes dimensões – para a contínua absorção de mão-de-obra pelos demais ramos produtivos –, a intensificação da concentração da distribuição funcional da renda anularia os efeitos negativos das baixas taxas de lucro das indústrias de bens de capital que produzem máquinas e equipamentos para as indústrias de bens de consumo durável.

Ademais, em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* – assim como em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* – Furtado (1975a) incorpora à essa análise a discussão a respeito do surgimento, nas elites dos países latino-americanos durante o período colonial, de dois grupos divergentes na classe dominante:

os “conservadores”, mais ligados à metrópole e proprietários de latifúndios; e os “liberais”, inseridos no comércio exterior. Essa dicotomia interna, segundo Furtado, criou um forte aparelho burocrático estatal estreitamente integrado com as economias europeias em expansão. Em vista disso, Furtado argumenta que a acelerada inserção das economias latino-americanas no fluxo de comércio internacional em meados do século XIX ocorreu em virtude do dinamismo das economias centrais na procura da difusão de suas relações mercantis; no entanto, as economias da América Latina responderam prontamente em razão da influência dos grupos “liberais” no aparelho estatal, o que caracterizaria o processo como uma “convergência de fatores exógenos e endógenos” (FURTADO, 1975a, p. 100).

Reiterando que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma “fase” do processo de desenvolvimento que invariavelmente seria superada – uma vez que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são coetâneos, derivados do desenrolar de um mesmo processo histórico relacionado com a criação e a difusão do progresso tecnológico –, Furtado (1975a) coloca o progresso técnico no centro da análise do subdesenvolvimento, tendo em vista que os países periféricos incorporaram a tecnologia e os padrões de produção desenvolvidos nos países centrais por meio do processo de substituição de importações. Assim, considerando a substituição de importações na América Latina como uma consequência de uma industrialização espontânea, não de uma política governamental deliberada,¹⁵ o autor enfatiza que esta acontece “mediante a assimilação de uma tecnologia que é fruto de um processo histórico específico dos atuais países desenvolvidos” (FURTADO, 1975a, p. 15), engendrando diversos problemas estruturais.

Essa centralidade do progresso tecnológico se manifesta mais claramente quando o autor contrapõe o desenvolvimento e o subdesenvolvimento da seguinte maneira: nos países desenvolvidos, a massa urbana assalariada conseguiu se organizar para pressionar as classes dominantes a fim de obter acesso aos frutos dos aumentos de produtividade, para que os salários pudessem se elevar para corresponder a tais aumentos. Tais conflitos eram periodicamente solucionados através do próprio progresso tecnológico, que foi se orientando de forma a poupar mão-de-obra, desenvolvendo uma tecnologia que incorpora cada vez mais capital por unidade de trabalho. Neste caso, afirma Furtado (1975a, p. 17): “trata-se de conflitos sociais cuja solução vem sendo facilitada pelo próprio progresso tecnológico”. Já no caso dos países subdesenvolvidos, a população urbana subempregada pressiona o governo para obter acesso ao mercado de trabalho, almejando empregos que não são criados em quantidade suficiente, uma

¹⁵ Para uma discussão aprofundada a respeito da intencionalidade da industrialização no Brasil, ver Fonseca (2003).

vez que o próprio sistema industrial se encontra assentado em uma tecnologia criada nos países desenvolvidos, ou seja, uma tecnologia poupadora de trabalho. Neste último caso, Furtado (1975a, p. 17) declara que “a forma como penetram as inovações tecnológicas engendra problemas com amplas projeções no plano social”, de modo que “o progresso tecnológico constitui a fonte dos conflitos, cuja solução deve ser buscada no plano político” (FURTADO, 1975a, p. 17). Isto é, por meio da centralidade da problemática do progresso tecnológico, o pensador coloca os problemas políticos dos países subdesenvolvidos, em contraste com a análise que elaborará posteriormente, centrada nas relações de dominação-dependência, em que são as questões políticas, em âmbito internacional, que condicionam as relações interno-externas de criação, difusão e incorporação do progresso técnico.

A partir dessa análise introdutória, Furtado (1975a) disserta sobre as relações dos países da América Latina com os Estados Unidos da América, ou melhor, sobre a hegemonia que os Estados Unidos da América exercem na América Latina. Para além da questão das grandes empresas norte-americanas que atuam nos países latino-americanos com diversos incentivos fiscais, eximidas de uma legislação antitruste e com vultosos montantes de capital, neste livro Furtado procura chamar atenção para a tutela estadunidense embasada pela justificação ideológica da “segurança” dos Estados Unidos frente à conjuntura da Guerra Fria. Assim, através da tensa convivência internacional entre União Soviética e Estados Unidos, foram estabelecidas, tacitamente, esferas de influência que garantiam aos últimos uma dominância que solapa a soberania dos países latino-americanos, de modo que

[...] a margem de autodeterminação na busca de meios para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento tendeu a reduzir-se, na medida em que os imperativos da “segurança” dos Estados Unidos exigiram crescente alienação de soberania por parte dos governos nacionais (FURTADO, 1975a, p. 22).

Ou seja, a autonomia dos países latino-americanos, já reduzida, foi crescentemente obstaculizada pela paulatina interferência norte-americana em sua política interna, dificultando o enfrentamento de problemas característicos do subdesenvolvimento e, em última instância, a própria superação do mesmo.

A justificativa ideológica para a tutela norte-americana se estende a tal ponto que atribuía-se a fragilidade e desequilíbrio dos países do Terceiro Mundo à “ação ‘maquiavélica’ da União Soviética” (FURTADO, 1975a, p. 36), de modo que, entre os objetivos de política externa estadunidenses encontrava-se a assistência dos países subdesenvolvidos, procurando induzir um desenvolvimento “de fora para dentro” por intermédio de suas grandes empresas privadas, criando um “sistema econômico tutelado por poderosas sociedades anônimas norte-americanas” (FURTADO, 1975a, p. 40), cujo modo de funcionamento não possuía relação

imediate com as condições estruturais pré-existent nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, tal imposição possui potencial de criar desequilíbrios estruturais de maior intensidade ao subtrair destes a capacidade de tomar decisões econômicas estratégicas.

Em suma, o governo norte-americano buscava induzir um estilo de desenvolvimento na América Latina, por meio de uma “estratégia de assistência”, que era protagonizado por suas grandes empresas com a intenção de preservar sua esfera de influência. Sobre esse estilo de desenvolvimento, o autor argumenta:

Toda medida que venha a tomar no sentido de enfraquecer os estados latino-americanos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns, terá como resultado limitar as possibilidades de *autêntico desenvolvimento*¹⁶ na região. Esta linha de análise põe em evidência que a integração econômica latino-americana somente se justifica se for concebida como definição de política comum entre estados nacionais e não como articulação entre grandes empresas estrangeiras que operam na região. (FURTADO, 1975a, p. 42, grifo nosso)

Furtado então conclui que as esferas de influência – tanto soviética quanto estadunidense – são “sistemas de dominação econômica” (FURTADO, 1975a, p. 85) que não possuem relação com a segurança militar das superpotências, mas com a consecução de seus interesses políticos particulares. Sobre os Estados Unidos em especial, o autor alega que a estratégia de assistência ao desenvolvimento é, na verdade, um meio para criar privilégios para suas grandes empresas privadas e reforçar estruturas retrógradas de poder na América Latina ao obstruir a autonomia de decisão dos Estados-nação subdesenvolvidos. A hegemonia dos Estados Unidos, no limite, impede a construção de um projeto nacional de desenvolvimento pelos governos dos países latino-americanos, desarticulando as economias nacionais.

Sobre esse livro, cabe destacar que as considerações apresentadas anteriormente foram derivadas dos ensaios que antes estavam presentes no livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. A escolha por *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* deu-se por dois motivos. O primeiro foi o fato de Celso Furtado ter realizado uma revisão dos ensaios anteriores, retirando conclusões conjunturais e corrigindo alguns termos que caracterizavam as economias subdesenvolvidas como dotadas de características feudais; elementos que o autor logo retifica como pré-capitalistas, não determinando um modo de produção específico.

¹⁶ Este fragmento citado, retirado do livro *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* (1973), também se encontra no livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966). Entretanto, no mesmo trecho, onde está “autêntico desenvolvimento” no primeiro livro, no segundo aparece apenas como “desenvolvimento”. Pode-se interpretar que a expressão “autêntico desenvolvimento” foi utilizada para confrontar a ideia da possibilidade de um “desenvolvimento dependente e associado” proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, estilo de desenvolvimento compatível com a “estratégia de assistência” norte-americana.

O segundo motivo é a própria organização dos textos presentes em *Um projeto para o Brasil e Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, que formam uma interpretação mais holística da América Latina. No primeiro livro citado, estava ausente o tema das relações de poder em âmbito internacional relacionado com a hegemonia dos Estados Unidos nos países latino-americanos. No segundo, o tópico das transnacionais ainda não era levantado nas considerações do autor. Aglutinando esses ensaios, Furtado pôde esclarecer de modo mais amplo a problemática do esvaziamento dos Estados nacionais latino-americanos como centros de decisões estratégicas em prol de um projeto de superação da condição de subdesenvolvimento.

Além disso, é possível perceber que em 1966 já se manifestavam, em sua interpretação, passagens que caracterizavam a inserção externa dos países subdesenvolvidos de uma maneira que não é absolutamente “de fora para dentro”, exógena, como encontramos no trecho, anteriormente citado: “Conforme já assinalamos, a rapidez do processo de integração das economias latino-americanas nos mercados mundiais, a partir da segunda metade do século passado, encontra sua explicação na convergência de fatores exógenos e endógenos” (FURTADO, 1968a, p. 61). Esse excerto indica que existe uma relação interno-externa que é hierárquica, não obstante condicionada também por fatores internos relacionados às elites dos países latino-americanos. Essa interpretação expressa um o ponto de partida para a compreensão, posterior, da dependência. Porém, ao manter em *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* o mesmo texto, já discutido na seção anterior, a respeito do desenvolvimento dependente, do livro *Um projeto para o Brasil*, é possível declarar que essa compreensão da dependência não era, ainda, central em sua interpretação até a década de 1970, tendo em vista o fato de considerar, até este momento, a dependência enquanto antônimo de autonomia em uma relação imposta por fatores externos.

2.5 Dependencia externa y teoría económica (1971)

Em 1971, Celso Furtado inicia a elaboração do que veio a se tornar, posteriormente, sua Teoria da Dependência, no artigo *Dependencia externa y teoría económica* (1971b), publicado na revista *El Trimestre Económico*. Nesse artigo é possível identificar o intuito de dialogar com a corrente neoclássica, buscando aproximar a análise da dependência com a teoria da alocação de recursos. Seu argumento inicial é que há a necessidade de transformar a significação do conceito de subdesenvolvimento, para que ele passe a englobar a ideia de um subsistema que se encontra vinculado à estrutura do sistema global, procurando inter-relacioná-lo com os outros

subsistemas criadores de tecnologia e de padrões de comportamento. Apenas realizando esse movimento epistemológico, segundo ele, é possível superar o impasse da impossibilidade da “fertilização mútua” (FURTADO, 1971b, p. 355) entre o debate do subdesenvolvimento e a teoria neoclássica da alocação de recursos. Nas palavras do autor:

Resulta, pues, indispensable desarrollar ciertas hipótesis sobre la estructura del sistema en su conjunto [...] si se pretende establecer un cuadro de referencia para descubrir el tipo de racionalidad que regula la asignación de recursos al nivel de los agentes responsables de las decisiones de producción. (FURTADO, 1971b, p. 336).

Furtado argumenta que essa necessidade de incorporar a análise neoclássica da alocação de recursos é essencial, uma vez que essa teoria não se restringe apenas em reduzir em um modelo esquemático o comportamento do agente produtor; buscando, para mais, a compreensão da coordenação entre os diversos agentes produtores e do intercâmbio de informações (FURTADO, 1971b). Sobre essa passagem, convém assinalar que Furtado não está negando a necessidade de uma abordagem estrutural; pelo contrário, está procurando trazer para o plano da estrutura um campo de estudo voltado para a apreensão do indivíduo, através das relações que estes estabelecem entre si e com os subsistemas em que atuam.

Assim, a partir do novo enfoque proposto, Furtado (1971b) justifica a necessidade de adotar um novo quadro teórico que estabeleça hipóteses acerca da estrutura do sistema global e elabore uma análise dos subsistemas que desenvolvem novas técnicas e diferentes formas de comportamento, para assim esclarecer a racionalidade da decisão dos agentes que atuam tanto nos subsistemas dependentes quanto nos dominantes. Enquanto este movimento interpretativo não for realizado, argumenta o autor, as decisões dos agentes teriam de ser consideradas como variáveis exógenas, obstaculizando a compreensão do modo de funcionamento dos subsistemas dependentes. Desse modo, “habiendo adoptado este enfoque, la teoría del subdesarrollo resulta ser esencialmente una teoría de la dependencia” (FURTADO, 1971b, p. 336).

Argumentando, portanto, em torno do próprio paradigma da economia neoclássica, Furtado observa que estes tratam as decisões dos agentes consumidores – isto é, suas preferências – como “soberanas” (FURTADO, 1971b, p. 338). Porém, essa soberania seria apenas aparente, uma vez que os agentes produtores são concebidos como dotados de uma racionalidade formal – ou seja, preocupados unicamente com a alocação eficiente dos recursos escassos –, conferindo às preferências do consumidor um caráter secundário. Além disso, a economia neoclássica estabelece que as curvas de oferta e demanda são independentes uma da outra, numa espécie de descentralização das decisões. A partir disso, Furtado argumenta que em uma economia em que os preços são administrados, as decisões dos agentes produtores são programadas; mais do que isso, são programadas não por todos, mas por um reduzido número

de agentes produtores reunidos em poucos centros de decisão articulados entre si. Estes, por estabelecer *ex-ante* preços, quantidades e os recursos destinados à acumulação, condicionam o comportamento dos outros produtores, bem como o dos consumidores em geral (FURTADO, 1971b).

Esta compreensão inicial a respeito da preeminência de poucos centros de decisões para o condicionamento dos padrões de comportamento dos consumidores é essencial para acompanhar o raciocínio que Furtado (1971b) estabelece acerca da condição da dependência dos países subdesenvolvidos. Isso porque, segundo o autor, o fenômeno da dominação-dependência se manifesta através do movimento de imitação, pelas elites dos subsistemas dependentes, dos padrões de consumo determinados nos subsistemas dominantes pelos grupos que atuam nos centros de decisão da produção. Tais padrões de consumo não possuem relação com o grau de acumulação alcançado pelos subsistemas dependentes, o que tende a agravar a desarticulação estrutural destas economias.

A investigação do autor parte do aumento de produtividade nas estruturas subdesenvolvidas resultante da expansão do setor primário exportador; produtividade essa que, por não ser acompanhada de um incremento proporcional nos salários, revertia para o aumento do consumo e melhoria do padrão de vida de uma minoria – proprietários de terras ou elites urbanas. Os produtos consumidos pelas elites eram, em sua maioria, importados. Desta maneira, o processo de industrialização iniciado por essas economias procurou substituir esses bens que eram, anteriormente, importados para o consumo das elites. Portanto, como os itens a serem substituídos eram concebidos e confeccionados nos subsistemas dominantes, a técnica adotada para produzi-los nos subsistemas dependentes também deveria ser, senão a mesma, pelo menos muito próxima à dos países desenvolvidos; isto é, com alto coeficiente de capital por trabalhador (FURTADO, 1971b).

Furtado (1971b) esclarece, então, que conforme a demanda continua a se diversificar pautada nesse processo imitativo descrito previamente, a heterogeneidade estrutural dos subsistemas dependentes tende a se aprofundar, uma vez que a adoção de uma tecnologia poupadora de trabalho amplia o excedente estrutural de mão-de-obra, agravando o desequilíbrio ao nível dos fatores dessas economias e intensificando a concentração de renda. O autor também realça que esse processo tende a se reproduzir conforme se acentua a diversificação do consumo nos subsistemas dominantes, trazendo consigo o imperativo de elevar continuamente o coeficiente de capital dos setores que produzem para a parcela modernizada do subsistema dependente. A difusão do progresso tecnológico ficaria, então, restrita a tais setores,

marginalizando outros segmentos produtivos – nos quais a técnica moderna penetra mais lentamente –, o que tende a intensificar o dualismo estrutural.

Através de tal raciocínio, que busca introduzir uma visão sistêmica na análise do subdesenvolvimento, Furtado (1971b) critica os pressupostos básicos da teoria da alocação de recursos e seu conceito de “ótimo”. Sabendo que o modelo de distribuição da renda estabelece o “ótimo” da alocação de recursos, e que este “ótimo” está relacionado com uma função de bem-estar social em que a sociedade possui relativa autonomia de decisões, não é possível concluir que o sistema global possua uma tendência de equilíbrio ao nível “ótimo” quando as decisões – de produção e consumo – estão restritas a um pequeno número de agentes articulados. E, principalmente, quando tais decisões causam, no subsistema dependente, uma propensão à concentração de renda devido à apropriação dos frutos do progresso tecnológico por uma elite restrita, cujos padrões de comportamento são ditados externamente.

É interessante fazer três comentários principais em relação a este texto. O primeiro diz respeito à “dependência”; o segundo, ao “dualismo”; e o terceiro, ao “desenvolvimento”.

i) Dependência:

É interessante fazer algumas ressalvas em relação às mudanças do marco teórico que Celso Furtado passa a utilizar a partir da publicação deste texto com respeito à centralidade do conceito de “dependência”. Ao tratar, no texto, do processo histórico que germinou o subdesenvolvimento, retoma a análise de trabalhos anteriores em que o aumento da produtividade dessas economias foi possibilitado pela ampliação da procura internacional por produtos primários em que estas possuíam vantagens comparativas.

El subdesarrollo fue inicialmente la característica de las economías en que el aumento de la productividad se producía, en forma principal, a consecuencia de ventajas comparativas creadas por la expansión internacional de la demanda de determinados productos. En otras palabras, las modificaciones en la demanda, al nivel del sistema global, abrían el camino para aumentos importantes de la productividad, mediante la especialización geográfica. Este tipo de aumento de productividad podía obtenerse con un mínimo de modificaciones en las formas de producción (caso de la agricultura tropical) o con modificaciones considerables en las localizadas en forma de “enclave” (caso de la producción minera). Así, pues, en la gran época de la creación del sistema de división internacional del trabajo, ciertos países (los que se industrializaban) se desarrollaban especializándose en sectores en que el progreso tecnológico penetraba con rapidez; y otros se desarrollaban especializándose en actividades en relación con las cuales el conjunto de sus recursos ofrecía una ventaja. Para explicar uno y otro de estos casos, tiene validez la “ley de las ventajas comparativas”, lo que explica que los teóricos clásicos se hayan fijado en este punto.

Las relaciones entre países “céntricos” y “periféricos” eran, sin embargo, mucho más complejas de lo que se deduce de este tipo de análisis. Un aspecto fundamental en general que no es aclarado consiste en que los países “periféricos”, al especializarse, se transformaban en importadores de nuevos bienes de consumo, fruto del progreso tecnológico en los países “céntricos”. (FURTADO, 1971b, p. 339–340).

Um fato que chama atenção neste trecho é a opção de Furtado por utilizar a terminologia centro-periferia de Prebisch entre aspas. O motivo dessa escolha está relacionado à alteração

do marco teórico sob o qual o pensador agora projeta o subdesenvolvimento. Evidentemente, a dupla desenvolvimento-subdesenvolvimento nunca possuiu significação idêntica à de centro-periferia, uma vez que a última foi concebida por Prebisch para questionar a lei das vantagens comparativas a partir do conceito de “deterioração dos termos de intercâmbio”, colocando por terra o argumento da vocação agrícola dos países periféricos. Apesar de similar, a abordagem desenvolvimento-subdesenvolvimento incorpora maior complexidade por analisar a estrutura subdesenvolvida e sua articulação com o exterior (GUIMARÃES, 2000; TAVARES, 2000b), ampliando o esquema centro-periferia “com o conceito de subdesenvolvimento, entendido como espaço e temporalidade próprios das nações da periferia do mundo, fugindo a qualquer noção fásica ou linear da história” (GUIMARÃES, 2000, p. 19–20). Entretanto, apesar das divergências citadas, as duas abordagens não apareciam, nas obras anteriores do autor, dissociadas. As aspas sugerem um afastamento do esquema centro-periferia, justamente porque o autor procura introduzir, com esse texto, uma nova análise: a da dependência.

Além disso, o trecho traz outro indicativo da transformação deste marco teórico. Quando Furtado (1971b, p. 339) afirma que “las relaciones entre países ‘céntricos’ y ‘periféricos’ eran, sin embargo, mucho más complejas de lo que se deduce de este tipo de análisis”, ele não está fazendo referência apenas à teoria das vantagens comparativas¹⁷; trata-se também da análise em geral, esboçada no parágrafo que precede o trecho em questão, sobre a formação das estruturas subdesenvolvidas. Uma análise que já estava contida em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009), de 1961, que atentava ao papel dinamizador da demanda externa para o aumento de produtividade nas economias subdesenvolvidas. Assim, é possível inferir que este trecho, além de afirmar que a teoria das vantagens comparativas não capta toda a dimensão do problema, também traz uma autocrítica na medida em que Furtado reconhece a insuficiência da compreensão do subdesenvolvimento restrita à questão da demanda externa, aumento de produtividade e progresso técnico. Nesse sentido, ele introduz a dimensão cultural em sua investigação, que desloca a percepção do foco geoeconômico para uma abordagem geopolítica de dominação cultural.

ii) Dualismo:

A partir do momento que Furtado incorporou a cultura em sua análise, conferindo centralidade à categoria “dependência”, vários conceitos que integravam seu pensamento adquiriram significação distinta. Essa centralidade do conceito de “dependência”, no texto, está

¹⁷ Furtado, bem como toda a escola cepalina, já tratava a lei das vantagens comparativas em tom de crítica em seus trabalhos anteriores, como em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (FURTADO, 2009), de 1961.

intimamente conectada com a transformação na compreensão do conceito de “dualismo estrutural” para a abordagem de Celso Furtado.

Em primeiro instante nota-se que, em momento algum no texto, Furtado se refere a alguma estrutura “pré-capitalista” nos subsistemas dependentes. A partir disso, realizando uma análise mais cuidadosa, é possível identificar que o conceito de “dualismo estrutural” adquire uma face distinta, trazendo consigo uma nova significação assentada na dimensão cultural da dependência. Para isso, apresenta-nos o “dualismo” que se formou inicialmente no plano cultural, representado pelos padrões de consumo importados das economias centrais, que se diversificam constantemente, em contraste com os padrões de consumo que seriam tradicionais das economias dependentes. Assim, afirma que este “dualismo” de corte cultural “tenderá a proyectarse sobre la estructura del sistema productivo” (FURTADO, 1971b, p. 340).

Isso quer dizer que o fenômeno do “dualismo estrutural” é explicado pelo “dualismo” existente com esses dois padrões de consumo distintos presentes nos subsistemas dependentes, sendo que o padrão de consumo das elites modernizadas seria priorizado no momento em que fosse iniciado o processo de industrialização. Sendo assim, a partir dessa dinâmica que se inicia com o “dualismo” no plano cultural, a industrialização substitutiva atua desarticulando a estrutura do sistema produtivo dessas economias, criando, por conseguinte, o fenômeno do “dualismo estrutural”, no plano da produção de bens e serviços. Nas palavras do autor, “el dualismo es inicialmente un fenómeno social o cultural, que se presenta, desde el punto de vista económico, como una discontinuidad en la ‘superficie’ de la demanda” (FURTADO, 1971b, p. 343). Nesse sentido, o autor adiciona que

Para el economista que tiende a observar una economía subdesarrollada como un sistema cerrado, ese fenómeno se presenta como un “desequilibrio al nivel de los factores”, resultante de lo inadecuado de la tecnología. Se le escapa que el fenómeno citado es, inicialmente, una consecuencia de las formas de comportamiento; este aspecto solamente puede ser captado si se observa la estructura del sistema global y la asimetría de las relaciones entre sus partes. (FURTADO, 1971b, p. 343)

Assim, por afirmar que o subdesenvolvimento não pode ser compreendido em sua totalidade apenas como um fenômeno de “desequilíbrio ao nível dos fatores” decorrente da insuficiência tecnológica, é possível perceber um movimento de autocrítica aos escritos anteriores a que já nos referimos, a dizer, o capítulo *Desequilibrio ao nível dos fatores*, publicado na primeira versão do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, 1967). Quando busca compreender a estrutura subdesenvolvida enquanto um subsistema dependente integrado no sistema global, que estabelece relações específicas com o subsistema dominante, relações essas assentadas na absorção de padrões de comportamento, Furtado deixa de enxergar a situação latino-americana em termos de “graus de

subdesenvolvimento” (FURTADO, 1967, p. 170). Passagens como “é a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma economia [...] o que caracteriza o subdesenvolvimento” (FURTADO, 1967, p. 169) e “estabelecido que o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio ao nível dos fatores” (FURTADO, 1967, p. 170) não estão mais em concordância com o marco teórico que Furtado passa a utilizar, significando, no limite, que o próprio conceito de subdesenvolvimento se transforma, deixando de ser sinônimo de “dualismo estrutural”.

Tendo dito isso, ainda cabe um extenso debate sobre a significação do termo “dualismo estrutural”. Neste artigo, *Dependencia externa y teoría económica*, Furtado (1971b) caminha para uma alteração deste conceito quando o dissocia do significado de uma estrutura subdesenvolvida de características híbridas em que convivem elementos capitalistas e pré-capitalistas. Aqui, o autor passa a se referir ao “dualismo estrutural” no sentido de heterogeneidade na estrutura produtiva das economias dependentes, incorporando uma abordagem que inicia sua investigação assentada na perspectiva cultural.

Porém, na quinta edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1975, ao adicionar uma seção explicativa sobre o conceito no capítulo *Características Estruturais do Subdesenvolvimento* (FURTADO, 1975b, p. 197–213), o autor volta a se referir ao termo como “coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção não capitalistas” (FURTADO, 1983, p. 156). Nele, o pensador admite que o conceito de dualismo pode gerar várias dúvidas e que é necessário reiterar que estes modos de produção não só convivem, como também são interdependentes. Para Furtado, o capitalismo existente em uma estrutura dual é específico justamente porque nela ainda permanecem características pré-capitalistas. Entretanto, em contraste com a concepção que possuía em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* e em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, em 1975 Furtado nega que dualismo e subdesenvolvimento sejam sinônimos e que ao desaparecer o dualismo também se superaria o subdesenvolvimento:

seria errôneo imaginar que a liquidação do dualismo, ou seja, a transformação total da mão-de-obra em assalariados do setor capitalista, seria causa suficiente para fazer desaparecer o subdesenvolvimento. [...] A eliminação mesmo parcial do subdesenvolvimento esteve sempre acompanhada de um ascenso crescente à autonomia de decisões da coletividade local com respeito à utilização dos fluxos de renda gerados pelo sistema produtivo, inclusive o excedente. (FURTADO, 1983, p. 156).

Seria possível, contudo, afirmar que a concepção de dualismo realmente se transforma para Furtado quando o autor afirma, também em 1975, que não é verdade que “o setor em atraso tende *necessariamente* a ser absorvido pelo mais dinâmico, vale dizer, o capitalismo” (FURTADO, 1983, p. 156, grifo do autor). Note-se que Furtado não está mais adotando aquele

mesmo raciocínio “etapista” – nas palavras de Mallorquin (2005, p. 127) – apresentado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, quando dizia que ao avançar na industrialização substitutiva os setores tipicamente capitalistas absorveriam gradativamente mão-de-obra do setor pré-capitalista tendendo, invariavelmente, à estagnação por esse mesmo motivo. Agora o autor passa a falar em termos de interdependência entre setores que configuram certas especificidades estruturais, sem esquecer a dimensão cultural do processo de dominação-dependência, uma vez que afirma que “a transplantação dos modelos de consumo tende a frustrar cada vez mais a eficácia da autonomia de decisões de tipo estritamente econômico, como meio de liquidação do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1983, p. 156).

iii) Desenvolvimento

Finalmente, para a compreensão efetiva dos propósitos do artigo *Dependencia externa y teoría económica*, é fundamental discutir o modo como o autor utiliza o termo “desenvolvimento”. Aparecendo predominantemente entre aspas, o “desenvolvimento” a que Furtado se refere durante o texto é aquele específico dos países em condições de dependência, que se dá através do processo descrito anteriormente de transplantação dos padrões de consumo e de produção provenientes dos países dominantes. Esse “desenvolvimento” assume a forma de “internacionalização” da economia dependente, uma vez que está conectado com a ampliação da participação das grandes empresas internacionais neste subsistema; empresas essas que controlam tanto a criação de novos padrões de consumo quanto sua difusão. É criado, portanto, um vínculo internacional em que as atividades produtivas dos subsistemas dependentes se encontram subordinadas às decisões que são tomadas fora destes, ou seja, decisões tomadas por agentes articulados nos subsistemas dominantes. Furtado reitera que esse estilo de “desenvolvimento” tende a aprofundar os vínculos de dependência.

Devemos nos atentar que este artigo é adaptado para a quarta edição do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de 1971. Aproximadamente metade dele é reescrito e introduzido neste livro no capítulo 18, *Desenvolvimento e dependência externa* (FURTADO, 1971a, p. 226–238), no qual Furtado traz pela primeira vez a expressão “desenvolvimento dependente” e caracteriza duas fases. O “desenvolvimento dependente” traz a mesma significação que o “desenvolvimento” que está entre aspas no artigo *Dependencia externa y teoría económica*, tendo sido substituído por aquela expressão. É necessário enfatizar, contudo, que no capítulo 18 Furtado não possui a preocupação em se expressar apenas em termos de “subsistema dependente” e “subsistema dominante”, tendo essas expressões muitas vezes sido substituídas por “centro”, “periferia”, “subsistema central” e “subsistema periférico”. Além do mais, Furtado não realiza a discussão que está presente no artigo sobre a necessidade de

enxergar a totalidade através de um único sistema global. Ademais, apesar de ser praticamente o mesmo artigo, Furtado confere ênfase maior às três fases do desenvolvimento dependente, que serão destacadas a seguir.

A primeira delas, conforme Furtado (1983), é a fase de especialização geográfica em produtos primários – que ocorre devido à posição subordinada dessas economias na divisão internacional do trabalho –, de acordo com suas vantagens comparativas. Neste capítulo em especial, Furtado categoriza o subdesenvolvimento como característica dessas regiões que se inseriram da forma descrita no mercado mundial. Assim, a estrutura do aparelho produtivo passa a ser condicionada por fatores externos, através do movimento de importação de padrões de consumo dos países centrais sem a contrapartida interna do grau de acumulação e progresso técnico necessário. Dessa forma, segundo o autor

Quanto mais intensos o progresso técnico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maiores são as possibilidades, à igualdade de outros fatores, de acelerar o desenvolvimento dependente, e também maior a probabilidade de que a heterogeneidade estrutural se agrave nos subsistemas periféricos. (FURTADO, 1983, p. 183).

Na primeira fase, esses bens de consumo adquiridos, predominantemente, pelas elites dos países periféricos são em sua maioria importados, o que traz a necessidade de substituir essa pauta importada por produtos nacionais. Então, passa-se para a segunda fase, assentada no modelo de substituição de importações, em que, através da criação de condições embasadas na transformação da infraestrutura e do movimento de urbanização na periferia, as técnicas produtivas centrais penetram nesses países, dinamizando o desenvolvimento por meio da viabilização da produção física de artigos criados pelo progresso tecnológico dos países desenvolvidos (FURTADO, 1983).

Essas atividades produtivas criadas pelo modelo de substituição de importação precisam respeitar certos padrões de produção, organização e funcionamento ditados pelas economias centrais; padrões esses que exigem, para seu cumprimento, uma magnitude notável de capital – incompatível com o esquema de acumulação possível na periferia – investida na parte do aparelho produtivo que produz para os grupos de altas rendas desses países, de forma que as técnicas modernas são dificultadas e, no extremo, impossibilitadas de penetrar em outros segmentos das atividades manufatureiras (FURTADO, 1983).

Então, a terceira fase do desenvolvimento dependente, iniciada com a instalação do parque industrial nas regiões subdesenvolvidas, passa a ter seu dinamismo no condicionamento do comportamento das elites dessas regiões, de forma que seja possível, para os países centrais, continuar difundindo seus padrões de consumo em nível internacional, enquanto a estrutura produtiva da periferia se adapta permanentemente às necessidades dos eixos dominantes

alienando seus centros de decisão e estreitando os vínculos de dependência. Essas três fases, de acordo com Furtado, tratam-se de uma “evolução do próprio processo de dependência” (FURTADO, 1983, p. 185), aprofundando o vínculo das sociedades subdesenvolvidas com as grandes empresas de forma a desencadear uma série de desequilíbrios na estrutura do sistema produtivo daquelas sociedades; deteriorar o balanço de pagamentos de modo a provocar aumento do endividamento externo; perder, progressivamente, autonomia econômica e política; e estimular e intensificar a concentração de renda e a desigualdade social.

É interessante notar, ademais, que tanto a análise contida em *Dependencia externa y teoría económica* quanto no capítulo *Dependência externa e subdesenvolvimento* datam de 1971; portanto, após a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, onde Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto elaboram o conceito de “desenvolvimento dependente e associado” e colocam a situação latino-americana sob a centralidade da dependência. A escolha de Furtado pelo termo “desenvolvimento dependente” já existia em 1968 no livro *Um projeto para o Brasil*, conforme já elucidamos. Entretanto, em 1968 este termo possuía a significação única de que este desenvolvimento não era autônomo. Apenas na quarta edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* é que “desenvolvimento dependente” adquire, efetivamente, as feições da dependência, referindo-se a um desenvolvimento em condições de dependência: um processo centrado na modernização dos padrões de consumo das elites dos países dependentes. Além disso, é possível também notar que é a partir dessas duas publicações de 1971 que Furtado lança as bases para a elaboração de sua concepção de “dependência cultural”, que foi melhor esclarecida em 1974, em seu livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

2.6 Análise do “Modelo” Brasileiro (1972)

O livro *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1978a) é composto por dois ensaios que Celso Furtado escreveu ao voltar à Paris após passar parte do ano de 1971 no Brasil procurando colher algumas informações sobre a realidade brasileira no período da ditadura militar. O autor narra que escreveu um texto “de grande rigor técnico, sem envolvimento emocional, como se o brutal processo de arrocho salarial e concentração da renda pudesse ser assimilado a um fenômeno *natural*”¹⁸ (FURTADO, 2014, p. 580, grifo do autor), tendo em vista as preocupações de

¹⁸ Sobre essa questão, cabe destacar que Furtado atribui a concentração de renda ao controle pelas firmas internacionais da introdução de novos padrões de consumo, que direcionam o processo de desenvolvimento (CORRÊA, 2013, p. 65). Furtado (FURTADO, 1978a, p. 31) afirma que este processo constitui um “efeito de dependência” que decorre da forma particular de difusão do progresso técnico para a periferia. Furtado não volta

Furtado com o editor, Ênio Silveira, que aceitou publicar o livro sem submetê-lo à censura. Neste livro, publicado pela primeira vez em 1972, a análise do pensador é complementar à do livro *Um projeto para o Brasil* no que diz respeito à debilidade da burguesia industrial do país (NABUCO, 2000); porém, agora inicia uma reorganização de seu campo teórico com a finalidade de explicar a rápida industrialização e o processo de crescimento do Brasil em uma situação de contínua concentração de renda (GUIMARÃES, 2000).

Sobre o contexto de elaboração desses ensaios, é necessário realizar algumas considerações. No início da década de 1960, Furtado elabora o Plano Trienal formulando uma série de reformas de base para orientar o desenvolvimento brasileiro (FURTADO, 1963). Com o golpe civil-militar de 1964 e o exílio do pensador, este é convidado pela Universidade de Paris para ministrar os cursos de Desenvolvimento Econômico e Economia da América Latina (FURTADO, 2014, p. 550–558), permanecendo em Paris durante vinte anos. Durante os quatro primeiros anos do exílio o autor argumenta em diversos ensaios sobre a tendência de estagnação da economia brasileira tendo em vista a não concretização das reformas de base. Nessa mesma época, surgem diversas críticas aos escritos de Furtado por autores de diferentes correntes de pensamento, iniciando-se, na América Latina, um debate acerca da dependência na região latino-americana em virtude da estreita relação entre as burguesias nacional e estrangeira (BORJA, 2013).

Nesse sentido, é através das críticas realizadas e da constatação do surto de crescimento com arrocho salarial e concentração de renda durante o “milagre econômico” brasileiro, além da “nova percepção da evolução do capitalismo industrial, notadamente com a emergência das empresas multinacionais” (BIANCONI, 2015, p. 30), que Furtado inicia, no princípio da década de 1970 e tendo como exemplo este livro, a reformulação de várias de suas antigas teses, deslocando o debate da tendência à estagnação para as características do padrão de desenvolvimento brasileiro, assentado nas bases do Estado, do capital estrangeiro e da burguesia nacional.

Furtado (1978a) inicia o livro lembrando a conexão entre o subdesenvolvimento e a revolução industrial, que transformou as técnicas produtivas e os padrões de consumo nos países europeus. As elevações de produtividade decorrentes do progresso tecnológico eram inerentes à nova constelação de produtos que compunham a cesta de consumo dessa população. A difusão dos novos padrões de consumo e da elevação da produtividade para a periferia do

a utilizar o conceito “efeito de dependência” em suas outras obras, provavelmente pelo fato dessa interpretação decorrer da necessidade de suavizar suas conclusões a respeito do arrocho salarial para que este livro fosse publicado no Brasil durante a ditadura militar.

capitalismo, sem a contrapartida da assimilação do progresso tecnológico na transformação dos processos produtivos, “constituía em realidade o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas” (FURTADO, 1978a, p. 10). Deste modo, com o rápido avanço do processo de modernização dos padrões de consumo, a industrialização se orientou de forma a ampliar a heterogeneidade tecnológica entre os diversos ramos produtivos das economias periféricas.

No centro desenvolvido, as incessantes inovações tecnológicas permitiam o fluxo contínuo de introdução de novos produtos na pauta consumidora; Furtado (1978a) ressalta que esse fenômeno é o que caracteriza o sistema capitalista e que, em nível mundial, este atua conservando as relações de dependência e de dominação. Em uma crítica à CEPAL¹⁹, o autor contraria as teses que afirmam que a industrialização das economias antes exportadoras de produtos primários acarretaria em uma maior autonomia de decisões e declara que um sistema industrial é um processo em contínua transformação; transformação essa exógena ao sistema industrial periférico – tendo em vista que o progresso tecnológico, nas economias subdesenvolvidas, é assimilado na forma de produtos e não concebido e construído internamente –, criando “condições estruturais de dependência tão ou mais estritas do que as que prevaleciam no sistema tradicional de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1978a, p. 14). As novas formas de dependência, então, surgem a partir do ingresso das economias periféricas no fluxo de modernas tecnologias, processos produtivos e produtos que não possuem relação com suas condições estruturais, reproduzindo o padrão de diversificação das economias centrais e retardando “a absorção do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1978a, p. 14).

A respeito do subdesenvolvimento, o autor o analisa em três níveis: i) sob a ótica do sistema produtivo, compreendendo-o como um processo de heterogeneidade tecnológica; ii) do ponto de vista social, identificando o processo como desigualdade de classes em uma sociedade; iii) com a perspectiva da hierarquia internacional de poder, advogando que o subdesenvolvimento manifesta-se como uma situação de dependência estrutural. Estes três níveis de análise encontram-se inter-relacionados, não podendo ser compreendidos plenamente em separado.

¹⁹ Fonseca (2000), em estudo que resgata as vertentes e origens do pensamento cepalino, identifica três ideias principais na formação dessa escola de pensamento: o “liberalismo de exceção”, com a concepção de que, em face de disfunções do mercado, cabia o protecionismo e a intervenção estatal; o positivismo, através da noção de progresso, que se traduziu como a possibilidade da superação da condição do subdesenvolvimento; Friedrich List, com a defesa de um intervencionismo orientado em prol da industrialização. Em uma releitura de List, a CEPAL associava a superação do subdesenvolvimento à uma industrialização orientada pelo Estado.

Sobre o primeiro, Furtado (1978a) propõe uma simplificação que desconsidera os distúrbios que poderiam advir da demanda em um país subdesenvolvido, supondo que este norteia a produção de produtos já conhecidos por técnicas produtivas a que já estão habituados. Permanecendo estável a dotação de capital por trabalhador e direcionando o progresso tecnológico apenas em prol da transformação dos processos produtivos, seria possível disseminar as novas tecnologias igualmente em todo o sistema produtivo, homogeneizando-o com a aceleração da acumulação. Assim, “a rapidez com que se absorverá o subdesenvolvimento (isto é, com que se avançará na homogeneização técnica) será intensificada ou não, dependendo da orientação do progresso tecnológico” (FURTADO, 1978a, p. 13). Neste trecho citado cabem duas ressalvas: em primeiro lugar, Furtado deixa implícito que o subdesenvolvimento será, cedo ou tarde, absorvido; porém, isso ocorre apenas dentro deste modelo simplificativo que o autor coloca enquanto suposição. Em segundo, apesar de colocar, nesse momento, o subdesenvolvimento como sinônimo de heterogeneidade tecnológica, o autor esclarece posteriormente que o primeiro envolve questões mais complexas.

Acerca do segundo ponto de vista, ao analisar o processo brasileiro de crescimento com concentração de renda, o autor reitera o problema da heterogeneidade técnica tendo em vista a lenta difusão das novas tecnologias nos setores produtivos que não produzem para a parcela privilegiada da população (FURTADO, 1978a). Em seguida, afirma que “a aceleração do crescimento do consumo dos grupos de altas rendas terá como contrapartida a agravação do subdesenvolvimento, na medida em que este significa disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país” (FURTADO, 1978a, p. 31), colocando como central para a explicação do subdesenvolvimento a heterogeneidade social, que engendra as deformidades estruturais do sistema produtivo explicitadas no parágrafo anterior.

Por fim, quanto à terceira perspectiva, Furtado (1978a) advoga que o subdesenvolvimento não é uma anomalia derivada do modo particular pelo qual as economias periféricas assimilam o progresso tecnológico, e sim uma estrutura que se adaptou de uma forma específica às condições determinadas pelo capitalismo internacional; condições essas que concentram a riqueza nos países centrais enquanto homogeneízam em todo o mundo os mesmos padrões de consumo. É nesse sentido que “o subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos” (FURTADO, 1978a, p. 15), isto é, o subdesenvolvimento se manifesta por meio dessa heteronomia, que barra a instituição de políticas em prol de um projeto nacional e a coordenação dos sistemas produtivos do país de

acordo com objetivos decididos internamente, tendo em vista a hierarquia de poder e a dominação internacional.

Furtado (1978a) conclui que a industrialização periférica está fundamentada nesse sistema de reprodução dos padrões de consumo dos países centrais, o que requer a preservação das estruturas sociais que asseguram a concentração de renda. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento que engloba a permanente tentativa de alcançar os países centrais – que, por sua vez, se transformam cada vez mais rapidamente –, além de inatingível, amplia as deformações estruturais, tanto no sistema produtivo quanto na distribuição de renda e riqueza.

Este livro é fundamental para identificar, na obra teórica de Celso Furtado, a ampliação do conceito de subdesenvolvimento, que passou a ser entendido como uma forma de desenvolvimento particular das economias periféricas que compreendia uma estrutura marcada por heterogeneidade tecnológica e desigualdade social, que se manifesta como uma situação de dependência estrutural e subordinação em âmbito internacional. O subdesenvolvimento, desde os livros iniciais do autor – *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* e as primeiras edições de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* –, esteve invariavelmente ligado à heterogeneidade da estrutura produtiva. A concentração de renda foi constantemente destacada, em suas primeiras obras, como uma deformidade ligada ao subdesenvolvimento; entretanto, a primeira se encontrava caracterizada mais como um subproduto do último – tendo em vista a incompatibilidade entre as transformações do sistema produtivo e o excedente estrutural de mão-de-obra – do que como componente desse conceito. Ademais, a questão das estruturas de poder em nível global vinha sendo colocada, gradativamente, desde os livros *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* e *Um projeto para o Brasil*; contudo, foi com o artigo *Dependencia externa y teoría económica*, no qual o autor propõe um novo modo de pensar o subdesenvolvimento, enfatizando a necessidade de concebê-lo enquanto um subsistema imerso em um sistema hierárquico global, que Furtado recoloca suas reflexões sobre o poder, o sistema produtivo e a sociedade para formular, em *Análise do “Modelo” Brasileiro*, um conceito mais amplo de subdesenvolvimento.

Essa nova interpretação de subdesenvolvimento rompe completamente com a lógica cepalina da necessidade da industrialização para lograr o desenvolvimento, uma vez que o autor passa a enxergar o sistema industrial como um processo em mutação, derivado do progresso tecnológico executado no centro do sistema capitalista, isto é, exógeno aos países subdesenvolvidos. Nessa interpretação, as relações de poder em âmbito internacional perpassam a questão do progresso tecnológico. Nesse sentido, a dependência é concebida como uma condição imposta por uma estruturação do capitalismo internacional; estruturação essa

arquitetada através das relações de divisão internacional do trabalho, metamorfoseando-se com a preponderância das empresas transnacionais no processo de substituição de importações das economias periféricas. A significação do conceito de dependência, nesse momento da obra de Furtado, encontra-se ligada, preponderantemente, com a assimilação desigual do progresso tecnológico.

Celso Furtado desenvolveu, lapidou e amadureceu seu pensamento a respeito do subdesenvolvimento durante toda a sua vida. Conforme afirma Borja (2013, p. 34), o pensador ampliou o conceito de desenvolvimento, estudando suas várias expressões, “desde o estrito desenvolvimento das forças produtivas, passando pela estrutura de poder e chegando à dimensão cultural”. Em *Análise do “Modelo” Brasileiro*, bem como em *Dependencia externa y teoría económica*, o conceito de desenvolvimento do autor está entrelaçado à compreensão da dominação e da hierarquia de poder em nível global, bem como à característica da homogeneidade tecnológica do sistema produtivo. No próximo capítulo, examinaremos a centralidade da cultura na interpretação de Celso Furtado acerca dependência da América Latina e as transformações do conceito de “desenvolvimento” para o autor, que passa a possuir caráter mais amplo ao englobar a perspectiva da “criatividade”.

3 Celso Furtado e a dependência

Este capítulo busca sistematizar o pensamento de Celso Furtado ao longo de quatro livros: *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) e *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* (1980)²⁰. O motivo da escolha dessas obras em particular deve-se ao relato que o autor realiza em sua autobiografia sobre o ano letivo de 1973-74, em que permaneceu em Cambridge. Em suas palavras:

[...] o essencial do meu tempo dediquei a participar de seminários em torno de temas que me interessavam, a debater com colegas a ideia de uma reconstrução da economia política, a rearrumar minhas próprias ideias, a espremer a cabeça para decifrar alguns dos enigmas que havia tempo me perseguiam. (FURTADO, 2014, p. 590).

Furtado (2014) revela, então, que estes quatro livros foram fruto de tal esforço intelectual. Tais livros trazem uma teorização da dependência em que esta ganha centralidade na interpretação do mundo pelo autor; processo possibilitado pela incorporação da temática da cultura e da criatividade ao núcleo de sua compreensão do esquema centro-periferia. Ademais, devem ser compreendidos como uma totalidade, uma vez que manifestam, um após o outro, um movimento gradativo de elevação do grau de abstração para a apreensão do real, até culminar no último: a efetivação da síntese desse movimento interpretativo.

Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor realiza uma crítica ao desenvolvimento, tanto de seu potencial devastador e destrutivo, quanto de seu padrão inalcançável. O *Prefácio a Nova Economia Política* procura, através de uma crítica à ciência econômica, estabelecer indicações para a construção de categorias mais amplas em busca de uma teoria social global. Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* o pensador sobe um degrau no nível de abstração ao realizar uma crítica filosófica à ciência em geral e à subordinação da criatividade à racionalidade instrumental. Por fim, em *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* o autor cumpre a missão estabelecida por si mesmo no *Prefácio a Nova Economia Política* e sintetiza todas as suas ideias desenvolvidas ao longo desses três livros em uma abordagem interdisciplinar, conformando uma interpretação global da realidade socioeconômica mundial.

²⁰ As datas dos livros citados referem-se à sua primeira publicação.

3.1 O Mito do Desenvolvimento Econômico (1974)

O livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) de Celso Furtado foi publicado em 1974 e reúne quatro²¹ ensaios que o autor escreveu na segunda metade de 1972, enquanto atuava como professor visitante na American University, e durante os anos 1973 e 1974, na Universidade de Cambridge (FURTADO, 1974, p. 11). Os ensaios *Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas* e *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*, foram escritos em Cambridge, quando o pensador ministrou um curso a respeito da temática do desenvolvimento e da especificidade do subdesenvolvimento, em que buscava reestruturar a economia política, partindo de uma perspectiva global das relações internacionais e do processo de difusão do progresso técnico, ao mesmo tempo que realizava o esforço intelectual de refletir e reorganizar suas próprias ideias (FURTADO, 2014, p. 590).

O primeiro ensaio, que dá nome ao livro e é o mais célebre do autor, foi inspirado por um estudo realizado por um grupo do MIT para o Clube de Roma denominado *The Limits to Growth*, em que se argumentava que, caso todos os países adotassem o mesmo modelo de desenvolvimento dos países ricos, os custos ambientais seriam irreparáveis – tendo em vista o consequente esgotamento de recursos não renováveis –, levando o sistema econômico mundial ao colapso (MEADOWS et al., 1972). Para Furtado, tal linha de argumentação era falaciosa (FURTADO, 2014, p. 592), uma vez que, ao não considerar a situação específica das economias subdesenvolvidas, subordinadas ao mimetismo cultural e à dependência tecnológica, não compreendia-se a raiz do problema. O autor argumenta que não é a difusão do processo de desenvolvimento para outros países do globo que acarretaria no desgaste ambiental, e sim o próprio modelo de desenvolvimento praticado pelos países cêntricos; modelo esse que cria formas de vida de improvável universalização para o restante do planeta, de modo que a reprodução do capitalismo central pelos países periféricos é apenas um mito²² (FURTADO, 1974).

²¹Para os propósitos da dissertação, selecionamos o ensaio *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais* para investigarmos atentamente. Faremos breve explanação a respeito do ensaio *Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas*, uma vez que este esclarece questões relativas ao desenvolvimento para Celso Furtado. Ademais, os textos *O modelo brasileiro de subdesenvolvimento* e *Objetividade e ilusionismo em economia* não serão apresentados, uma vez que o primeiro é composto por uma análise aplicada à economia brasileira, tratando de políticas econômicas específicas, e o segundo inicia um debate metodológico com o mainstream – a respeito da ciência econômica – que será concluído em *Prefácio a Nova Economia Política*, livro que optamos por examinar.

²²Autores como Almeida (2009, p. 42) e Kalvan (2000, p. 43) apontam certo pessimismo nesta obra de Furtado, com o abandono da perspectiva da superação do subdesenvolvimento no Brasil, identificando na periferia o processo de reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento. O próprio Furtado admite este pessimismo

Apesar da crítica, a interpretação realizada pelo grupo do MIT, sobre o planeta Terra enquanto sistema fechado e as pressões exercidas sobre os recursos não renováveis, foi incorporada ao raciocínio de Furtado. Isso na medida que este questiona o modelo de desenvolvimento dos países cêntricos e a adoção de seus padrões de consumo pela periferia, que traria consigo, através do processo de substituição de importações – justificado ideologicamente por esse mito do progresso, o mito da possibilidade de alcançar o desenvolvimento reproduzindo esse mesmo modelo –, a utilização intensiva de energia e recursos não reprodutíveis de inegáveis impactos ecológicos (BRANDÃO, 2013, p. 22–23).

Já o segundo ensaio d’*O Mito do Desenvolvimento Econômico*, denominado *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*, é essencial para a completa compreensão do livro, uma vez que Furtado (1974, p. 11) o descreve como “o núcleo teórico dos demais”. Neste, o autor procura apresentar de modo mais sistemático a interpretação contida no artigo *Dependencia externa y teoría económica*, examinando através da lente da cultura os entraves ao desenvolvimento econômico dos países periféricos e as dificuldades da industrialização tardia e, principalmente, explicitando rigorosamente as diferenças e relações entre as categorias de dependência e subdesenvolvimento em uma Teoria da Dependência, conforme afirma o próprio Furtado em carta para Joseph Love, datada de 22 de dezembro de 1982:

Em [“Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”] apresentei uma teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias, pois pode ser submetida a teste. O ponto de observação inicial é o seguinte: os países que se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários (em particular agrícolas) absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que dos processos produtivos. A modernização é mais rápida do que o avanço nas técnicas produtivas. Portanto não se necessita adotar uma visão conspiratória da história para perceber os vínculos entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. (FURTADO, 1982 apud AGUIAR, 2013, p. 12).

Furtado resgata, nesse ensaio, a formação histórica dos países latino-americanos explicitando a consolidação das relações de dominação-dependência através do vínculo entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, que possibilitou a difusão das transnacionais dos países centrais para as nações dependentes, cuja autonomia passa a ser continuamente minada conforme os centros de decisões vão se dissociando dos respectivos Estados nacionais (BORJA,

em entrevista a Carlos Mallorquín: “Cuando yo llegué a este país [Brasil] diez años después [do golpe de 1964], era ya otro. Otra mentalidad, otra gente, y entonces allí perdí la idea de que en mi generación se podría avanzar realmente en la dirección de la concreción de una sociedad distinta, más igualitaria, más ecuánime, menos injusta. Todos esos idealismos que habíamos tenido nosotros los de la izquierda habían desaparecido. Se habían inviabilizado todos esos objetivos, el proyecto total. Eso tuvo una fuerte repercusión en mi forma de pensar. De ahí que todos mis libros a partir de *Análisis del ‘modelo’ brasileño*, son libros que transmiten una imagen pesimista de Brasil. Y eso que yo había sido el hombre del optimismo. En *La formación económica de Brasil*, aparecía un país que avanzaba y que tenía un proyecto.” (MALLORQUIN, 1995, p. 135–136).

2013, p. 41–44). Nesse sentido, a dependência é apresentada “por uma perspectiva, maiormente, sociológica” (BORJA, 2013, p. 41), em que a cultura adquire preeminência na análise; análise essa agora centrada nas relações entre cultura, desenvolvimento e dependência e amparada pelos conceitos de “dependência cultural” e “dominação cultural”. Nas palavras de Guimarães (2000, p. 17): “É como se Celso Furtado respondesse ao surto de industrialização dependente, hipótese dissolvente da problemática cepalina original, radicalizando os fundamentos críticos de sua teoria do subdesenvolvimento”.

O subdesenvolvimento, segundo o autor, pode ser compreendido apenas quando se colocam em pauta os processos históricos particulares que decorreram da gênese e difusão do capitalismo industrial e o modo específico pelo qual os países se inseriram na atual hierarquização no sistema de divisão internacional do trabalho. Sua origem está relacionada com o progresso técnico impulsionado continuamente pelos países centrais, que procuram aumentar a produtividade do trabalho adotando métodos produtivos poupadores de mão-de-obra. Tal progresso técnico se generaliza para a periferia através do comércio exterior, seja por meio da aplicação de novas técnicas produtivas ou da incorporação de produtos mais diversificados, transformando suas estruturas internas com vistas a ampliar o grau de divisão social do trabalho e acelerar a acumulação (FURTADO, 1974).

Todo o processo descrito gera um excedente baseado na especialização geográfica – justificada teoricamente por muitos anos conforme a teoria das vantagens comparativas. Em condições de colonialismo, este excedente é integralmente apropriado pela metrópole; porém, no caso da grande maioria dos países subdesenvolvidos, o excedente é parcialmente apropriado pelas elites locais, que o utiliza para financiar a diversificação de seus padrões de consumo através da importação de produtos oriundos dos países centrais; produtos estes que apareceram como resultado do avanço da técnica e acumulação nos referidos países e chegam à periferia do sistema de forma a intensificar as desigualdades sociais em benefício dos grupos privilegiados. Para Celso Furtado, este processo de inserir na cesta de consumo produtos com maior nível de complexidade provenientes do centro do sistema, sem a contrapartida de um processo de acumulação e progresso técnico internos equivalente, é chamado criticamente de “modernização” (FURTADO, 1974, p. 81).

Assim, ao discorrer sobre essa diversificação no consumo das classes dirigentes da periferia do sistema, Furtado coloca a cultura como elemento explicativo principal por meio do conceito de dependência cultural, que é o que condiciona o comportamento desses grupos que se apropriam do excedente. Furtado já havia identificado em ensaios realizados previamente a interpretação da modernização dos padrões de consumo e do modo como este processo tende a

condicionar os elementos estruturais do subdesenvolvimento, com o avanço da industrialização substitutiva; entretanto, essa é a primeira vez que Furtado utiliza a cultura como núcleo central dessa sua explicação.

Deste modo, para compreender completamente o fenômeno da modernização, é necessário ter em mente que, além dos produtos que passaram a fazer parte da cesta de consumo das elites modernizadas envolverem um maior nível de acumulação do que o que existia previamente na periferia, essa acumulação era “impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico” (FURTADO, 1974, p. 80). Dessa maneira, a apropriação de parte do excedente por esses grupos restritos dos países subdesenvolvidos tornou possível a adoção de padrões de consumo do centro, “a ponto de perderem contato com as fontes culturais dos respectivos países” (FURTADO, 1974, p. 80). Ou seja, as elites modernizadas abandonam sua matriz cultural para reproduzir a cultura das sociedades centrais. A modernização dos padrões de consumo, então, é consequência desse processo cultural descrito, uma vez que

Furtado concebe que, por trás da imitação dessas pautas [...] esconde-se uma apreciação especial do forâneo. Essa apreciação significa admitir que o forâneo reflete as grandes conquistas do progresso, e que, portanto, se configura como manifestação inequívoca de destaque e prestígio social. Também pode-se perceber que essa apreciação não é isolada; pelo contrário, vem junto com a penetração de conjuntos de ideias e valores forâneos, constituindo um dos reflexos dos mesmos. (RODRÍGUEZ, 2007, p. 8).

Nesse sentido, a dependência cultural é causada concomitantemente pelos processos de produção e circulação, que reproduzem as estruturas sociais por meio da apropriação do excedente gerado e seu destino, financiando padrões de consumo similares aos dos países que possuem uma cultura baseada no constante aprimoramento do progresso técnico e num nível maior de acumulação. De acordo com Furtado, o processo de produção refere-se à apropriação do excedente, compreendida apenas quando se tem em conta a matriz institucional interna que reproduz a concentração da renda. Já o processo de circulação refere-se à utilização do excedente, que expressa “o processo de dominação cultural que se manifesta ao nível das relações externas de circulação” (FURTADO, 1974, p. 81). Nessa perspectiva, a apropriação do excedente representa a face interna da dependência, e sua utilização, a face externa. Ambos os processos engendram a dependência cultural, que alicerça a reprodução das estruturas sociais subdesenvolvidas.

Em uma fase avançada da industrialização nos países subdesenvolvidos, quando se faz um esforço para fabricar internamente os bens de maior complexidade antes produzidos nos países centrais, a técnica e equipamentos necessários para efetivar a produção estão subordinados ao perfil da demanda deste setor modernizado, e não ao grau de acumulação obtido até então pelo país. Isto é, emprega-se, na periferia, onde há excedente estrutural de mão-

de-obra, uma tecnologia poupadora de trabalho, enquanto os salários reais correspondem ao nível de subsistência. De acordo com o pensador, este processo é específico da industrialização em condições de subdesenvolvimento, cuja reprodução está intimamente relacionada com o comportamento condicionado pela dependência (FURTADO, 1974).

Com o objetivo de elucidar a questão da dependência, Furtado (1974) entra no debate da colonização cultural, concepção formulada por Marx para expressar o fenômeno da difusão da ideologia da classe dominante para as classes trabalhadoras, de modo que a massa da população perca, aos poucos, sua autonomia cultural, obstaculizando a emergência da consciência de classe. Esse processo é realizado, nos países capitalistas centrais, pela expansão para as classes trabalhadoras do padrão de consumo antes exclusivo às classes dominantes. O antagonismo de classes é assim substituído pela conciliação em torno de interesses comuns. Para Furtado esse processo estende-se para a periferia do capitalismo: a colonização cultural é perpetuada pelos grupos dirigentes locais que se associam aos capitalistas internacionais – interessados em ampliar a fronteira de seu mercado consumidor – e, juntos, apropriam-se do excedente extraído constantemente dos trabalhadores, que vivem com salários de subsistência. É desse modo que se plantam as raízes para o intercâmbio desigual, que engendra, através da divisão internacional do trabalho, a deterioração dos termos de troca e recorrentes desequilíbrios do balanço de pagamentos nos países subdesenvolvidos.

O autor enfatiza, contudo, que a colonização cultural é um fenômeno que não está restrito à periferia. Destacando o caso do Canadá, argumenta que alguns países que sofreram colonização de povoamento, cujas populações lograram, com o passar dos anos, aumentos de salários acima do nível de subsistência, também passaram por um processo de modernização dos padrões de consumo similar ao dos países subdesenvolvidos, financiado também com o excedente apropriado pelas elites internas. Ou seja, essa dependência – que, de acordo com Celso Furtado, “é a situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior” (FURTADO, 1974, p. 84) – existe mesmo quando não se trata de estruturas subdesenvolvidas. A diferença é que, no caso desses países localizados nas zonas temperadas que estabeleceram relações de concorrência com os países europeus que atingiram preliminarmente a revolução industrial, a abundância de recursos naturais e fontes de energia, bem como especificidades históricas, possibilitaram a execução de um processo de “precoce industrialização, ainda que essencialmente sob o controle de firmas estrangeiras” (FURTADO, 1974, p. 86).

É possível identificar uma lacuna no pensamento de Furtado nesse momento, uma vez que o autor não chega a esclarecer os determinantes das especificidades históricas que fizeram

com que países como o Canadá se desenvolvessem. Contudo, essas reflexões são necessárias para compreender a diferenciação que o autor realiza dos conceitos de dependência e subdesenvolvimento, em que o primeiro conserva maior grau de generalidade. A dependência possui uma dimensão cultural relacionada ao fato de alguns poucos países cêntricos serem capazes de guiar os padrões, não só de consumo, como também de tecnologia, de ideologia, de desejos, de perspectivas e de visões de mundo. Por meio da colonização cultural, os países dependentes montam suas estruturas produtivas – e, em conexão com isso, até suas normas e instituições – de forma a acompanhar continuamente a expressão cultural dos países centrais, que guiam as pautas produtivas do resto do mundo conformado pela civilização industrial.

Já o subdesenvolvimento é a condição da periferia no sistema capitalista, que decorre da combinação singular entre as técnicas e produtos oriundos do centro da civilização industrial com as estruturas sociais anteriores, e é fruto do processo de colonização específico e da inserção característica desses países na divisão internacional do trabalho. O subdesenvolvimento é um processo que tende a se reproduzir no tempo e no espaço e aprofundar suas estruturas permanentemente. Essas estruturas são marcadas pela heterogeneidade tecnológica, desigualdades entre as zonas rurais e urbanas no que se refere à produtividade do trabalho, subemprego urbano com tendência sempre à elevação e a população vivendo, preponderantemente, com salários aproximados ao nível de subsistência. Sua origem deriva de condições históricas particulares em que os países, externamente, estão subordinados pela condição de dependência e, internamente, aumentam cada vez mais a extração de excedente, concentrando renda; os elementos externos e internos atuam de forma a se autorreforçarem, de modo que o crescimento dessas economias agrave tanto os vínculos de dependência quanto a desigualdade social por meio da exploração interna. Nas palavras do autor:

Este ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido. Mais ainda: a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência. (FURTADO, 1974, p. 87).

É interessante notar o tratamento que Furtado realiza do conceito de subdesenvolvimento neste livro, em contraposição com a obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961. No último, apesar de explicar no Capítulo 3 – denominado *O processo histórico do desenvolvimento* – a importância da apropriação do excedente para direcionar o desenvolvimento, quando discute o subdesenvolvimento nas estruturas complexas, o autor não aborda o argumento que adotaria posteriormente n'*O Mito do Desenvolvimento*

Econômico (1974): parte do excedente é apropriada externamente e parte pelas elites locais. Furtado, em várias passagens de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009), utiliza termos nos marcos ortodoxos para se introduzir no debate e dialogar com o *mainstream* dominante das ciências econômicas²³. Entretanto, a escolha pelos conceitos é um dos elementos que constrói o nível de complexidade da análise.

Assim, o esclarecimento acerca da definição de subdesenvolvimento, em 1961, apesar de seminal e necessário para a compreensão posterior de toda sua teoria do subdesenvolvimento, ainda era composto por termos estritamente econômicos e não incorporava a temática transdisciplinar da dependência. Em 1961, as palavras do autor eram:

Estabelecido que o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores – o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena do capital e da mão-de-obra –, infere-se que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos. (FURTADO, 2009, p. 174).

Já em 1974, ao elaborar completamente a categoria de “dependência cultural”, ao mesmo tempo em que vincula os processos resultantes dessa dependência à reprodução e aprofundamento da condição de subdesenvolvimento, o autor avança na complexidade da análise incorporando outros elementos. Este movimento não é, meramente, a alteração de seu vocabulário. Mais do que isso, Furtado desenvolve e articula outros conceitos (“modernização dos padrões de consumo”, “apropriação do excedente”, “dominação cultural” etc.) para interpretar a realidade, sendo capaz de ampliar o leque do debate para, de fato, teorizar a respeito da dependência.

Além disso, entrando no plano da industrialização periférica no quadro da dependência, mais uma vez Furtado (1974) faz referência aos economistas que enxergam o fenômeno do subdesenvolvimento como um sistema fechado, cuja descontinuidade estrutural manifesta-se como um “desequilíbrio ao nível dos fatores” devido a uma inadequação tecnológica. Contestando essa argumentação, como já havia feito em *Dependencia externa y teoría económica*, o autor traz, dessa vez, uma observação inédita:

Os economistas que observaram as economias subdesenvolvidas sob a forma de sistemas fechados viram nessa descontinuidade do aparelho produtivo a manifestação

²³ Sobre o *mainstream*, na introdução de seu livro, já em 1961, Furtado argumenta: “Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas [marxismo, economia clássica, economia keynesiana] para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador no mundo subdesenvolvido, diríamos que [...] a economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo [...]” (FURTADO, 2009, p. 18). A economia clássica a que se refere Furtado, é entendida aqui como o *mainstream* da ciência econômica. O autor a apresenta como “a teoria dos preços, corpo central da ciência econômica” (FURTADO, 2009, p. 17) que “fora estruturada no marco da concepção do equilíbrio geral” (FURTADO, 2009, p. 17). Assim, o objetivo geral do livro, nas palavras do autor, é realizar “[...] um esforço de crítica e reformulação do pensamento econômico, visando a um conhecimento mais eficaz dos problemas do subdesenvolvimento.” (FURTADO, 2009, p. 21).

de um “desequilíbrio ao nível dos fatores”, provocado pela existência de coeficientes fixos nas funções de produção, ou seja, pelo fato de que a tecnologia que estava sendo absorvida era “inadequada”. Pretende-se, assim, ignorar o fato de que os bens que estão sendo consumidos não podem ser produzidos senão com essa tecnologia, e que às classes dirigentes que assimilaram as formas de consumo dos países cêntricos não se apresenta o problema de optar entre essa constelação de bens e uma outra qualquer. Na medida em que os padrões de consumo das classes que se apropriam do excedente devam acompanhar a rápida evolução nas formas de vida, que está ocorrendo no centro do sistema, qualquer tentativa visando a “adaptar” a tecnologia será de escassa significação. (FURTADO, 1974, p. 87–88).

Nesse trecho, Furtado está discordando, em parte, da interpretação que havia realizado anteriormente no livro *Um projeto para o Brasil*, no qual afirmava que o problema da descontinuidade no aparelho produtivo não era a inadequação tecnológica, e sim a falta de coordenação das burguesias nacionais e do Estado para escolher os processos produtivos adequados e adaptá-los à estrutura interna. Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor continua criticando a interpretação da inadequação tecnológica, porém, descarta a hipótese de qualquer adaptação e escolha de processos produtivos adequados, uma vez que os produtos a serem substituídos pressupunham uma tecnologia específica para produzi-los. Conforme esses novos processos produtivos, máquinas e equipamentos inserem-se na dinâmica produtiva periférica, coexistindo com setores de menor complexidade, agrava-se a deformidade estrutural. Nesse sentido, o autor desloca o fundamento da análise, a fonte do problema, da difusão do progresso tecnológico para a dependência cultural e a mimetização.

Assim, enfatizando a necessidade, no quadro da industrialização dependente, de absorver o progresso técnico alcançado nos países centrais sob a forma das técnicas e dos novos produtos, Furtado (1974) apresenta a relação entre o avanço dessa industrialização com os interesses das grandes empresas transnacionais. Segundo o autor, conforme a industrialização dependente progride, é necessário não somente mobilizar recursos para adquirir um ou outro bem de capital, mas se manter inserido na dinâmica internacional de forma a ter “acesso ao fluxo de inovação que está brotando nas economias do centro” (FURTADO, 1974, p. 88), uma vez que a velocidade de acumulação nas últimas tende a se ampliar continuamente.

As grandes empresas dos países centrais, então, enxergam a oportunidade de se inserirem nas economias periféricas por meio da criação de subsidiárias, controlando o fluxo de inovações técnicas e substituindo as empresas nacionais. Para elas, notoriamente, é mais lucrativo expandir-se para países com mão-de-obra barata e expressivos recursos naturais – tendo em vista o grande montante de capital disponível e as facilidades de financiamento –, do que simplesmente vender parte da sua tecnologia. Os países periféricos, por sua vez, requisitam a presença dessas transnacionais para avançar no processo de industrialização e permanecer recebendo o fluxo de inovações necessário para a busca incessante do nível tecnológico dos

países cêntricos, abdicando, em contrapartida, do controle do próprio aparelho produtivo (FURTADO, 1974).

Este movimento aprofunda e enraíza a dependência no sistema produtivo da periferia: a própria mimetização praticada pelos países subdesenvolvidos em relação ao centro do sistema muda de forma, deixando de acompanhar as contínuas transformações por meio da importação para entregar o controle de suas estruturas produtivas internas para as subsidiárias das grandes empresas transnacionais. A dinâmica descrita aprofunda a dependência, mas o que a condiciona é o fato de os países dependentes se manterem “em posição de satélite cultural dos países cêntricos do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 84).

Por fim, Furtado conclui esse ensaio, *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*, com a seguinte colocação:

Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas. O seu papel na construção do presente sistema capitalista mundial tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável: novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ou orientadas para a exportação de manufaturas estão apenas emergindo. É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre sub-sistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1974, p. 94)

Nesse trecho, o autor finaliza interligando todas as suas considerações através de uma visão global do sistema mundo, explicitando cabalmente que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos e estruturas, por um lado, criadas pelo capitalismo e, por outro, que sustentam a continuidade desse modo de produção.

É possível perceber, a partir dessa visão global do autor, a efetiva construção de uma nova teoria. Essa nova teoria não é mais a teoria do subdesenvolvimento, que o pensador havia elaborado durante a década de 1960, porque a significação dos conceitos principais foi alterada. O subdesenvolvimento continua sendo a condição da periferia, uma deformidade estrutural; entretanto, ele não é mais decorrência de um processo imposto por vias externas, e sim originado pela dependência. A dependência, por sua vez, não é mais compreendida apenas como antônimo de autonomia; agora é entendida como um processo complexo de relações interno-interno (concentração da renda) e interno-externo (dominação cultural). A transformação da significação desses conceitos principais pressupõe uma transformação da análise acerca da interação dos fenômenos e os processos subjacentes; ou seja, toda a interpretação de mundo de Furtado foi transformada.

Tal interpretação de mundo agora centra-se no fenômeno da dependência, que manifesta-se através do processo de modernização; processo esse que antes era explicado pela

difusão do progresso tecnológico e pelas disparidades em seus níveis, e agora passa a ser entendido como consequência cultural da “apreciação do forâneo” – nas palavras de Rodríguez (2007) –, derivada do mito do desenvolvimento econômico. Deste modo, a incorporação do conteúdo antropológico em sua pesquisa ampliou o nível de complexidade de sua análise de forma a originar uma Teoria da Dependência.

3.2 Prefácio a Nova Economia Política (1976)

O livro *Prefácio a Nova Economia Política* (1977), publicado pela primeira vez em 1976, traz uma perspectiva da dependência embasada no impacto da estrutura de poder na apropriação do excedente e sua relação com a dominação cultural. Furtado escreve este livro após enxergar a necessidade de elaboração de uma “teoria social global” (FURTADO, 1977, p. 11), justificando que uma nova abordagem é fundamental para superar a insuficiência da ciência econômica e de seu quadro conceitual na explicação da diversidade de problemas que estavam surgindo no mundo. Transcendendo o propósito de um estudo interdisciplinar, o autor procura, mais do que isso, realizar uma unificação das ciências sociais de modo a reconstruir o universo de conceitos da economia, interligando “a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder” (FURTADO, 1977, p. 11).

Duas considerações iniciais são pertinentes para a apreensão deste livro. A primeira delas é que Furtado aspirava estabelecer um distanciamento intelectual entre seu pensamento e a escola estruturalista latino-americana. Isso se manifesta através da crítica que o autor direciona à CEPAL logo no início da obra, quando afirma que esta, muito embora tenha contribuído para evidenciar a especificidade do subdesenvolvimento e descrever suas características, tendências e formas de funcionamento, possui uma construção teórica sustentada por um “sistema de enunciados gerais [...] muito próximo da análise econômica convencional” (FURTADO, 1977, p. 14), o que limitou o campo de possibilidades teóricas pelas quais é possível conjecturar, investigar e explicar a realidade. Chamando atenção para essas limitações, declara que procura “sugerir pistas tendo em vista superá-las” (FURTADO, 1977, p. 14).

A segunda consideração diz respeito ao propósito que possui Furtado de, através deste livro, debater com os marxistas. Em primeiro momento, é perceptível a introdução de diversas categorias marxistas durante o ensaio: “produtividade social do trabalho”, “reprodução simples e ampliada”, “desenvolvimento das forças produtivas”, “modo de produção capitalista”. Do

mesmo modo, a expressão “custo de reprodução da população”, utilizada com frequência durante o livro para construir a interpretação global do funcionamento de diversas sociedades, possui clara inspiração do conceito marxista “custo de reprodução da força de trabalho”. Além disso, o livro possui diversas referências à Marx, expressando o esforço para estabelecer um diálogo no sentido de aproximar certas ideias e debater outras. O próprio Furtado deixa indicativos desse objetivo em carta à Fernando Henrique Cardoso, datada de 7 de abril de 1976:

Estou terminando o trabalho de que lhe falei, que recebeu o título de *Prefácio a uma Nova Economia Política*. Na verdade trata-se de um *Prefácio* e de uma *Tábua de matérias*. Retomei a tradição da economia, anterior a Ricardo, de uma ciência social global, o que requer partir de um quadro conceitual mais amplo do que esse a que nos habituamos na *análise econômica*. Uma tentativa desse tipo implica abrir um diálogo em muitas direções. Alguns anos atrás esse diálogo seria principalmente com os neoclássicos em economia, ou com os funcionalistas em sociologia, hoje o interlocutor mais vigoroso são os marxistas. Como estes vivem fechados em um monólogo, simplesmente trazê-los para um diálogo seria uma não pequena vitória. (FURTADO, 1976 apud AGUIAR, 2013, p. 16, grifo do autor).

A busca pela elaboração de uma teoria social global perpassa a compreensão de todas as formações sociais: as pré-capitalistas, as capitalistas e as “pós capitalistas” (economias de planificação central). Furtado (1977) aponta que conceitos como “lucro” e “mais-valia”, embora essenciais para elucidar o funcionamento das economias de mercado, não são adequados para investigar sociedades com outros fundamentos. O autor propõe, então, um quadro conceitual mais amplo utilizando as ideias de “acumulação” e “excedente”. Sobre a primeira, ressalta que a análise econômica tradicional não a está utilizando de modo suficientemente integral, preocupando-se apenas com uma forma específica de acumulação: a geradora de um fator de produção. Essa se processa no sentido de um fluxo, isto é, a formação de capital para ampliar a capacidade produtiva. Em vista disso, o pensador sugere utilizar o conceito de “excedente” como ponto de partida para um entendimento global do processo de acumulação²⁴.

²⁴ Mallorquin (2005, p. 259–269) realiza importante crítica a respeito da teorização de Furtado sobre acumulação no livro *Prefácio a Nova Economia Política*. Neste trecho em especial, quando o pensador argumenta sobre as lacunas da análise macroeconômica tradicional que não possui uma interpretação global do conceito de acumulação, “o que se poderia esperar de Furtado seria a descrição do processo de acumulação global, mas em lugar disso o autor nos remete ao conceito de ‘excedente’” (MALLORQUIN, 2005, p. 267). Furtado esclarece muito bem o processo de acumulação enquanto fluxo; entretanto, em momento algum do livro o autor chega a definir a acumulação/estoque. Mallorquin (2005, p. 265) argumenta que “os obstáculos conceituais na teorização de Furtado encontram-se no fato de que, de maneira geral, o conceito de ‘acumulação/estoque’ é derivado de uma concepção que supõe, necessariamente, uma teoria da origem, ou seja, uma problemática sobre a essência (única) do que se acumula ou se incrementa”. Em nota de rodapé deste mesmo livro, Furtado (1977, p. 40) já havia criticado essa “teoria de origem” de Marx, a acumulação primitiva: “Marx fez da mais-valia a origem do capital, mas como mais-valia ‘pressupõe a produção capitalista’ a coisa toda parecia a ele ‘fechar-se em um círculo vicioso’. Para sair da dificuldade retomou a ideia de Adam Smith de ‘acumulação prévia’, que chamou de ‘primitiva’, ‘uma acumulação que não resulta do modo capitalista de produção mas é o seu ponto de partida.’”, e conclui afirmando não ser possível “derivar leis gerais da acumulação ou da evolução das relações de produção”, sendo mais proveitoso “aprofundar no conhecimento da história”. Nesse sentido, pode-se inferir que não era intenção de Furtado desenvolver uma “teoria de origem” da acumulação, tampouco de aceitar a

Nesse sentido, o autor volta-se para a pesquisa antropológica e histórica salientando que, por motivos de sobrevivência, a existência do ser-humano esteve continuamente relacionada a formas de especialização ou divisão do trabalho, processos que intensificam a eficiência do trabalho. No caso de sociedades que não habitam ambientes hostis, uma maior eficiência do trabalho acarreta crescimento demográfico – ou “excedente social” (FURTADO, 1977, p. 18) – que, por sua vez, amplia as possibilidades de divisão do trabalho. Atingido, assim, certo grau de produtividade do trabalho, a especialização se manifesta de maneira mais complexa: novas funções surgem na sociedade e, com elas, relações assimétricas no interior da coletividade. Tais relações constituem o fundamento de estruturas hierárquicas, o que pode repercutir em disparidades entre os níveis de consumo nos diversos grupos de população, ou seja, em estratificação social (FURTADO, 1977).

Nessa linha de argumentação, o excedente pode ser explicado por dois fatores: a existência da estratificação social e a divisão social do trabalho. Logo, a teoria do excedente preocupa-se com as maneiras desiguais de apropriação do fruto do incremento da produtividade do trabalho. A mensuração do excedente é resultante da comparação entre a produtividade social do trabalho e o custo de reprodução da população (FURTADO, 1977). Esse último conceito possui semelhanças com o “salário de subsistência”, utilizado por Celso Furtado em obras anteriores; entretanto, o autor optou por abandonar o termo “subsistência” salientando sua “evidente ambiguidade” (FURTADO, 1977, p. 20). Além disso, diferente da categoria marxista “custo de reprodução do trabalhador”, o conceito “custo de reprodução da população” conserva maior grau de generalidade, tornando-se compatível com uma teoria social global.

Entrando na análise das formações sociais capitalistas contemporâneas, Furtado (1977) observa que a dinâmica do custo de reprodução da população no tempo depende da evolução da produtividade do trabalho e do potencial de coordenação da população trabalhadora no sentido de reivindicar para si parte do produto social. Assim, Furtado está adicionando um elemento de conflito em torno do excedente (geração, apropriação e utilização) na dimensão interna das economias capitalistas. O estudo das transformações sociais dentro da temática do desenvolvimento econômico centra-se no conhecimento dos processos de apropriação e do modo de utilização do excedente. Sabendo que estes processos trazem consigo um elemento de disputa de classes antagônicas, a investigação desses conflitos permite não só entender a orientação geral do desenvolvimento econômico, como também “aprofundar o conhecimento

concepção dos clássicos – tendo em vista todo o teor crítico do livro – restando essa lacuna de definição de um conceito global de acumulação.

das estruturas internas de dominação e das relações externas de dependência” (FURTADO, 1977, p. 27).

Furtado (1977) salienta, portanto, a necessidade da compreensão da estrutura de poder no interior das diversas sociedades, afirmando que o poder possui uma dimensão política, ligada à coação, e uma dimensão econômica, ligada à formação e à apropriação do excedente. Isso quer dizer que a própria grandeza e a composição do excedente espelham um determinado sistema de dominação social, de forma que o excedente seja, “por si mesmo, a manifestação material da existência de um sistema de poder” (FURTADO, 1977, p. 29). Nas sociedades capitalistas, a estrutura de poder está fundamentada no controle do excedente que, por sua vez, encontra-se continuamente absorvido nos processos produtivos e de intercâmbio. Dessa maneira, a dimensão política da coação foi substituída pela econômica através da propriedade e domínio do capital, que nada mais é do que o excedente utilizado para captar mais excedente.

Nesse sentido, o modo capitalista de produção²⁵, que Furtado (1977, p. 43) define como “a forma mercantil de apropriação do excedente aplicada ao controle direto das atividades produtivas”, transformou-se em um sistema de poder mais eficiente do que o sistema de apropriação autoritário das formações sociais pré-capitalistas, uma vez que agora progrediam as técnicas produtivas ao passo que se acentuava a divisão social do trabalho, intensificando a acumulação. Todavia, a difusão do modo capitalista de produção, que se realizou em primeiro momento através do intercâmbio internacional, ocorreu de forma díspar nas diversas regiões do globo. Furtado salienta que, para examinar as diversas formas que esta assumiu, deve-se pesquisar as características particulares de cada sub-região, isto é, os vínculos externos, a matriz cultural, a estrutura interna de poder, os recursos naturais (FURTADO, 1977).

Furtado (1977) recorda o colonialismo do século XIX e seus objetivos de ampliar o excedente utilizando como procedimentos a desorganização das estruturas internas dos povos dominados e o empenho em provocar um movimento de aculturação – utilizando como artifícios a pilhagem de terras, o recrutamento militar e até o extermínio de povos – com a finalidade de promover uma mudança nos vínculos comunitários e familiares das sociedades, para possibilitar a introdução do trabalho disciplinado e dividido socialmente. Resgatando esses fenômenos como forma de exemplificação, o autor argumenta que para entender as particularidades das formas sociais surgidas a partir da difusão do modo de produção capitalista

²⁵ Furtado diferencia, neste livro, “capitalismo” de “modo capitalista de produção”. De acordo com o autor, o capitalismo é um sistema sociopolítico que determina uma estrutura de poder que impõe relações sociais específicas para que o excedente seja utilizado para captar mais excedente, isto é, transformar-se em capital. Quando o capitalismo deixa de apoiar-se no intercâmbio e passa a submeter à sua lógica a organização da produção, transformando a mão-de-obra e a terra em mercadorias, emerge o modo capitalista de produção.

é preciso ter em mente que este foi resultado de uma ação internacional que tomou forma diversa dependendo das resistências internas de cada região e das formas de manifestação de poder dos países capitalistas dominantes.

Não obstante esse processo ter ocorrido de forma diferente em diversas localidades e explicar inclusive as formas específicas de retenção do excedente e de modificação dos padrões de vida, há em comum entre tais países dominados a criação de vínculos de dependência externa com os países centrais. Em algumas regiões, a expansão do comércio não resultou em uma paralela transformação estrutural que incorporasse o modo capitalista de produção, dando origem a uma articulação externo-interna em que o excedente, internamente, continuava a ser apropriado de modo autoritário, e externamente, era captado através da inserção do país no sistema de divisão internacional do trabalho. Essa captação do excedente engendrou um modo particular de acumulação, que se expressou por meio da urbanização e da transformação das formas de vida de certos grupos sociais, processo que sucedeu sem grandes mudanças no desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO, 1977).

O excedente gerado por tal processo descrito previamente, da inserção particular dessas regiões nos fluxos de comércio do capitalismo mercantil, era apropriado pelo exterior, mas também parcialmente no âmbito interno, favorecendo grupos restritos. Isso permitiu que as formas de consumo desses grupos se aproximassem do padrão de consumo característico da cultura das sociedades europeias nas quais tinha-se originado o modo capitalista de produção. Esse processo, conforme apresentamos, Furtado (1977, p. 54) denomina “modernização”. No conceito de modernização, estão implícitas tanto uma perspectiva embasada na estrutura internacional do poder, tendo em vista as relações assimétricas estabelecidas “que dificilmente se explicam fora de um quadro estrutural de dominação-dependência” (FURTADO, 1977, p. 54), quanto uma dimensão fundamentada nas relações culturais, considerando que o processo implica a homogeneização, a ação volitiva com vistas à replicar o padrão cultural de uma sociedade tomada como modelo (FURTADO, 1977).

Furtado (1977) aponta o modo como as relações entre cultura e poder estão interligadas ao afirmar que, do contato entre uma cultura orientada para a acumulação capitalista, inovação tecnológica e expansão comercial e outra, fundamentada em elementos tradicionais, emergiu uma relação de poder em que a primeira dominava a segunda; dominação essa enraizada por uma dinâmica de imposição, tanto do intercâmbio e de seus produtos, quanto de seu padrão de cultura. Tais imposições acabaram por condicionar o processo de acumulação nessas regiões, impulsionado por uma industrialização substitutiva de importações. Em outras palavras, “o

processo de dominação cultural antecedeu a penetração do modo capitalista de produção” (FURTADO, 1977, p. 55).

Além dessas considerações, Furtado (1977) ainda discute as transformações nas relações capitalistas com a ascensão das empresas transnacionais, que aprofundam a divisão internacional do trabalho, de modo a substituir as transações mercantis de produtos acabados pela descentralização do processo produtivo em âmbito global. Apesar dessa descentralização, o controle do processo produtivo encontra-se centralizado pelas matrizes das grandes corporações transnacionais, reforçando as estruturas de poder existentes. Para além disso, o próprio processo de modernização e a difusão dos sistemas de cultura dominantes são aprofundados e reproduzem-se mais rapidamente.

Neste livro, Furtado realiza um novo caminho teórico na busca por uma ciência social global, reconstruindo diversas categorias e substituindo outras, para reafirmar suas ideias a respeito da dependência. O autor estabelece um distanciamento inicial da ciência econômica, procurando respaldo em outras ciências, para conceber e elaborar um quadro global de conceitos para a própria economia, com o propósito maior de interpretar o mundo. Os novos conceitos, adequados a uma “teoria social global”, atuam no sentido de elevar o grau de abstração da análise, isto é, subtraem-se pormenores e algumas especificidades de modo a generalizar a interpretação, para que esta consiga abranger todos os tipos de formações sociais. Por isso a concepção teórica do livro gira em torno do excedente, e não do “lucro” ou mesmo da “mais-valia”.

O significado de excedente encontra-se intrincado com as quatro teorias que Furtado cita na introdução de seu livro: i) a teoria da reprodução da população estabelece um custo mínimo para a reprodução da população que, a depender de sua magnitude e da relação com a desigualdade social e com a produtividade social, bem como com o poder de barganha da massa trabalhadora, pode elevar ou reduzir o excedente; ii) a teoria das decisões intertemporais (acumulação) explica as maneiras plurais de formação e utilização de diversas qualidades de excedente; iii) a teoria da estratificação social fornece a base explicativa do excedente, que só manifesta sua real existência em sociedades que possuem padrões desiguais de vida e consumo entre membros da mesma coletividade; e iv) a teoria do poder, que exprime o modo como a dimensão econômica do poder, presente na estratificação social hierárquica, está invariavelmente ligada ao controle da formação e da utilização do excedente.

Esse excedente, explicado por essas quatro teorias, constitui um dos elos principais das relações de dependência nas formações sociais capitalistas. A dependência, por sua vez, também está ligada a essas quatro teorias; entretanto, só possui existência a partir da difusão

desigual do modo de produção capitalista. Ou seja, essas quatro teorias, aplicadas à explicação das formações sociais capitalistas, levam à conclusão da existência de relações de dominação-dependência. O custo de reprodução da população nas sociedades dependentes é menor relativamente às formações sociais dominantes, o que expressa a limitação do poder de barganha da massa trabalhadora e permite ampliar a geração de excedente. A acumulação é processada, em primeiro momento, com base em uma forma autoritária de apropriação do excedente, enraizada na cultura social local, sendo, posteriormente, utilizado para elevar o nível de vida de grupos sociais restritos, diversificando seu padrão de consumo. A estratificação social, reflexo de culturas tradicionais com apropriação autoritária do excedente, opera internamente fornecendo respaldo material ao estabelecimento de relações externas de dependência. Por fim, a estrutura de poder, tanto internamente quanto em âmbito internacional, reforça os vínculos internacionais de dependência e permite sua reprodução e aprofundamento.

O excedente é primordial para a completa compreensão das relações de dependência, uma vez que as categorias “excedente” e “dependência” trazem consigo a problemática das relações entre poder e cultura ou, mais especificamente, da relação de dominação que surge a partir do contato de culturas que consolidaram o modo capitalista de produção, introduzindo uma forma mais eficiente de formação e apropriação do excedente, e outras culturas que apropriam o excedente de maneira autoritária. Como resultado, as primeiras compelem às segundas a incorporação de seus padrões de consumo. As segundas, por sua vez, aceitam de bom grado, uma vez que suas elites enxergam que este é o único modo de atingir o progresso civilizatório. Com as transformações do sistema capitalista – expressadas através do surgimento das transnacionais –, tais relações se transformam e se aprofundam, mas permanecem sendo relações de dominação-dependência.

As duas considerações realizadas no início deste capítulo, referentes ao distanciamento que Furtado estabelece entre seu pensamento e a escola estruturalista latino-americana, bem como à necessidade da abertura do diálogo com os marxistas, servem a esse propósito de apresentar, como o próprio Furtado (1982 apud AGUIAR, 2013, p. 21) havia dito, “uma teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias”, como o autor julgava ser as outras teorias da dependência de cunho marxista, uma vez que a sua teoria “pode ser submetida a teste”. Nesse sentido, o novo quadro teórico e conceitual apresentado objetivava superar as limitações do raciocínio cepalino ampliando o nível de abstração da análise para, posteriormente, aplicá-la a uma interpretação do modo de produção capitalista; interpretação essa que culmina, ao final do livro, em uma investigação que se integra em sua Teoria da Dependência.

3.3 Criatividade e Dependência na Civilização Industrial (1978)

Apesar dos diversos esclarecimentos que Furtado nos fornece a respeito da dependência nos livros supracitados, é na obra *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978b) que se encontram suas elucidações melhor articuladas sobre o tema. Neste, Celso Furtado trata da emergência e da difusão da civilização industrial; civilização essa subordinada à lógica da acumulação e derivada de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa, que estabelece critérios de racionalidade instrumental – produtividade, diversificação da produção, aceleração da acumulação –; e a revolução científica, que busca apreender a natureza por meio de critérios racionais e secularizados. A partir disso o autor traça uma análise não só econômica, mas filosófica, sociológica e antropológica, examinando a orientação da criatividade do homem e sua liberdade, bem como seu comportamento em conjunto e as relações de poder, dominação, dependência e desenvolvimento entre os povos, ao longo da história ocidental.

Neste livro, Furtado (1978b) introduz e confere prioridade ao conceito de criatividade, definida aqui como o potencial inventivo emancipatório do homem, que traz consigo um elemento de poder. É através da criatividade que o ser humano rompe com uma situação estabelecida, na busca de uma visão mais ampla da realidade e, por uma ação volitiva, transforma o contexto no qual se insere, ampliando o horizonte de possibilidades. Nesse sentido, o agente criativo é capaz de impor a própria vontade para outros diretamente afetados por suas decisões. Assim, nas palavras do autor, a criatividade é a “faculdade humana de interferir no determinismo causal, enriquecendo de novos elementos um qualquer processo social” (FURTADO, 1978b, p. 172); faculdade essa capaz de provocar uma descontinuidade estrutural na sociedade em que atua.²⁶

O conceito de criatividade está estreitamente conectado com o conceito de desenvolvimento que o autor formula neste livro. Utilizando a mesma concepção ampla de excedente que elaborara no *Prefácio a Nova Economia Política*, Furtado (1978b) afirma que a emergência desse excedente adicional – seja por consequência do intercâmbio com outras comunidades, seja através de um aumento excepcional da produção, seja ainda em virtude da abundância de recursos naturais – abre à sociedade um novo campo de possibilidades pelas quais o homem pode exercer sua criatividade. “O novo excedente constitui, portanto, um

²⁶ Nessa perspectiva sobre o homem, Furtado aproxima-se de certo ponto de vista de Nietzsche, autor cuja crítica da ciência e da razão instrumental será reivindicada ao final da obra de 1978. Para o pensador alemão, o que caracteriza o humano não é um instinto básico de subsistência e conservação, mas o impulso para sua própria superação, sua capacidade de exercer “vontade de poder”, rompendo uma situação estabelecida e impondo-se no jogo de forças que caracteriza a vida.

desafio à inventividade” (FURTADO, 1978b, p. 81). O desenvolvimento seria, portanto, esse processo de transformação social que abrange a capacidade do homem de criar excedente e de canalizar seus impulsos no sentido de originar novos valores culturais (materiais e não-materiais), por meio de sua criatividade.

Para apreender completamente o propósito do livro e as reflexões que o autor elabora a respeito da civilização industrial é necessário realçar, em primeiro lugar, que Furtado (1978b) apoia-se em Max Weber para diferenciar a racionalidade concernente aos *meios* da atividade social, também chamada *racionalidade instrumental*, e a racionalidade com respeito aos *fins* da ação humana, contemplada pelo conceito weberiano de *racionalidade substantiva*. O autor entende a racionalidade com respeito aos fins como aquela relacionada à criatividade diretamente vinculada à vida humana, em que o homem possui os instrumentos necessários para transformar o mundo e enriquecer sua própria existência a partir do impulso de entender a si mesmo e o universo (FURTADO, 1978b, p. 83–84). Essa racionalidade substantiva está conectada, de acordo com Weber, com a ação orientada por um universo particular de valores de uma dada sociedade. Nesse sentido, não se limita a um cálculo formal racional de meios e objetivos, baseados em interesses; pois possui um fundo ético, político e por vezes até religioso, a orientar as decisões que repercutem na vida humana em geral (LINS, 2014).

A civilização industrial emergiu, na Europa, a partir dessa ação orientada por critérios de racionalidade substantiva. A gama de valores dessas comunidades foi se transformando no sentido de incorporar o racionalismo e o empirismo como parâmetros fundamentais, culminando na revolução burguesa, que fundou um modelo de sociedade secularizado. Nesse novo modo de vida, a coesão social não poderia depender de princípios religiosos ou de coação autoritária; deste modo, o sistema de incitações e a ideologia do progresso serviram de alicerce para reunir a população em torno de objetivos finais compartilhados e assegurar a disciplina social. O sistema de incitações é analisado em um plano mais concreto e imediato das relações sociais e está relacionado com a difusão de padrões de consumo antes reservados às elites para o conjunto da população. Tal processo é sustentado por um fluxo contínuo de inovação e produção de mercadorias direcionadas às populações de classes mais abastadas; essas mercadorias, ao se tornarem relativamente obsoletas, incorporam-se continuamente nas cestas de consumo dos grupos populares. Esse fenômeno leva a uma ascensão social aparente, fictícia, da classe trabalhadora, permitindo a reprodução ininterrupta das desigualdades de consumo ao passo que unifica a população em geral em torno do interesse compartilhado de avançar a acumulação (FURTADO, 1978b).

Já a ideologia do progresso²⁷ é analisada no plano menos tangível das relações sociais e está relacionada com a visão de mundo, a concepção de modernidade e a cultura da sociedade secularizada. Essa ideologia é amparada pelo discurso que promete um futuro mais abundante, de ascensão social, para o conjunto da população; e disseminada através da escolarização universal, que confere preeminência aos critérios racionais na fundamentação e na formalização da ciência. A acumulação aparece como elemento primordial para essa ideologia, uma vez que o meio para atingir o progresso seria, necessariamente, sua intensificação; intensificação essa que proporcionaria uma maior articulação do sistema econômico, aumentos de produtividade, criação de novos empregos e salários mais altos (FURTADO, 1978b).

Tal matriz cultural originada da revolução burguesa engendrou transformações no sistema de dominação social, que passou a ser controlado por grupos da classe mercantil, os quais efetivaram a reorientação do processo acumulativo, por meio da extensão dos critérios mercantis à organização da produção, o que requereu a transformação da mão-de-obra e da terra em mercadorias. Esse processo possibilitou um rápido desenvolvimento das forças produtivas, pautado na intensificação da acumulação, que se tornou um fim em si mesma. Isto é, o avanço do capitalismo alienou e mistificou a tal ponto as relações sociais que a acumulação, inicialmente entendida como um *meio* – para alcançar seja o progresso, seja melhores condições de vida, seja a emancipação do homem através da criatividade, ou o desenvolvimento –, passou a ser vista como um *fim*. Nesse caso, a criatividade encontra-se subordinada às necessidades imediatas do processo acumulativo. Em outras palavras, transformaram-se os critérios de racionalidade predominantes, antes valorativos, substantivos, para critérios de *racionalidade instrumental*, a racionalidade com respeito aos *meios* (FURTADO, 1978b).

Sendo assim, a civilização industrial, que despontou por meio da ação orientada pela *racionalidade substantiva*, em continuidade ao processo da revolução burguesa, consolidou-se quando essa racionalidade foi sobrepujada pela lógica dos meios, passando-se à dominância da *racionalidade instrumental*. As formas de criatividade humana incorporadas pela ciência e tecnologia são as que melhor servem os propósitos do processo de acumulação, uma vez que produzem resultados necessariamente cumulativos ao permitir a ampliação do excedente. Nesse sentido, Furtado (1978b) argumenta que a revolução científica restou orientada pela lógica dos meios, isto é, a pesquisa científica tornou-se um instrumento auxiliar da técnica que, por sua vez, estava subordinada aos interesses do processo acumulativo.

²⁷ Definida como uma das “superideologias de função essencialmente moderadora”, tal como “o ‘nacionalismo’, a ‘segurança nacional’, a ‘defesa da família’ ou da ‘civilização cristã’” (FURTADO, 1978b, p. 88).

O desenvolvimento da ciência processou-se em uma perspectiva que apreendia a natureza enquanto um sistema estruturado em esquemas geometrizáveis, cuja veracidade dependia da comprovação por meio de experiências empíricas e pela extração de leis gerais sob as quais se submetiam, necessariamente, o objeto de estudo. Esse esquema se estendia para o estudo das relações sociais, investigadas perante a mesma linguagem matematizada das ciências naturais, reduzindo os processos sociais à critérios quantitativos. Assim, com a “transformação do discurso de *filosófico* em *científico*” (FURTADO, 1978b, p. 156, grifo do autor), a perspectiva qualitativa das relações sociais passou a ser enxergada como não-ciência: senso comum, intuição pré-racional (FURTADO, 1978b).

A partir desse pensamento, Furtado (1978b) realiza uma crítica não só à ciência, mas à toda a visão de mundo ocidental que veio a se consolidar com a civilização industrial; visão de mundo essa que subordinou a orientação da ciência à lógica acumulativa. Embasando-se em Nietzsche, o autor afirma que a racionalidade instrumental mina tanto a liberdade, em seu sentido mais amplo, quanto a capacidade criadora do homem, culminando em sua própria desumanização – tendo como maior exemplo a difusão da tecnologia nuclear, “destinada a aumentar, no mais curto prazo possível, o potencial destruidor do homem” (FURTADO, 1978b, p. 166).

Ao decidir concluir o livro com essa crítica à mentalidade e à ideologia de toda uma civilização, Furtado demarca uma discussão em um plano do conhecimento ainda mais abstrato do que em seu *Prefácio a Nova Economia Política*. No último, o autor abstrai certas categorias com o propósito de reorganizar o corpo teórico da ciência econômica. Já em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, as categorias são escolhidas com o objetivo de reorganizar a própria filosofia da ciência em uma visão global e histórica do mundo. Por conseguinte, Furtado realiza a opção, à primeira vista inusitada, de não utilizar a categoria “subdesenvolvimento”. Para se referir aos países subdesenvolvidos, o autor emprega os termos “Terceiro Mundo”, “países dependentes” e “países que acessaram indiretamente à civilização industrial”, conceitos mais gerais e que englobam estruturas sociais, políticas e econômicas mais diversas. É possível inferir, portanto, que a opção pela supressão do termo “subdesenvolvimento” – que volta, naturalmente, a ser utilizado em obras posteriores –, se dá pela própria escolha teórica realizada neste livro, uma vez que tal conceito sugere uma discussão em um plano do conhecimento mais concreto, trazendo consigo relações materiais mais imediatas.

Assim, Furtado (1978b) divide o mundo em três grupos: o primeiro é composto pelos países cêntricos nos quais emergiu a civilização industrial; o segundo por regiões que tomaram

consciência do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e do atraso acumulativo – Japão e União Soviética – e acessaram a civilização industrial por via direta; e o terceiro é integrado por nações que acessaram a civilização industrial por via indireta, através da expansão comercial dos países europeus em direção a estas localidades – difundindo junto com seus produtos, fabricados com base em um grau mais avançado de acumulação e tecnologia, seus próprios valores. É interessante comparar a tipologia apresentada por Furtado neste livro com a anteriormente elaborada em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009). Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, por não tratar da problemática do subdesenvolvimento, Furtado propõe uma tipologia diferente tendo em vista o propósito de elucidar a questão da dependência.

O acesso indireto à civilização industrial, segundo o autor, “conduz a uma situação de dependência estrutural” (FURTADO, 1978b, p. 45), tendo em vista a especialização geográfica estimulada pelo comércio exterior desigual, subordinada à lógica da divisão internacional do trabalho. Por meio da apropriação de parte do excedente oriundo da exportação de produtos primários de agricultura extensiva ou intensivos em recursos não-renováveis, com baixo grau de especialização, os grupos dominantes da periferia – aliados aos interesses estrangeiros – têm acesso ao mercado externo, importando produtos de maior intensidade tecnológica, absorvendo os padrões de consumo e comportamento das sociedades que foram, anteriormente, berço da civilização industrial. O processo de apropriação, tanto interna quanto externa, do excedente só é possível em virtude da concentração da renda na periferia, que produz um abismo entre os padrões de consumo da grande massa da população e das elites privilegiadas.

Assim, essa dinâmica de importações funciona como um “mecanismo de transmissão dos novos valores materiais” (FURTADO, 1978b, p. 66) surgidos com a revolução burguesa; valores esses que podem ser sumarizados pelo liberalismo, individualismo e racionalismo, e que, quando transpostos para as sociedades dependentes, tornam-se um artifício para reforçar a dependência. Em outras palavras, a importação não é somente de mercadorias, mas de um modo de vida. Além disso, diferente do segundo grupo, o qual acessou por via direta a civilização industrial e acelerou deliberadamente o desenvolvimento de suas forças produtivas, o grupo que acessou indiretamente e experienciou tal modernização dos padrões de consumo, o fez sem que a técnica produtiva e a acumulação acompanhassem essa diversificação. Tal processo não se sustenta no longo prazo, uma vez que, para manter o estilo de vida e o padrão de consumo importando produtos das sociedades que engendraram a civilização industrial, é preciso aumentar exponencialmente a acumulação ao nível dos bens finais (FURTADO, 1978).

Por esse motivo, “o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistente” (FURTADO, 1978b, p. 50), ou seja, a industrialização será orientada de forma a reproduzir na periferia o modelo e as técnicas de produção dos países centrais para suprir a demanda do setor modernizado da sociedade. Nessa situação, o processo de industrialização nos países dependentes não foi um abandono da via indireta de acesso à civilização industrial, e sim a reprodução e o aprofundamento da situação de dependência, uma vez que, por um lado, apoia-se na expansão do consumo de grupos sociais privilegiados e, por outro lado, emprega tecnologia orientada por critérios de racionalidade instrumental pertinentes às regiões onde nasceu a civilização industrial (FURTADO, 1978).

Se “o que chamamos tecnologia não é outra coisa senão o conjunto de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que têm na acumulação o seu vetor” (FURTADO, 1978b, p. 50), por ser predominantemente poupadora de trabalho, ou seja, embebida dos valores materiais da civilização industrial, ao se estender às sociedades dependentes o mesmo padrão tecnológico – que não corresponde à geração de emprego necessária aos países do “Terceiro Mundo” nem ao nível de acumulação alcançado até então –, estabelece-se uma ligação não só material, mas também ideológica com os princípios, concepções e, sobretudo, a cultura da civilização industrial. A situação se reproduz tendo como eixo a conexão estrutural entre países dependentes e dominantes, principalmente em virtude da absorção desigual do excedente, que viabiliza a permanente expansão da acumulação com maior intensidade nos países centrais.

A questão da penetração nos países periféricos dos valores materiais civilização industrial é primordial para compreender todo o processo que Furtado expõe nesse livro, uma vez que a ideologia do desenvolvimento é utilizada como instrumento para justificar a estrutura de poder que reproduz as relações interno-externas de dependência. À semelhança de *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, o autor coloca aqui a ideologia do desenvolvimento como um mito, inalcançável por meio da simples reprodução dos padrões de consumo e comportamento dos países dominantes.

Diferente do conceito de desenvolvimento que definimos no início dessa seção, embasado no potencial emancipatório da criatividade humana, a ideologia do desenvolvimento é implantada com a propagação internacional da ideologia do progresso e “serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978b, p. 76). A busca por essa solidariedade internacional, enfeitada com uma retórica de benevolência, é uma justificativa para a tutela sobre as sociedades dependentes. Tal discurso encontrava-se alinhado com a doutrina de que o

caminho para o crescimento econômico dessas sociedades passaria, necessariamente, pela especialização no comércio de determinados bens, isto é, pela inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, uma vez que essa inserção consiste na “forma mais ‘racional’ de eliminar o atraso na diversificação do consumo, de avançar para a linha de frente das nações *civilizadas*” (FURTADO, 1978b, p. 76, grifo do autor).

Ao criticar esse discurso, Furtado argumenta que “o caminho da especialização internacional não requeria modificações de maior monta nas estruturas sociais: era um pacto que se estabelecia entre interesses externos e grupos dominantes internos” (FURTADO, 1978b, p. 76). Tal pacto é a própria manifestação imediata da condição de dependência, na qual se funda a posterior industrialização dessas economias. Desta maneira, quando impulsionado o processo de industrialização substitutiva, o mito das vantagens comparativas é substituído pela ideologia do desenvolvimento. O desenvolvimento, nesse caso, é considerado sob uma perspectiva limitada pelo economicismo e entendido apenas como a performance internacional de determinada região, cujo sentido é alcançar os países que lideram o processo acumulativo. Essa noção afasta o significado do “*verdadeiro* desenvolvimento” (FURTADO, 1978b, p. 80, grifo nosso), proveniente da criatividade libertadora, ao apontar “para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão” (FURTADO, 1978b, p. 78–79).

A leitura que Furtado realiza a respeito da dependência neste livro experimenta um salto qualitativo, tendo em vista o nível de abstração da crítica que o autor realiza à ideologia do desenvolvimento e aos valores fundamentados na racionalidade instrumental, difundidos com a civilização industrial. A análise realizada durante o livro segue os mesmos processos considerados em sua Teoria da Dependência em obras anteriores; entretanto, as novas preocupações, mais amplas, que o autor introduz envolvem maior abstração tendo em vista a centralidade do conceito de criatividade. Todavia, o pensador não perde de vista as significações que elaborara anteriormente a respeito da dependência.

A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando um atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração da renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. Somente numa segunda leitura é que a dependência deve ser entendida como uma posição débil ou subordinada nas confrontações que conduzem à fixação dos preços internacionais e, por último, determinam a apropriação do excedente gerado pela divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1978, p. 112).

Assim, adentrando a questão da subordinação, expressa no fragmento acima, Furtado associa as relações de dependência com a organização hierárquica do poder de apropriação do

excedente em nível internacional, determinado pelas quantidades e qualidades dos “recursos de poder” (FURTADO, 1978, p. 115) que as nações detêm de acordo com suas posições de força no cenário externo. Categorizando os recursos de poder mais pertinentes na economia internacional em grau de importância estão: “a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não-renováveis, e e) o controle do acesso à mão-de-obra barata.” (FURTADO, 1978b, p. 115).

Para o pensador, a luta contra a dependência só seria possível dentro dessa lógica das relações internacionais, inicialmente reivindicando o direito aos próprios recursos não-renováveis, em seguida exigindo a restituição do controle dos próprios mercados, para posteriormente conseguir produzir uma tecnologia adequada às suas próprias especificidades e condições estruturais heterogêneas. Segundo ele, apenas através do esforço de modificação das relações da ordem econômica internacional em favor dos países de acesso indireto à civilização industrial, é possível superar a condição de dependência (FURTADO, 1978).

Destaca-se, portanto, a perspectiva holística que Furtado confere à superação da dependência, uma vez que ela necessita de um movimento político no sentido de enfrentar as relações de poder em escala mundial: lutar por autonomia na orientação da própria criatividade.

Nas palavras do autor:

Somente de posições mais avançadas e sólidas será possível visar a objetivos mais ambiciosos, como o de instilar uma nova lógica dos fins no processo de acumulação: de resgatar a criatividade da tutela que sobre ela exerce atualmente a racionalidade instrumental (FURTADO, 1978b, p. 124).

Paglioto e Cunha (2015) discutem o livro *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, destacando a importância da análise das “dimensões histórica e filosófica da relação entre cultura e desenvolvimento, discussão que se insere na compreensão de uma teoria da dependência furtadiana” (PAGLIOTO; CUNHA, 2015, p. 117). Para os autores, somente a partir da contestação de Furtado aos valores específicos da civilização industrial, incorporando uma perspectiva transdisciplinar ao seu pensamento a respeito da dicotomia centro-periferia, é que o autor encara o problema da dependência cultural em suas múltiplas dimensões. Rodríguez (2007) elucida que a perspectiva de cultura de Celso Furtado nos anos 1970 é global e dinâmica, isto é, a cultura é uma totalidade cujas várias facetas estão interligadas e tendem a se transformar e enriquecer com o tempo, por meio de um processo de “eclosão de criatividade que se manifesta simultaneamente em diferentes âmbitos da cultura” (RODRÍGUEZ, 2007, p. 6). Essa eclosão de criatividade é a fonte do processo de desenvolvimento. O autor classifica em três os âmbitos da cultura a que se refere, que podemos interpretar que se encontram em três graus de

abstração diferentes da análise de Furtado. Do imediatamente concreto ao mais intangível, estes são:

i) “Cultura material”: este âmbito está inserido na leitura que Furtado realiza do capitalismo e engloba os aspectos imediatamente concretos da cultura no interior das estruturas econômicas, a saber, o progresso técnico e a acumulação de capital. Esses dois fenômenos são essenciais para direcionar o enriquecimento da cultura material, visto que é por meio da operação destes que o excedente adicional é criado; excedente esse que possibilita a amplificação e transformação do horizonte de opções dos membros de uma sociedade. A transposição da cultura material da civilização industrial para as comunidades dependentes apresenta-se, inicialmente, como diversificação dos padrões de consumo das elites e, posteriormente, como esforço de imitação do processo acumulativo das economias centrais e de adaptação da estrutura produtiva às técnicas produtivas dos países desenvolvidos (RODRÍGUEZ, 2007).

ii) “Cultura não-material” na esfera sociopolítica: este âmbito refere-se à atividade política correspondente às ideias e valores de uma sociedade, bem como à constituição de novas ideias e valores por meio da criatividade política. Dessa forma, as tensões sociais originadas pela reprodução ampliada da acumulação no plano da cultura material impulsionam inovações nas instituições e na estrutura social, e estas são imprescindíveis para a transformação do modo de vida da sociedade. A ênfase de Furtado nesse segundo âmbito é necessária porque, ao possuir uma dimensão da práxis, acarreta uma leitura do desenvolvimento que se situa além de um simples processo determinado por fenômenos estritamente econômicos. Em vista disso, a penetração da cultura não-material da civilização industrial nas sociedades dependentes, ao influenciar a concepção de sociedade ideal e de valores políticos adequados, conduz a uma reforma de suas instituições e usurpa a autonomia que essas sociedades poderiam ter para orientar seu processo de transformação social (RODRÍGUEZ, 2007).

iii) “Cultura não-material” além da esfera sociopolítica: este último âmbito alude a ideias e valores subjetivos inseridos na matriz cultural de uma sociedade, relacionadas com o ímpeto humano de compreender a si mesmo e se situar no universo. Como exemplos de atividade humana inserida nesse contexto, Rodríguez (2007, p. 7) cita “a reflexão filosófica, a meditação mística, a criação artística [...] [e] a pesquisa científica” e reitera que tal processo de inquietação e exercício intelectual é o que permite ao ser humano realizar amplamente seu potencial e enriquecer seu conjunto de valores e ideias. É dentro deste âmbito da cultura não-material que se insere a discussão do predomínio da racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva, da alienação e mistificação que transfigura os meios em fins.

Portanto, a orientação do desenvolvimento com o propósito de superar a condição de dependência deve partir da revolução do pensamento e da cultura neste âmbito (RODRÍGUEZ, 2007).

Assim, ao inserir a temática da cultura, sob tal perspectiva ampla que envolve três níveis de abordagem, em sua concepção de desenvolvimento, Furtado o apreende a partir das noções de liberdade e de criatividade do homem. Por conseguinte, identifica que, quando estas são continuamente instrumentalizadas em prol da lógica acumulativa, engendram um padrão de racionalidade que aliena a liberdade e os poderes e mistifica a concepção de mundo dos agentes sociais. A difusão de tais valores em escala internacional, dissociados da matriz cultural e estrutura institucional das sociedades dependentes, que os internalizam, atua no sentido de impedir a identificação do sujeito consigo mesmo e com os valores oriundos de sua própria cultura, ao instituir como modelo a sociedade forânea. Nesse sentido, esses são, cada vez mais, privados da capacidade de transformar volitivamente o mundo, conforme suas próprias características históricas, estruturais, institucionais e culturais (PAGLIOTO; CUNHA, 2015).

Através da relação entre desenvolvimento, criatividade, liberdade e cultura, compreendemos que

O desejo de liberdade, essência do humano, estaria, desse modo, express[o] na sua cultura, na sua ação criadora, uma vez que seja garantida a sua capacidade de fundir o criar com o viver, de possuir uma visão global sobre o sistema ao qual se insere e a consciência crítica que esta visão desperta. (PAGLIOTO; CUNHA, 2015, p. 127)

O destaque conferido por Celso Furtado à necessidade de identificação do ser humano com sua própria ação, com as inovações, materiais e não-materiais, que este é capaz de criar, reflete o pensamento do autor a respeito da necessidade da emancipação cultural das sociedades dependentes. O desafio colocado para essas sociedades estaria, portanto, em orientar a criatividade no sentido de, no âmbito da cultura material, desenvolver uma tecnologia adequada ao seu próprio modo de vida e, no âmbito da cultura não-material, resgatar, compreender e enriquecer seus próprios valores e construir suas próprias instituições, de modo a direcionar sua práxis política, para, finalmente, superar a condição de dependência por meio do desenvolvimento.

3.4 Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar (1980)

Na obra *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* (1981), publicada pela primeira vez em 1980, Furtado busca realizar, em um estudo interdisciplinar, uma apresentação do desenvolvimento enquanto processo global. Partindo do quadro conceitual elaborado no *Prefácio a Nova Economia Política* e “submetendo-o ao teste da aplicação à

problemática corrente do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1981, p. XI), o autor busca uma abordagem ampla que reúna em torno de tais questões as diversas perspectivas das ciências sociais e da história em uma “linguagem comum” (FURTADO, 1981, p. XI). Desta maneira, o pensador inicia seu livro com uma crítica à predominância da racionalidade instrumental na orientação da invenção cultural, com a emergência e difusão da civilização industrial e denuncia a perspectiva corrente que enxerga o desenvolvimento unicamente como um subproduto do processo de industrialização.

Ao debater o significado do conceito de desenvolvimento, Furtado (1981) identifica que este tem sido correntemente utilizado em dois sentidos diferentes. O primeiro deles remete à evolução do sistema social de produção, amparado na divisão do trabalho, no avanço das técnicas e na ampliação da acumulação. Mas o conceito também é utilizado com o sentido de atendimento às necessidades humanas e alcance de melhores padrões de vida. Furtado, além disso, reconhece que o processo de desenvolvimento possui três dimensões, as duas primeiras justamente figuradas pelos dois sentidos aludidos. À primeira dimensão do desenvolvimento estão ligados os conceitos de eficiência e produtividade, deveras imprecisos quando inseridos em sistemas dinâmicos – isto é, que introduzem o fator tempo. A segunda dimensão diz respeito à satisfação das necessidades humanas que, se referidas à subsistência – alimentação, moradia, vestuário –, podem ser julgadas conforme critérios objetivos; entretanto, ao tratar de necessidades menos imediatas é necessário considerar as particularidades culturais das sociedades analisadas²⁸.

A essas, Furtado (1981, p. 16) adiciona uma terceira dimensão, não menos ambígua, do desenvolvimento, que se refere à “consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”, geralmente percebida como “parte de um discurso ideológico”. Entretanto, argumenta que a elaboração e a execução de qualquer política de desenvolvimento pressupõem um arcabouço institucional imerso em determinada perspectiva ideológica, já que a própria noção de desenvolvimento de uma sociedade está vinculada à sua organização e hierarquia social.

²⁸ Sobre a primeira dimensão, Furtado (1981) declara que, apesar de ser apontada como principal parâmetro de desenvolvimento, não é suficiente para satisfazer as necessidades da massa populacional, haja visto a estratificação social intensificada pelo capitalismo e a deterioração dos padrões de vida das pessoas paulatinamente desempregadas devido a introdução de novas técnicas produtivas, poupadoras de mão-de-obra. Além disso, o autor reitera os problemas da perspectiva de curto prazo do padrão de desenvolvimento centrado no aumento da eficácia, a qualquer custo, do sistema produtivo, que traz como contrapartida uma degradação ambiental irreparável. Assim, por meio do sistema de incitações, padrões de consumo e comportamento, alicerçados por tal orientação do progresso tecnológico, são disseminados para o conjunto da população, o que contribui para a precarização, ao longo prazo, de todas as esferas da vida humana.

A partir do questionamento da doutrina das vantagens comparativas – pela compreensão geral de que o capitalismo possui uma tendência estrutural para concentrar renda nos países que exportam mercadorias fabricadas com tecnologias mais modernas –, a rejeição ao livre-cambismo pautou a industrialização do final do século XIX, que veio a se realizar amparada por políticas protecionistas. O conceito de desenvolvimento, então, incorporou uma significação ligada ao interesse nacional, no qual o Estado detinha o papel de impulsionar e direcionar as atividades produtivas e mediar os conflitos de classe em prol desse interesse. Por meio desse processo, a terceira dimensão do desenvolvimento adquire um caráter mais objetivo e o desenvolvimento passa a ser mensurado por indicadores relacionados à renda per capita, produto interno bruto e produtividade do trabalho; variáveis essas que não esclarecem as questões da estratificação social e da tendência expansiva e autonomizante do processo acumulativo (FURTADO, 1981).

Entretanto, a partir do debate político surgido após as mudanças estruturais acarretadas pela Segunda Guerra Mundial e a percepção do “atraso” de diversas sociedades, indicadores como mortalidade infantil, taxa de alfabetização da população e expectativa de vida ao nascer entraram na mensuração do desenvolvimento, atribuindo a este uma significação associada ao bem-estar social e à modernização dos padrões de vida. Tal debate iniciou-se na academia tardiamente e sob enfoque liberal, que atribuía o subdesenvolvimento ao abandono do livre-cambismo e à intervenção estatal. Furtado (1981) reitera que a escola estruturalista, na década de 1950, originou uma investigação do desenvolvimento que fazia oposição ao enfoque liberal; contudo, ainda estava predominantemente centrada na determinação política do desenvolvimento.

Advogando em favor de um enfoque que unificasse o quadro conceitual da problemática do desenvolvimento, tendo como sustentáculo uma visão global do capitalismo – isto é, um sistema econômico em expansão e permanente processo de acumulação, que ocorre de forma historicamente singular nas distintas regiões do globo –, Furtado reconhece na Teoria da Dependência a abordagem que contempla o estudo do desenvolvimento em suas mais variadas acepções. Assim, para Furtado (1981), o enfoque desta teoria foi necessário não só para entender as projeções das relações internacionais sobre as economias dependentes, mas para estabelecer e analisar os encadeamentos entre essas relações externas e a fisionomia da dominação social e a estrutura de poder no plano interno das regiões subdesenvolvidas. Englobando desde os processos de modernização dos padrões de consumo e estratificação social, incluindo as problemáticas do desemprego disfarçado e da marginalidade urbana e complementando com a dependência tecnológica e a transformação das estruturas sociais, a

Teoria da Dependência permitiu articular as teorias da acumulação, da estratificação social e do poder em uma única interpretação totalizante na qual convergiam diversas ciências sociais.

Nas palavras do autor:

O aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação-dependência e de sua introjeção nas estruturas sociais permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à persistente concentração da renda em benefício das economias dominantes e pela marginalização de frações crescentes de população dentro dos países de economia dependente. (FURTADO, 1981, p. 27).

Nesse sentido, destacando a evolução dos estudos dos estruturalistas latino-americanos para estabelecer uma aproximação interdisciplinar do desenvolvimento e um detalhamento do subdesenvolvimento sob a ótica das relações de dominação-dependência, Furtado (1981, p. 40) inclui uma nota de rodapé citando dois livros: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – salientando seu ângulo sociológico – e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, sua obra mais célebre, em sua sétima edição publicada em 1979 – um ano antes da primeira publicação de *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. De acordo com o autor:

O trabalho dos estruturalistas latino-americanos *evoluiu* no sentido de uma abordagem interdisciplinar da nova temática do desenvolvimento e de uma *mais rigorosa* caracterização do subdesenvolvimento, visto como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, *articulam-se* internamente com o sistema de dominação social. (FURTADO, 1981, p. 40, grifo nosso)

Note-se o termo que o autor escolhe: “evoluiu”. Diferente do livro *Prefácio a Nova Economia Política*, em que Furtado sente a necessidade de se dissociar da escola estruturalista, ou seja, da compreensão tradicional cepalina da década de 50, agora o autor percebe que o pensamento estruturalista latino-americano evoluiu. Mais do que isso, tal pensamento evoluiu no sentido de interpretar o subdesenvolvimento de maneira “mais rigorosa”, isto é, com uma abordagem amparada por uma visão global das relações sociais que implique o reconhecimento de uma assimetria internacional reforçada por condicionantes internos aos países subdesenvolvidos. Ora, a centralidade na análise conferida à articulação interno-externa é a característica principal da Teoria da Dependência. Furtado insere uma nota de rodapé para citar seu próprio livro, colocando-se como um dos protagonistas desse pensamento estruturalista que evoluiu no sentido da construção de uma Teoria da Dependência; colocando-se, portanto, enquanto teórico da dependência.

Assim, ao tratar da estrutura centro-periferia sob tal perspectiva dependente, Furtado (1981) expõe como se deu a expansão do núcleo industrial na transformação estrutural de três tipologias distintas de sociedade – tipologias estas semelhantes às elaboradas em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009). O primeiro eixo de expansão se sucedeu, inicialmente, nas próprias ilhas britânicas, estendendo-se para outras regiões da Europa ocidental. O processo se

realizou a partir do dismantelamento dos arranjos feudais como consequência da penetração do capitalismo nas estruturas agrárias. Para organizar o comércio protegendo as burguesias locais, as regiões foram estabelecendo um arranjo político de Estados Nacionais – o que fomentou o nacionalismo que, por sua vez, engendrou o movimento de imperialismo do século XIX e as duas guerras mundiais. Essas regiões se tornaram o primeiro centro do sistema capitalista mundial.

Já a segunda linha de expansão está conexas à emigração de grande parte dos habitantes europeus para regiões de clima temperado e baixa densidade populacional, destacadamente América do Norte, Oceania e África do Sul. Em primeiro momento, tal expansão geográfica foi induzida pela abundância de recursos naturais e, posteriormente, tal processo possibilitou o desenvolvimento das atividades agrícolas, tornando o mercado desses países – embasado no comércio destes produtos – competitivo. Nessas localidades, a mão-de-obra ocupou-se muito rapidamente, os salários reais elevaram-se e a população e as coletividades sociais foram se tornando mais homogêneas devido a circunstâncias favoráveis à mobilidade social (FURTADO, 1981).

Nessa nova caracterização da segunda linha de expansão do núcleo industrial, Furtado elimina as lacunas deixadas n’*O Mito do Desenvolvimento Econômico*, no qual afirmava que essas regiões, apesar de dependentes, desenvolveram-se. Em *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, o autor caracteriza esse fenômeno de expansão como a “ampliação da base geográfica em seu centro” (FURTADO, 1981, p. 81), retificando que se tratou de um processo de alargamento da base física sob a qual o núcleo industrial central atua; não engendrando, portanto, as relações específicas de dependência. Assim, ao afirmar que “a história do capitalismo industrial está marcada por essa formidável expansão geográfica ocorrida em sua fase inicial no próprio centro” (FURTADO, 1981, p. 81), Furtado trata essas regiões, desde o princípio, como o próprio centro.

Por fim, segundo Furtado (1981), o terceiro eixo de expansão foi limitado às relações comerciais embasadas na divisão internacional do trabalho, abrangendo diversas áreas do mundo com sistemas econômicos diferentes do capitalismo. Estes países se viram compelidos a se especializar em atividades produtivas de baixa complexidade para lograr acesso às mercadorias oriundas do centro do sistema, produzindo um excedente que era, em grande parte, apropriado pelo exterior. Por conseguinte, as estruturas sociais não se modificavam substancialmente e as forças produtivas desenvolviam-se com lentidão, permitindo que a mão-de-obra barata pudesse ser explorada do exterior.

Furtado destaca que esses três movimentos distintos de expansão do núcleo industrial inglês condicionaram – não por uma determinação necessária, mas através da forma histórica manifestada pela expansão do capitalismo, pela qual emergiu a estrutura centro-periferia – a heterogeneidade no sistema capitalista mundial e a evolução subsequente de suas estruturas, bem como a condição de dependência em que estão subordinadas as áreas que sofreram infiltração do núcleo industrial pelo terceiro eixo de expansão. Furtado também destaca que tal fenômeno permite a ampliação da acumulação no centro, embasada no “sistema de divisão internacional do trabalho que reflete e reforça relações de dominação-dependência” (FURTADO, 1981, p. 82–83).

O autor ainda reitera que a natureza dos vínculos de cada região periférica com o centro do sistema capitalista era discrepante; contudo, o fato das transações mercantis no cenário internacional, bem como do procedimento logístico, serem controlados pelos interesses das economias centrais era característica comum em toda a periferia. Além disso, trazendo novamente a conhecida discussão a respeito da geração do excedente por meio da divisão internacional do trabalho e a apropriação de parte deste pela periferia, Furtado (1981, p. 86) aborda a dimensão cultural de tal problemática ao afirmar que “o excedente retido na periferia desempenhará papel fundamental no processo de aculturação desta, operando como vetor dos valores culturais do núcleo industrial em expansão”.

Dessa maneira, quando as burguesias periféricas que se apropriam do excedente não o utilizam no sentido de desafiar a hegemonia forânea, ao lutar pela soberania do sistema de dominação local – processo que impulsionaria a tomada de consciência da condição de dependência –, tal excedente opera como mecanismo dessa aculturação, sendo reforçada permanentemente pela identificação cultural e ideológica dessas burguesias com o modo de vida das sociedades centrais. Portanto, o processo de modernização acentua-se, subordinando o direcionamento e a reprodução, tanto da acumulação quanto do desenvolvimento das forças produtivas. É essa distância entre os padrões de consumo dinâmicos, modernizados, e o atraso na acumulação causado pelo insuficiente desenvolvimento das forças produtivas que manifesta-se como o subdesenvolvimento (FURTADO, 1981).

Adentrando, ademais, nas repercussões dessa incompatibilidade entre a atividade produtiva e as necessidades do conjunto da sociedade e destacando a dimensão da heterogeneidade social do subdesenvolvimento, o autor realiza algumas considerações a respeito do mercado de trabalho na periferia para introduzir a análise – já bastante reiterada nesta dissertação – da diversificação da demanda através do fenômeno de modernização e seu impacto na orientação do processo de industrialização tardia, que se fez de maneira a substituir

importações. Cabe ressaltar tais considerações para levantar um questionamento a respeito do “dualismo estrutural” de Furtado.

Em primeiro momento, Furtado (1981) classifica o consumo da população em duas categorias utilizando como critério o nível de renda. Um dos grupos corresponde a aproximadamente uma quinta parte da população e possui um padrão de consumo em contínua diversificação financiado graças à apropriação do excedente; o restante é composto pela grande maioria dos trabalhadores e reflete o custo de reprodução da população, uma vez que estes recebem salários próximos do nível de subsistência. O último, Furtado divide em dois subgrupos, em que o primeiro diz respeito às populações trabalhadoras urbanas e rurais que não se encontram integradas no mercado de trabalho formal, isto é, desempenham funções ligadas à produção rural de subsistência ou laboram informalmente nas cidades. O segundo é constituído pela massa de assalariados resguardada pela legislação trabalhista. Percebe-se, portanto, uma cisão fundamental entre os dois grupos devido à regulamentação de seus vínculos empregatícios. Diante disso, Furtado (1981, p. 90, grifo do autor) expressa que “longe de existir um ‘dualismo’ na economia periférica, o que a caracteriza é essa interação entre o mercado organizado de trabalho e o trabalho informal”.

Furtado é categórico ao afirmar que não existe um dualismo na economia periférica; colocando a expressão, notadamente, entre aspas. Já ressaltamos que a defesa do “dualismo estrutural” e o esclarecimento de suas ambiguidades na quinta edição da obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* permanece nas edições seguintes do livro, inclusive na edição de 1983, isto é, após a publicação de *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Em face disso, tal frase proferida pelo autor durante o último é no mínimo curiosa. Não podemos afirmar cabalmente que Furtado nega o “dualismo estrutural”; todavia, a interpretação de uma economia dual que possui um âmbito pré-capitalista de mão-de-obra no setor de subsistência e outro mercado de trabalho assalariado em setores tipicamente capitalistas coexistindo numa única estrutura híbrida é fundamentalmente oposta à análise que postula que, dentro do sistema capitalista, há uma cisão entre o mercado de trabalho formal e o informal.

Notoriamente o “dualismo estrutural” engloba mais elementos do que apenas o comportamento da incorporação de mão-de-obra, como a própria heterogeneidade da estrutura produtiva; no entanto, esse se manifesta precisamente através da convivência e interdependência entre formas de trabalho pré-capitalista e capitalista, em que a mão-de-obra contida na primeira é absorvida por setores tipicamente capitalistas ao avançar no processo industrializante. Em outras palavras, nessa perspectiva usual, o dualismo no âmbito da mão-de-obra é um dos condicionantes do dualismo da estrutura produtiva. Dessa forma, quando o autor

desloca tal problemática da perspectiva do dualismo para o discernimento da existência de um mercado de trabalho organizado e um mercado de trabalho marginalizado pela legislação social – ambos capitalistas –, ele se distancia teoricamente da primeira ótica, substituindo-a por uma interpretação cuja análise culmina em um ponto, necessariamente, divergente: completamente alheia à ideia da existência de um modo de produção não-capitalista que espalha seus elementos dentro de uma estrutura social híbrida.

Desvendar a questão do “dualismo estrutural” em Celso Furtado é essencial porque a crítica ao “dualismo estrutural” é um ponto importante para desmistificar a interpretação cepalina a respeito das relações sociais surgidas na periferia através da penetração da civilização industrial e entender as dinâmicas de classe que engendram, reproduzem e reforçam a condição de dependência. De acordo Cardoso e Faletto (1970), indiscutivelmente teóricos da dependência, a concepção levantada por diversos autores – inclusive Furtado em suas obras iniciais – a respeito do processo de transição de “sociedades tradicionais” para “sociedades modernas” na América Latina que, antes de completo, produz na sociedade um “dualismo estrutural”, de forma que esta assuma um caráter intermediário, híbrido dos dois segmentos, possui sérios problemas metodológicos. Os autores argumentam que as categorias “tradicional” e “moderno” são demasiado amplas, e a transposição destas para um conceito de “hibridismo” aglutina noções contraditórias de forma que não seja possível identificar os elementos sociais e estruturais que possibilitam caracterizar uma sociedade como “dual”. Além disso, tal categorização ignora as relações entre os grupos e classes sociais e as determinações políticas de dominação e luta pelo poder. Nas palavras dos autores,

[...] a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria. (CARDOSO; FALETTTO, 1969, p. 18).

Ademais, a associação das sociedades “modernas” com o que chamamos de “desenvolvimento” e das sociedades “tradicionais” com o conceito de “subdesenvolvimento”, segundo Cardoso e Faletto (1970), não são acuradas, uma vez que uma sociedade subdesenvolvida é capaz de modernizar seus padrões de consumo sem se desenvolver de fato. É possível constatar que muitas dessas críticas foram assimiladas por Furtado, tendo em conta os esclarecimentos realizados pelo autor na quinta edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Além disso, a questão da modernização dos padrões de consumo foi desenvolvida por nosso autor seguindo a mesma perspectiva dependentista de dominação de classes em uma articulação interno-externa. Nesse sentido, parece coerente a dissociação de

Furtado da perspectiva do “dualismo estrutural” para construir a interpretação global da dependência a que se propõe.

Finalmente, em contraste com a perspectiva dependentista de Cardoso e Faletto, a de Furtado – um homem da práxis – propõe uma saída para a superação da dependência. Assim sendo, neste livro, o autor disserta que, na intenção de reduzir o quadro de dependência no qual os países subdesenvolvidos estão subordinados, é imperativo além de reorientar o estilo de desenvolvimento estabelecendo “prioridades sociais” (FURTADO, 1981, p. 160), adquirir a capacidade de angariar os “recursos de poder” (FURTADO, 1981, p. 161) necessários para “alterar a relação de forças Norte-Sul” (FURTADO, 1981, p. 161), ou seja, lograr uma posição de influência capaz de desestruturar a hierarquia internacional de poder de forma a alterar o quadro centro-periferia e as relações de dominação-dependência.

3.5 A busca de uma visão global

Abrangendo todas as questões tratadas neste capítulo, é possível identificar uma reorientação do pensamento de Celso Furtado em um esforço para estabelecer uma articulação de uma nova visão de mundo, compreendendo-o como um sistema global em que diversas relações encontram-se conectadas e são simultaneamente interdependentes. Tal reorientação foi possibilitada pelo abandono de antigas ideias e reformulação de outras. A associação necessária – no sentido de perceber enquanto sinônimos – entre os pares subdesenvolvimento e “dualismo estrutural”, dependência e heteronomia, desenvolvimento e industrialização, foi afastada por Furtado, dando lugar a uma interpretação distinta na qual tais pares encontram-se, de fato, conectados, mas em uma relação não-determinante.

A ampliação da perspectiva analítica do autor conduziu à reformulação de tais conceitos básicos: i) o conceito de subdesenvolvimento passou a ser concebido como a manifestação material da dependência na estrutura social, política e produtiva da periferia; ii) o conceito de desenvolvimento passou a conter em si uma dimensão não só da transformação das estruturas, mas da orientação dessa transformação de acordo com os desígnios da criatividade humana no plano da racionalidade substantiva; e iii) o conceito de dependência englobou a interpretação dependentista da relação – de cunho político, econômico, tecnológico, cultural e financeiro – assimétrica interpaíses em que o externo condiciona o movimento do interno, que só se faz possível através da reprodução internamente de uma estrutura específica de dominação social, que condicionará a forma como se manifesta a dependência, que difere em cada sociedade.

O rompimento de tais amarras possibilitou o reposicionamento da problemática da dependência tecnológica e da industrialização substitutiva na periferia, de modo que a análise se afastasse da ótica da necessidade de orientação do processo industrializante como mecanismo de superação do subdesenvolvimento e focasse no contexto sob o qual essa industrialização efetua-se e nas contradições inerentes a esta (CUNHA; BRITTO, 2017). Esse procedimento metodológico de deslocar o objeto da análise assentado em um panorama mais abrangente levou Furtado a renunciar antigas proposições ligadas à tendência à estagnação das economias subdesenvolvidas e ao desequilíbrio ao nível dos fatores resultante da inadequação tecnológica. Perscrutando mais à fundo, tal deslocamento do objeto de análise ocorre, no plano mais abstrato, da centralidade do progresso tecnológico para o enfoque da cultura e da criatividade. Nesse sentido, a questão tecnológica passou a ser percebida como a aparência, a forma de manifestação da criatividade subordinada à racionalidade instrumental específica da civilização industrial e disseminada nas sociedades periféricas que engendra os vínculos culturais de dominação-dependência.

A ênfase conferida ao tema da cultura e da criatividade envolve a apreensão do conceito de cultura como um sistema de valores, crenças e percepções, ou seja, sob uma perspectiva de elevado grau de generalidade. Por ser um sistema, a cultura não é expressa completamente por uma ou pela soma de suas partes: deve ser compreendida como uma totalidade. Além disso, o fato de Furtado preocupar-se com a dimensão diacrônica dos processos sociais, confere à cultura uma significação de processo acumulativo: esta possui a tendência intrínseca de permanente transformação e enriquecimento (CUNHA; BRITTO, 2017; RODRÍGUEZ, 2009). Tal concepção abrangente pressupõe um alcance interdisciplinar do quadro teórico desenvolvido pelo pensador, que só foi possível devido ao abandono dos princípios metodológicos que o guiavam no período anterior ao da década de 1970, a saber, a necessidade de formalizar suas ideias matematicamente de modo a conferir um rigor metodológico à sua análise. A crítica à ciência em geral no livro *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* e à ciência econômica em particular em *Prefácio a Nova Economia Política* respondem por essa reviravolta no pensamento do autor.

É necessário, entretanto, lembrar, que o ponto de partida de toda a trajetória intelectual de Furtado, antes e após sua reorientação teórica, é o esquema centro-periferia. A reviravolta no pensamento do autor foi um esforço intelectual para apreender, deslindar e apresentar a questão do subdesenvolvimento. Assim ocorre a descoberta de que o esquema centro-periferia e a condição de subdesenvolvimento possuem como origem a dependência: em primeiro momento em sua face política e posteriormente em sua faceta cultural e econômica. O estudo

da cultura possui papel essencial nesse processo. A visão do autor torna-se global, abarcando uma infinidade de problemas – inclusive os de ordem ecológica, filosófica e regional –, sendo o ponto comum a todos esses problemas a presença da situação de dependência.

A expansão de seus horizontes teóricos, explicitada pelo abarcamento do conteúdo cultural, possuem o mesmo ponto de partida e de chegada: a dependência. A dependência é, portanto, o eixo pelo qual toda a interpretação global do autor gira. É por esse motivo que a argumentação principal desta dissertação é que a reorientação do pensamento de Furtado sucedeu no sentido da construção de uma Teoria da Dependência, que pode ser testemunhada ao longo dos quatro livros analisados durante este capítulo. Tal construção irrompeu do esforço de Celso Furtado em articular uma nova visão de mundo, compreendendo-o como um sistema global em que diversas relações de poder e cultura se encontram conectadas e são interdependentes. A realidade é percebida como uma estrutura, que permite a apreensão inicial da totalidade, e como um processo (FURTADO, 1981), que introduz essa estrutura numa dinâmica temporal que viabiliza captar a história não como uma necessidade, mas como uma possibilidade.

A construção da Teoria da Dependência de Celso Furtado foi suscitada por sua jornada intelectual aberta a novas perspectivas, liberta para abandonar antigas ideias e reformular outras; entretanto, sempre motivada pela necessidade de compreender a realidade a partir de seu lugar no mundo, reconhecendo-se no tempo e no espaço: latino-americano e paraibano, periferia da periferia. Nesse sentido, o pensamento de Celso Furtado foi essencialmente político, possuindo, de fundo, uma práxis orientada para construir um espaço democrático, ecológico e equânime que permita que a existência do ser humano seja livre e criativa, de modo que este atinja todas as suas potencialidades latentes. Isso explica o fato de sua Teoria da Dependência possuir uma solução, um meio para a superação da situação de dependência, através do planejamento político e do enfrentamento do sistema de poder em nível internacional, orientados pelo Estado, para fomentar o desenvolvimento. O próximo capítulo se dedica a destrinchar tais questões, discutindo o modo como tal processo de reorientação teórica conforma a construção de uma Teoria da dependência, e entender a maneira como Furtado se insere enquanto teórico da dependência em face a outros dependentistas.

4 Uma Teoria da Dependência

No capítulo anterior, explicitamos que a reorientação teórica de Celso Furtado sucedeu no sentido da construção de uma Teoria da Dependência. A partir da incorporação, em seu pensamento, do conteúdo da cultura e da centralidade da categoria “dependência” em sua análise do subdesenvolvimento, o pensador identificou questões que coincidem com a abordagem de outros dependentistas e alguns outros temas, não contemplados por estes, que tornam sua teoria singular – constituindo, para alguns autores (BRESSER-PEREIRA, 2010; FIORI, 1995; PALMA, 1978), uma das vertentes da Teoria da Dependência. A respeito disso, faz-se necessário realizar algumas considerações.

Frank (1991) realiza importante crítica a respeito da tentativa de classificação, do esforço de enquadrar os autores latino-americanos em correntes. Utilizando os livros *Development Theory and the Three Worlds* (1990) de Bjorn Hettne, *Economic Theories of Development* (1989) de Diana Hunt, *Latin American Theories of Development and Underdevelopment* (1989) de Cristóbal Kay, *Theories of Development* (1989) de Jorge Larraín e *Democracy and Development in Latin America* (1990) de David Lehmann, Frank constrói um quadro sumarizando a catalogação realizada pelos cinco autores. Tal esquema encaixa os teóricos latino-americanos nas categorias de modernização, estruturalismo e dependência, sendo a última compartimentalizada em reformistas, marxistas, não marxistas e neomarxistas. Frank demonstra quão problemáticas são tais classificações através do próprio quadro montado, que ilustra claramente que as rotulagens dependem unicamente dos critérios arbitrários definidos pelo autor que classifica. Uma interessante exemplificação é que teóricos como Dos Santos, Marini, Bamberger e Frank são colocados, ao mesmo tempo, nas categorias de não marxistas, marxistas e neomarxistas.

Blomström e Hettne (1990) também fazem referência a diversos autores que classificaram os teóricos da dependência: Richard Bath e Dilmus James (1976, apud BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990) agruparam os dependentistas em “conservadores” que não consideram a possibilidade de reformas, “moderados” que apontam que a dependência reduz a autonomia para realizar políticas governamentais e “radicais” que sugerem o rompimento com a dependência através da revolução; Sanjaya Lall (1975 apud BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990) catalogou tais teóricos entre os que postulam que a dependência engendra pobreza, os que indicam que a dependência acarreta estagnação e os que consideram que o desenvolvimento é possível no quadro da dependência; e Palma (1978) classifica os autores entre os que concebem a dependência como desenvolvimento do subdesenvolvimento, como elaboração resultante do

processo de autocrítica cepalino e como metodologia para a análise de situações concretas de subdesenvolvimento.

A partir de uma breve investigação dos três estudos, Blomström e Hettne (1990) apontam que, apesar de todas essas análises baseadas em esforços classificatórios serem importantes a sua maneira, possuem em geral uma característica de unidimensionalidade que, a depender dos critérios classificatórios, levam a conclusões muito discrepantes no tocante ao papel da Teoria da Dependência. Procurando, portanto, organizar uma interpretação multidimensional, os autores ressaltam vários aspectos metodológicos conflitantes que fizeram parte do debate dependentista: as diversas abordagens podem partir tanto do holismo – da concepção de totalidade e da consideração de um sistema global – quanto do particularismo – da observação de características concretas de regiões específicas; algumas conferem maior protagonismo às relações externas, enquanto outras focam na dimensão interna; várias análises centram-se nas heterogeneidades setoriais e regionais, ao passo que o cerne de outras encontra-se nas contradições de classes; e as conclusões dos diversos dependentistas, que perpassam suas concepções de desenvolvimento, bem como os meios para a superação do subdesenvolvimento, são bastante antagônicas.

Dessa forma, com base em um estudo minucioso do trabalho de diversos pensadores da “escola” latino-americana da dependência, os autores extraem um núcleo comum de convergência entre diferentes perspectivas dependentistas:

- i) El subdesarrollo está conectado de manera estrecha con la expansión de los países capitalistas industrializados.
- ii) El desarrollo y el subdesarrollo son aspectos diferentes del mismo proceso universal.
- iii) El subdesarrollo no puede ser considerado como la condición primera para un proceso evolucionista.
- iv) La dependencia, sin embargo, no es sólo un fenómeno externo sino que también se manifiesta bajo diferentes formas en la estructura interna (social, ideológica y política). (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1990, p. 15)

Esses quatro atributos foram contemplados pelo pensamento de Furtado, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Blomström e Hettne (1990) também incluem o pensador como teórico da dependência, ao apresentar a radicalização da análise da CEPAL após o golpe civil-militar de 1964, quando Furtado passou a enfatizar os fatores sociais e culturais internos às sociedades dependentes e renunciou à antiga perspectiva, economicista, que interpretava tais fatores como reflexo das condições impostas pelo exterior.

Também procurando estabelecer certas proposições e características convergentes aos vários teóricos dependentistas, Almeida (2009), em sua tese de doutoramento, elenca: i) a identificação da estrutura centro-periferia; ii) a caracterização da “nova dependência”; iii) a presença de uma análise histórica da formação das relações mundiais; e iv) a concepção de que

a dependência não é determinada exclusivamente por fatores externos. Sobre a primeira, afirma que é uma ideia comum aos dependentistas, porque estes entendem não ser possível compreender a formação e a perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência sem a análise do modo de vinculação entre sociedades centrais e periféricas. Sem dúvida Furtado concorda com tal perspectiva, uma vez que buscava, desde o período em que trabalhava na CEPAL, investigar o Brasil, a América Latina e o mundo a partir da situação de subdesenvolvimento e suas particularidades, em contraste com as nações desenvolvidas, conforme apresentado nos capítulos anteriores desta dissertação.

Já a segunda diz respeito à identificação da “nova dependência”, isto é, das novas formas que a dependência assume ao longo do tempo de maneira a acarretar um desenvolvimento desigual. Em virtude das relações de dependência, a lógica acumulativa, a estrutura produtiva e até as relações sociais assumem características particulares que fortalecem o vínculo com o exterior (ALMEIDA, 2009). Furtado também caracterizou essa “nova dependência” ao pesquisar a respeito da emergência das transnacionais, utilizando inclusive conceitos – como “dependência externa”, “dependência tecnológica” e “dependência financeira”, que serão esclarecidos na segunda seção deste capítulo – para indicar o modo como a condição de dependência adquire crescente complexidade, reproduzindo-se e aprofundando-se.

Sobre a terceira característica, o autor aponta que os dependentistas concordam que a situação de dependência “não pode ser entendida à revelia da história das relações do sistema econômico mundial” (ALMEIDA, 2009, p. 88). Essa é uma característica do método histórico-estrutural de Furtado, que será discutido na primeira seção deste capítulo. Por fim e principalmente, Almeida (2009) aponta que o que une os dependentistas é a própria concepção da categoria “dependência”, que traz consigo a ideia da articulação “inter-classes” no interior dos países dependentes e da relação “intra-classes” entre o centro e a periferia. Assim, os dependentistas discordam que a dependência seja determinada exclusivamente por fatores exógenos. Tal perspectiva, conforme sublinhamos no capítulo anterior, integra o pensamento teórico de Furtado a partir da década de 1970, quando o autor investiga as relações de dominação cultural e as estruturas internas que permitem a reprodução da dependência.

Em face de todas essas considerações, é possível constatar que não cabe aqui classificar os teóricos dependentistas em “vertentes” da Teoria da Dependência, ou argumentar que Furtado – ou Furtado e Sunkel, conforme enunciam Palma (1978), Fiori (1995) e Bresser-Pereira (2010) – integra uma “corrente” dependentista, tendo em vista um agrupamento pré-definido de características. Cada teórico dependentista desenvolveu uma teoria distinta, que pode ser mais ou menos próxima da interpretação de outros colegas, mas que trazem em si

características e problemáticas únicas, cada uma a sua maneira. O que permite que esses sejam identificados como teóricos da dependência é a percepção comum, a partir do resgate histórico da formação e consolidação da estrutura centro-periferia, das relações de classe no plano interno que estabeleceram uma articulação externa específica, que conforma a condição de dependência; condição essa que transmuta sua forma de manifestação para continuar se reproduzindo e aprofundando no tempo e no espaço.

Assim, este capítulo dedica-se, a partir do esclarecimento do método histórico-estrutural de Celso Furtado, a apresentar e deslindar a Teoria da Dependência do autor para, posteriormente, discutir as condições sob as quais o horizonte de possibilidades se abre para a superação da condição de dependência.

4.1 Esclarecimentos metodológicos

Antes de introduzir a Teoria da Dependência de Furtado, é necessário realizar breves considerações a respeito do método do autor. Denominado “histórico-estrutural”, difere substancialmente de seu homônimo utilizado por outros estruturalistas latino-americanos que focaram na questão da dependência, como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Osvaldo Sunkel. Os primeiros – Cardoso e Faletto – se fundamentam numa abordagem dialética a respeito da interação entre elementos históricos e estruturais para investigar o modo como a transformação das estruturas resulta da síntese das relações históricas entre a atividade humana canalizada para conservar as estruturas e a atividade direcionada para derrubá-las. Sunkel também se apoiava na dialética ao estabelecer que a luta de contradições explica os fatos que orientam o processo histórico. Em sua perspectiva, os fenômenos devem ser abstraídos de modo a formular uma hipótese totalizante que, posteriormente, deve ser testada através da história (BOIANOVSKY, 2015).

O método histórico-estrutural de Furtado, por sua vez, não aplica a mesma ideia de síntese dialética da luta de opostos, nem emprega a história como teste após formular uma hipótese totalizante. Contrariamente, a história é utilizada como ponto de partida, uma vez que esta permite estabelecer uma visão global. Segundo Boianovsky (2015), o método histórico-estrutural de Furtado implica o encadeamento de modelos abstratos e processos históricos concretos para a construção de uma perspectiva totalizante do desenvolvimento econômico, empregando conteúdos interdisciplinares das ciências sociais. Deste modo, a partir da história compreende-se a estrutura que deve ser lida como a própria manifestação da resistência à

transformação, para além de um conjunto de elementos estáveis adequados para a análise de variáveis econômicas.

Nesse sentido, as relações estruturais estáveis que alicerçam os modelos econômicos abstratos não refletem a observação direta: são provenientes da abstração da realidade através da construção de esquemas gerais e simplificados (BOIANOVSKY, 2015). Fonseca (2009) destaca uma influência weberiana na construção metodológica de Celso Furtado no que se refere a esse caráter estrutural, uma vez que a elaboração de abstrações é, em grande parte, realizada a partir de tipos ideais estabelecidos pelo autor. Assim, ressalta que a utilização de tipos ideais é um instrumento metodológico limitado, isto é, “não tem a pretensão de esgotar o conhecimento nem de alcançar a ‘verdade’, mas sempre busca uma aproximação, com certo grau de probabilidade” (FONSECA, 2009, p. 875, grifo do autor).

Por esse motivo, a análise deve se originar na apreensão da história, uma vez que não há outro meio para discernir até que ponto é adequado simplificar a realidade em um modelo abstrato: a história permite a identificação de situações gerais que conformam uma estrutura comum e a incorporação de algumas mudanças estruturais no modelo sem perder-se em anacronismos (BOIANOVSKY, 2015). Em outras palavras, o tratamento histórico permite “compreender por que os parâmetros foram aqueles e não outros” (FONSECA, 2009, p. 876). Furtado está ciente que as relações econômicas estão situadas no tempo e no espaço, isto é, possuem historicidade. Dessa forma, os tipos ideais são utilizados de modo a conformar a aplicação específica do tratamento histórico em que as diversas partes que compõem a estrutura podem ser interpretadas como uma combinação, de maior ou menor intensidade, desses tipos ideais.²⁹

Em sua *Análise do “Modelo” Brasileiro*, Furtado (1978a) define seu método da seguinte maneira:

A partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, reduzir a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos da análise econômica. O corte temporal torna-se necessário a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal. (FURTADO, 1978a).

²⁹ Isso pode ser claramente exemplificado quando Furtado (1981), em sua *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, identifica quatro formas puras de apropriação do excedente nas sociedades dependentes: a) a apropriação integral do excedente pelo centro; b) a apropriação de parte do excedente por grupos dominantes da periferia que se identificam culturalmente com as sociedades centrais; c) a apropriação de parte do excedente por grupos dominantes da periferia que lutam contra as sociedades centrais pela hegemonia local; e d) a apropriação do excedente pelo Estado nas nações periféricas. Furtado salienta que a apropriação do excedente nas sociedades dependentes é uma mescla dos tipos b) e c), em que um ou outro tipo predomina em concordância com as condições históricas e estruturais específicas de cada sociedade.

Diante disso, a associação entre estrutura (forma) e processo (causalidade) é essencial para a compreensão do método histórico-estrutural de Furtado. Conforme indicado no capítulo anterior, o autor assimila a realidade simultaneamente por essas duas vias. A estrutura permite a apreensão da realidade como uma totalidade cujas partes estão inter-relacionadas. Sua projeção no tempo permite apreender a realidade como um processo no qual a história é captada como uma causalidade (BOIANOVSKY, 2015). A noção de causalidade é essencial porque os processos sociais não são pré-determinados historicamente, isto é, existe um horizonte de trajetórias pelas quais se pode optar em percorrer. Por esse motivo, Boianovsky (2015) enfatiza que o processo e a estrutura estão intrinsecamente ligados pela criatividade. Essa permite que o ser humano interfira no determinismo causal, abrindo um novo horizonte de opções: a ação criativa causa descontinuidades estruturais.

Sendo assim, o resgate dos parâmetros e do procedimento metodológico de Furtado é primordial para detalhar a Teoria da Dependência de Furtado, uma vez que esta é desenvolvida pelo autor através da interação entre estrutura e processo, ligados pela noção de criatividade – que foi elaborada pelo autor somente a partir da investigação da racionalidade instrumental e substantiva, de inspiração weberiana. Além disso e principalmente, tal resgate metodológico permite identificar o motivo dessa teoria ser explicitada através de processos históricos, e não por uma gama de pressupostos fixados previamente. Em outras palavras, o que virá a seguir *não é uma narração histórica do modo como se estabeleceu a dependência na América Latina: é a Teoria da Dependência tal como desenvolvida por Celso Furtado, seguindo seu método histórico-estrutural.*

4.2 A Teoria da Dependência de Celso Furtado

O primeiro contato das atuais sociedades dependentes com os atuais países centrais europeus ocorreu em consequência da expansão marítima dos séculos XV e XVI. Esse evento foi impulsionado pelo objetivo de estabelecer novas rotas de comércio de modo a mitigar os obstáculos de escassez de oferta e preços elevados, devidos ao monopólio do comércio por algumas regiões. Em síntese, foi um imperativo do capitalismo mercantil, que exigia permanente expansão. A colonização ocorreu de forma heterogênea entre as diversas regiões do mundo, entretanto, tais formas podem ser classificadas em dois diferentes grupos. O primeiro deles engloba regiões como América do Norte e Oceania que, em primeiro momento, foram colônias subordinadas politicamente e economicamente às metrópoles. No entanto, o encadeamento dos processos históricos pelos quais tais sociedades passaram – desde a

imigração em massa de europeus, a luta por emancipação, a inserção competitiva no comércio internacional e as políticas governamentais protecionistas – culminaram no seu desenvolvimento.

O segundo grupo, cujo principal exemplo é região da América Latina, percorreu uma trajetória histórica divergente que culminou na situação de dependência e em seu subdesenvolvimento. A primeira manifestou-se originalmente na forma de dependência política: os representantes políticos eram pessoas designadas pela metrópole; as decisões na esfera política serviam aos interesses da metrópole; e as instituições e leis refletiam o arcabouço político da metrópole. As relações de dominação-dependência no quadro colonial estenderam-se para a esfera econômica através do estabelecimento de vínculos comerciais nos quais, por imposição política, o excedente revertia em sua quase integralidade para a metrópole.

Com o processo de Revolução Industrial e a independência política das antigas colônias, a relação de dependência transfigura-se, assumindo duas formas de manifestação: dependência externa/econômica e dependência cultural. A primeira aparece através da especialização geográfica, justificada pela lei das vantagens comparativas, que impulsionou a inserção das regiões dependentes no sistema de divisão internacional do trabalho, por meio da especialização no setor primário-exportador. O comércio internacional produz excedente, que é – em menor parte – apropriado autoritariamente pelos grupos dominantes locais. O excedente apropriado por essas elites passa a ser utilizado para importar produtos de mais alto grau de complexidade, concebidos e fabricados por meio de uma tecnologia adequada às exigências – poupadoras de mão-de-obra – dos países desenvolvidos: as mercadorias importadas incorporam esse padrão tecnológico. Devido à discrepância de complexidade entre as estruturas produtivas e os níveis de acumulação centrais e periféricos, os preços dos produtos destinados à exportação de ambas as partes diferem substancialmente. A capacidade de importação na periferia, sob tais condições, sofre gradativamente maior corrosão devido à deterioração dos termos de intercâmbio, intensificando o – já problemático – desequilíbrio de seu balanço de pagamentos. Assim consolida-se a dependência externa/econômica.

O processo descrito no parágrafo anterior reflete as relações de dependência percebidas num plano mais imediato. Tais relações podem ser esclarecidas com maior profundidade a partir do conceito de dependência cultural. O acesso à civilização industrial dos países dependentes fez-se por via indireta, isto é, importavam-se produtos que incorporam um padrão tecnológico mais complexo sem que, internamente, as forças produtivas fossem desenvolvidas suficientemente para possibilitar sua fabricação (FURTADO, 1978b). Esses produtos – bem como o processo produtivo empregado para produzi-los – foram concebidos tendo em vista as

necessidades e a cultura dos países centrais, não possuindo correspondência com a matriz cultural e estrutural dos países dependentes³⁰.

A difusão da civilização industrial, portanto, não se efetuou apenas em termos materiais, pois foi também ideológica. Além de produtos, importava-se um modo de vida e comportamento, um padrão cultural. Nesse sentido, as elites dos países dependentes passaram a se identificar culturalmente com as sociedades europeias, buscando reproduzir seus valores e modo de vida e renunciando à matriz cultural interna, presente nas massas. “O povo”, nas palavras de Furtado (1984, p. 23, grifo do autor), “era reduzido a uma referência negativa, símbolo do *atraso*, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística”. Isso porque o forâneo foi tomado como modelo civilizatório, como uma finalidade a ser alcançada. Os valores e a racionalidade instrumental intrínsecos à civilização industrial europeia foram incorporados pelas elites dos países dependentes. Destarte, tais elites direcionavam o excedente apropriado internamente – via intensificação da concentração da renda – para a mimetização dos padrões de consumo forâneos. Tal processo, denominado modernização, é a manifestação material da dependência cultural.

Todas essas relações, fundamentadas na articulação interno-externa de exploração da massa da mão-de-obra e aprofundamento da concentração da renda, vieram a condicionar a orientação do processo acumulativo na periferia e seu modelo de industrialização dependente baseado na substituição de importações. Para fabricar internamente os produtos que antes eram importados fez-se necessário importar bens de capital. Nesse sentido, a dependência externa transfigura-se em dependência tecnológica. Quando um país é dependente tecnologicamente, ele não produz tecnologia própria, orientada para resolver os problemas internos daquela sociedade em particular, de acordo com sua própria história e respeitando suas peculiaridades (FURTADO, 1998). Desta forma, ocorre uma mudança qualitativa em sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho: a mimetização passa a se realizar não só no plano da adoção de padrões de consumo, mas também na tentativa de reprodução do processo de industrialização do centro, o que enraíza a dependência no sistema produtivo da periferia.

A dependência cultural assume papel central em tal processo através da disseminação da ideologia do desenvolvimento (FURTADO, 1978b), que marca o abandono da doutrina das

³⁰ Furtado denuncia, no livro *O Capitalismo Global*, o “falso neutralismo das técnicas” (FURTADO, 1998, p. 47), ou seja, revela a insuficiência da concepção amplamente propagada na ciência econômica de que as transformações tecnológicas e técnicas produtivas eram uniformes e desconectadas das heterogeneidades culturais e históricas da região específica onde elas foram desenvolvidas.

vantagens comparativas e a incorporação de um discurso de solidariedade internacional para auxiliar os países “emergentes” que estão “em desenvolvimento” a alcançar os países desenvolvidos, que se encontram “em uma *etapa* superior”. Isso seria realizado por meio da emulação da industrialização dos países centrais. Ademais, a dependência cultural também se metamorfoseia no transcurso do processo de industrialização em virtude da ascensão da classe média. A “apreciação do forâneo” (RODRÍGUEZ, 2007) permanece, mas a propensão a dissociar-se completamente da cultura popular se dissipa: o povo e as classes médias aproximam-se gradativamente, em consequência da urbanização provocada pela industrialização. A hegemonia norte-americana, ao se estender para o plano cultural, irradia sua cultura de massas em direção às classes médias dependentes; as últimas contribuem para a transmissão dessa cultura de massas para os setores populares da sociedade. Em última instância, o potencial criativo cultural popular sofre crescente descaracterização (FURTADO, 1984). É dessa maneira que a dependência se enraíza profundamente na matriz cultural dos diversos estratos sociais das nações periféricas.

Para continuar avançando, a industrialização por substituição de importações necessita de constante importação de tecnologia. Como o progresso técnico nas economias centrais se realiza de maneira cada vez mais rápida, a pura e simples importação de bens de capital torna-se inviável, fazendo-se necessária – para seguir com a mesma dinâmica de industrialização, sem redirecionar a lógica acumulativa – a inserção passiva das economias dependentes no cenário internacional, de modo a obter acesso ao fluxo de inovações engendradas pelas economias desenvolvidas. Tal inserção passiva efetiva-se através da criação de filiais das empresas transnacionais nos países dependentes: transferem-se, dessa maneira, os centros de decisão para o exterior. A burguesia nacional associa-se com a burguesia forânea, uma vez que é mais proveitoso lucrar em uma posição subordinada do que desafiar o poder – representado pelo aporte de recursos financeiros, pela disponibilidade de tecnologia e informações privilegiadas, além de isenções de tarifas e aliança com outros blocos no poder (FURTADO, 1978b) – das transnacionais.

Observando o mesmo processo por outro ângulo: a grande empresa transnacional almeja apenas sua própria expansão diante da concorrência com outras. Por tal motivo, busca ultrapassar as fronteiras de seus países para se beneficiar das flexibilidades legislativas e regulamentares dos mercados dependentes e reduzir seus custos instalando filiais em regiões que não possuem uma organização de trabalhadores com substancial poder de barganha no sentido de elevar os salários reais. Institucionaliza, dessa forma, o aprofundamento da divisão do trabalho em âmbito internacional. A relação estabelecida de transferência de renda na

direção periferia-centro segue o mecanismo interno-interno e interno-externo de concentração da renda: em primeiro momento, tal concentração ocorre no interior dos países dependentes; posteriormente, esta se efetiva em escala internacional, com a reversão do excedente para os países nos quais as matrizes se encontram. Esse processo reforça o sistema de dominação, tanto no quadro nacional quanto no cenário global (FURTADO, 1977, 1978b).

Deve-se destacar que o modo de operação das transnacionais reflete os interesses das matrizes: o centro coordenador de decisões não está conectado com as necessidades das sociedades dependentes. Ao conquistar hegemonia no sistema produtivo dos países dependentes, corrói-se a autonomia de tais Estados nacionais para efetuar políticas de desenvolvimento. Além disso, o processo de transnacionalização acelera tanto o arraigamento do modo capitalista de produção no cenário global quanto a irradiação da matriz cultural dos centros dominantes, já que a estrutura de poder forânea – representada pelos centros de decisões das transnacionais – é articulada para condicionar o comportamento de amplos segmentos das sociedades, desde as classes médias até as populares (FURTADO, 1977, 1978b).

Esse processo, que posteriormente recebe a alcunha de globalização, desarticula as estruturas produtivas da periferia e seus centros nacionais de decisão, homogeneíza os padrões de cultura, comportamento e consumo em âmbito plurinacional e propulsiona a reprodução ampliada do capitalismo. A burguesia nacional das sociedades dependentes, desorganizada, torna-se impossibilitada sequer de conceber um projeto nacional. O imperativo pela inserção internacional é intensificado e impulsiona a ampliação da desregulamentação comercial e financeira. Torna-se necessário manter elevadas taxas de juros para “acalmar os especuladores” (FURTADO, 1998, p. 73) e assegurar os fluxos de capital financeiro em direção à periferia. Ora, “o preço a pagar para ter acesso” a vultosos montantes de capital e se inserir no fluxo internacional de inovações foi “nada menos do que aceitar novas formas de dependência” (FURTADO, 2014, p. 475). A dependência tecnológica aprofundou-se de modo a se transmutar em dependência financeira. Nos países dependentes, choques originados no cenário internacional são introjetados facilmente e possuem consequências desastrosas: a vulnerabilidade externa, portanto, aparece como a manifestação dessa dependência financeira.

A dependência, portanto, manifesta-se de diversas maneiras no decorrer do processo histórico, ou seja, é localizada no tempo e no espaço e vai se transmutando, reproduzindo e aprofundando. A mesma essência da dependência – a relação estrutural específica, estabelecida historicamente, em que o sistema de poder interno permite a reprodução de uma articulação externa, na qual os vínculos externos de dominação se aprofundam – está presente em todas as suas formas de manifestação. Nesse sentido, a dependência é o ingrediente político do processo

histórico que engendrou o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (FURTADO, 1998), isto é, “o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência” (FURTADO, 1974, p. 87). Assim, a superação do subdesenvolvimento não se faria possível sob a condição de dependência (FURTADO, 1974); é necessário, portanto, superá-la. A superação da situação de dependência também faz parte da Teoria da Dependência de Celso Furtado; entretanto, essa perspectiva será melhor discutida no próximo capítulo, em que estabeleceremos uma comparação entre essa e a Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

4.3 A superação da dependência: um diálogo entre Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em seu livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), publicado pela primeira vez em espanhol no ano de 1969, fazem um estudo sociológico, utilizando uma interpretação marxista a respeito da dimensão político-social dos condicionantes internos e externos dos vínculos de dominação e dependência entre os países centrais e a região latino-americana. Concebendo o desenvolvimento como um processo social, os autores fazem uma crítica às análises economicistas acerca da transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, assentada na criação de um setor dinâmico nacional que permitisse internalizar os centros de decisão, e seu embasamento em teorias que tratam sobre a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas.

Além disso, os autores criticam a utilização do conceito de subdesenvolvimento tal como proposto inicialmente por Furtado – que alude, principalmente, a elementos estruturais como concentração da renda, predominância de atividades ligadas ao setor primário, setor externo como elemento dinamizador da economia e um sistema produtivo com baixo grau de diferenciação. Segundo Cardoso e Faletto, essa é apenas a forma de manifestação do subdesenvolvimento, a sua aparência. Segundo os autores, o subdesenvolvimento é uma situação histórica particular que tem origem nas vinculações e conexões entre os países centrais e periféricos, a partir da difusão do modo capitalista de produção – inicialmente em sua forma comercial e, posteriormente, industrial –, integrando no mercado economias com diversos graus de diferenciação do sistema produtivo. Assim como Furtado, descartam a hipótese de que o subdesenvolvimento seria simplesmente uma etapa pela qual as sociedades passariam, necessariamente, para lograr o desenvolvimento, e argumentam que tal situação ocorre quando

certos países ocupam uma posição subordinada nas relações de poder da estrutura do capitalismo em nível internacional (CARDOSO; FALETTO, 1970).

Assim, para definir a situação de subdesenvolvimento, é necessário formular análises para além de possíveis modelos, variáveis e elementos presentes nas estruturas econômicas e sociais e centrar a investigação em sua historicidade, examinando o modo de inserção das economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem esquecer o papel das lutas entre os grupos sociais internos e as relações destes com o exterior. Para isso, segundo eles, além de ser preciso admitir a existência da dependência nas situações de subdesenvolvimento, identificando a forma como os padrões de dominação influenciam nas decisões a respeito da produção e do consumo a partir de interesses externos, é preciso ter em conta que os interesses internos também moldam as feições da dependência. Isso ocorre uma vez que “o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 30).

No decorrer desta dissertação, já discorremos a respeito da reorientação teórica de Celso Furtado que permitiu a transformação de sua concepção de subdesenvolvimento. Anteriormente, esta, de fato, continha em si a noção da estrutura periférica possuir um caráter híbrido tendo em vista a convivência entre setores tradicionais, pré-capitalistas, e modernos, tipicamente capitalistas. Porém, a associação, no sentido de entender como sinônimos, do subdesenvolvimento ao hibridismo estrutural e ao desequilíbrio ao nível dos fatores, e do desenvolvimento ao desaparecimento dessas características foi abandonada pelo autor. Isso se deu pela incorporação da dimensão cultural e da categoria “dependência” em sua interpretação teórica. Tal reorientação de pensamento levou Furtado a se dissociar de fundamentações anteriores que postulavam que o subdesenvolvimento era uma imposição meramente externa, levando-o a crer que a dinâmica interna entre grupos e classes era fator necessário à reprodução da situação de dependência.

Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), Cardoso e Faletto colocam a categoria de “dependência” como imprescindível para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. Portanto, para interpretar adequadamente o desenvolvimento dependente definido pelos autores, deve-se abordar as determinações do conceito de “dependência”. Em primeiro momento, é necessário compreender que, segundo ambos, a interpretação que considera a dependência como uma situação em que os movimentos externos produzem efeitos que, mais do que condicionar, determinam os processos na periferia é destituída de sentido. Nas palavras dos autores:

[...] o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “consequências” internas. (CARDOSO; FALETTTO, 1969, p. 23).

Assim, a dependência é um fenômeno relacionado às vinculações entre os sistemas político e econômico, de acordo com as relações estabelecidas tanto no âmbito interno, dos grupos e classes entre si, quanto no plano externo, da vinculação destes com os agentes internacionais, caracterizando o modo como as estruturas e situações se conectam em um dado processo ou contexto histórico. Por isso, a dependência manifesta-se de maneira diversa em cada sociedade, dependendo das relações internas de lutas e alianças entre as classes; relações essas que, além de possibilitar a própria dependência, podem definir a dinâmica de expansão do capitalismo na periferia e dos subsistemas econômicos dependentes.

No capítulo *A dependência revisitada* do livro *As ideias e seu lugar* (1980), Fernando Henrique Cardoso elabora novamente – focando nos elementos metodológicos – uma caracterização da dependência. Esclarecendo que a teoria da dependência é um complemento da teoria do imperialismo leninista, o autor parte da dialética marxista como marco teórico-metodológico e argumenta que a categoria “dependência” não pode ser pensada alheia às demais categorias marxistas; por isso, a dependência consiste em uma unidade dialética dos elementos que condicionam o modo de produção capitalista e das especificidades de cada sociedade dependente.

Baseando-se nessa categoria, deixa claro que o processo histórico-estrutural se transforma por meio das ações e relações sociais entre grupos e classes de um modo dialético, de forma que a dependência é capaz de se metamorfosear e assumir um novo caráter. A partir da industrialização de algumas nações dependentes³¹, estas economias vão assumindo algumas características que qualificam uma “nova forma da dependência” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 127), sendo elas: uma estrutura econômica mais diversificada, com grande parte dos excedentes reinvestidos internamente – principalmente para desenvolver a indústria de bens de capital – e mão-de-obra especializada, com o setor terciário ampliando-se, de modo a melhorar os salários do ramo industrial e permitir a absorção da produção pelo mercado interno. Externamente, nesse caso, a vinculação dessas economias no mercado mundial é realizada através de investimentos diretos empreendidos pelos países cênicos, em particular intermediados por grandes empresas privadas.

³¹ Essa industrialização, na grande maioria dos países subdesenvolvidos, realizou-se assentada em um “padrão de sistema social excludente” (CARDOSO E FALETTTO, 1970, p. 124), produzindo bens para consumo das elites nacionais e promovendo a concentração da renda.

Fernando Henrique Cardoso, em *A Dependência Revisitada* (1980), esclarece sua concepção de desenvolvimento: a acumulação capitalista – categoria da ótica teórico-metodológica marxista que ele afirma utilizar – seria o mesmo que desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para ele, esse desenvolvimento (acumulação) capitalista não está ligado, necessariamente, às noções de redistribuição da renda, equidade regional e autonomia, sendo, por isso, possível admitir, simultaneamente, um processo de dependência e desenvolvimento capitalista, uma vez que este é, realmente, espoliativo, contraditório e desigual. Nas palavras do autor:

Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a ideia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. Nestes termos, não vejo como recusar o fato de que a economia brasileira ou a mexicana estejam desenvolvendo-se capitalisticamente. Nem se alegue que existe apenas um processo de “crescimento”, sem alterações estruturais. A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção. (CARDOSO, 1980, p. 76).

Portanto, o tipo de desenvolvimento que vai se desenhando através desse processo histórico é o desenvolvimento dependente associado, perfeitamente compatível com a heteronomia e a desigualdade social. De acordo com Cardoso e Faletto (1970), apesar de ser excludente, ainda é uma possibilidade de desenvolvimento capitalista, uma vez que está proporcionando a ampliação da acumulação e a complexificação e expansão da estrutura produtiva na periferia. Para eles, em uma situação de industrialização dependente, esse estilo de desenvolvimento é a forma na qual o capitalismo industrial se manifesta na periferia.

Celso Furtado, apesar de reconhecer a existência desse tipo desenvolvimento na periferia – particularmente quando trata da terceira fase do desenvolvimento dependente, na versão de 1971 de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* –, destaca que este é limitado e não homogeneiza as estruturas produtivas; não sendo, portanto, um desenvolvimento genuíno.

A partir das noções anteriormente apresentadas, é possível inferir que ambos os autores possuem noções similares do que seria a dependência. Porém, existem algumas ressalvas, assentadas na compreensão discrepante, dos dois intérpretes, do que é desenvolvimento. Celso Furtado realiza um diagnóstico da situação de dependência e subdesenvolvimento na América Latina e apresenta uma proposta. Cardoso – tanto em seu livro com Faletto, quanto em seus escritos posteriores – se vale da metodologia marxista materialista dialética para, somente,

realizar um diagnóstico acerca da dependência da América Latina e da possibilidade de desenvolvimento capitalista na região.

Fernando Henrique Cardoso, ao trabalhar com a metodologia e as categorias marxistas, analisa somente o modo de produção capitalista e a forma pela qual o capitalismo se manifesta na periferia. Desenvolvimento capitalista, para ele, é o desenvolvimento do sistema capitalista, ou seja, a reprodução e ampliação da acumulação. Segundo o pensamento do autor, o crescimento econômico possibilitado pela penetração e evolução do capitalismo industrial e financeiro nas estruturas subdesenvolvidas implica redefinições no sistema social de dominação, não necessariamente autônomas, com modificações na estrutura organizacional, na produção e no consumo dessas economias. Sendo assim, depreende-se que a alternativa possível para os países latino-americanos, dentro do modo de produção capitalista, é o *desenvolvimento dependente associado*, que, apesar de aprofundar as relações de dependência tecnológica e financeira e ampliar a desnacionalização da estrutura produtiva, é um projeto capaz de conferir o dinamismo suficiente para transformar as estruturas internas – desenvolvendo, portanto, o capitalismo na região. Essa concepção de desenvolvimento dependente associado tende a admitir a heteronomia e a concentração da renda, indicando uma possível redução da heterogeneidade, senão social, ao menos produtiva.

Por outro lado, para Celso Furtado, o desenvolvimento dependente não seria um desenvolvimento genuíno, apenas uma reprodução e aprofundamento da situação de subdesenvolvimento e dos vínculos de dependência. Isso porque sua concepção antropológica de desenvolvimento engloba a transformação das estruturas e a ampliação do horizonte de possibilidades que desafiam a inventividade do ser humano; isto é, o desenvolvimento está associado à criatividade. De acordo com o autor, o excedente abre um horizonte de opções por meio do qual o homem inova – cria, intencionalmente, invenções. Porém, essa capacidade criativa do homem só pode ser chamada de desenvolvimento quando este procura enriquecer o próprio universo de valores através do descobrimento de si mesmo (FURTADO, 1984). Portanto, o desenvolvimento desdobra-se em dois planos da criatividade humana: o dos valores e o das técnicas (HERRLEIN, 2014).

O plano das técnicas, que se situa no nível da operação dos meios adequada aos fins, sob os critérios de racionalidade instrumental que definem a orientação do processo acumulativo capitalista, com a formação e difusão da civilização industrial, adquiriu o estatuto de fim último do desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento deve englobar finalidades mais amplas para se realizar de fato, isto é, o vetor das técnicas deve estar conectado com a criatividade cultural no plano dos valores para que se possa transformar o contexto histórico e

social, no sentido de alcançar vidas valoradas e valiosas. O desenvolvimento em determinada coletividade humana transcorre, assim, de forma a enriquecer a própria cultura, com criações que são adequadas, preservam e transformam as suas identidades, especificidades e heterogeneidades, para, deste modo, contribuir para a civilização mundializada (FURTADO, 1984; HERRLEIN, 2014).

O desenvolvimento, portanto, é um processo endógeno (FURTADO, 1984). Não apenas no sentido econômico e cultural, mas principalmente no sentido político. Isso significa que a própria comunidade deve ser responsável por definir conscientemente a orientação de suas prioridades, conforme as finalidades gerais daquele agrupamento social. Essas finalidades gerais são relacionadas não só com a satisfação das necessidades básicas da população, como também com a conquista de objetivos não-materiais, subjetivos, relacionados aos valores intrínsecos àquela cultura. Desse modo, as finalidades deveriam ser estabelecidas coletivamente, através de mecanismos democráticos (HERRLEIN, 2014).

O subdesenvolvimento, por não ser uma etapa, não se resolve automaticamente com o passar do tempo. Ele é cumulativo e persistente, tende a permanecer se agravando. Sua superação pode ser realizada unicamente através de uma ação política interventora (BRANDÃO, 2012), orientada para canalizar a criatividade humana para uma transformação social emancipatória, o desenvolvimento endógeno. No entanto, tal processo requer enfrentamento no plano internacional. É imperativo para as nações dependentes acumular recursos de poder para alterar as relações hierárquicas no cenário global e conquistar a recuperação de sua autonomia política, econômica e cultural, para lograr orientar o processo acumulativo conforme suas finalidades.

O ser humano possui papel ativo na transformação do contexto em que está inserido e necessita de autonomia para direcionar sua ação no sentido de realizar suas próprias potencialidades (HERRLEIN, 2014). Por estar conectada com a realização das potencialidades humanas, a ideia de desenvolvimento contém “ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo” (FURTADO, 1984, p. 105), uma vez que “as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador” (FURTADO, 1984, p. 105).

Portanto, de acordo com Furtado, apenas mediante o enfrentamento político e econômico, no cenário internacional, com a integração latino-americana buscando, redirecionar as relações Norte-Sul, e o esforço político, no contexto interno, empreendido por lutas sociais que conduzam o Estado no sentido de incentivar a cultura, a criatividade, a pesquisa científica

e garantir a satisfação das necessidades e direitos básicos da população – alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, cidadania, dignidade –, é possível superar a condição de subdesenvolvimento e romper com os vínculos de dependência, logrando o desenvolvimento endógeno.

5 Considerações Finais

Esta dissertação propôs-se a investigar se existe uma Teoria da Dependência na obra teórica de Celso Furtado. A hipótese trabalhada foi que, em virtude de sua reorientação teórica durante a década de 1970, na qual o autor realiza um esforço intelectual para enfrentar questões a respeito da especificidade da condição de subdesenvolvimento e das relações de dependência, complementando e ampliando antigos conceitos e elaborando novos, de modo a englobar o conteúdo de diversas ciências sociais, originou-se uma Teoria da Dependência, formulada ao longo de quatro livros: *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, *Prefácio a Nova Economia Política*, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* e *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*.

Para verificar tal hipótese, utilizamos a opção metodológica de analisar e interpretar as obras do autor, escolhendo as que melhor traduzem o pensamento teórico de Furtado ao longo da década de 1960 – *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, *Um projeto para o Brasil*, *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina*, *Dependencia externa y teoría económica* e *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Assim, para ilustrar a reorientação teórica do autor, foram priorizados os livros citados em sua autobiografia como derivados de seu esforço intelectual para compreender o mundo em sua totalidade. A partir dessa análise, foram extraídos os principais conceitos e suas significações e identificadas transformações nessas significações ao longo do tempo, bem como a formulação de diferentes categorias que adquirem centralidade. Além disso, tal investigação foi realizada com a necessária cautela de apontar a data da primeira publicação de cada livro, de identificar se houve reelaboração ou reescrita nas edições e republicações seguintes e, principalmente, de contextualizar cada obra, de acordo tanto com os acontecimentos e eventos principais no Brasil, na América Latina e no mundo, quanto com os eventos da vida política e intelectual de Celso Furtado.

A pesquisa permitiu constatar que, no início da década de 1960, Furtado possuía uma concepção de subdesenvolvimento intrinsecamente conectada com os conceitos de heterogeneidade tecnológica, desequilíbrio ao nível dos fatores e “dualismo estrutural”. Conforme o autor – em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* e na primeira edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* –, o subdesenvolvimento caracterizava-se pelo desajustamento entre a disponibilidade de fatores de produção (mão-de-obra e capital) e a tecnologia poupadora de

trabalho adotada; isto é, o subdesenvolvimento era um desequilíbrio ao nível dos fatores, resultante da inadequação tecnológica. Nesse sentido, em razão de tal desajustamento, a estrutura subdesenvolvida adquiriu uma série de características particulares que a diferenciava da estrutura central desenvolvida: a existência de um excedente estrutural de mão-de-obra, que permite que os salários reais se fixem ao nível de subsistência; a adoção de uma tecnologia especialmente elaborada para as especificidades dos países centrais, que condiciona a heterogeneidade no sistema produtivo e possibilita a ampliação do excedente estrutural de mão-de-obra; e a reversão da massa de lucros para os países desenvolvidos, que limita as condições materiais necessárias para transformar as estruturas internas.

O fenômeno do subdesenvolvimento, ainda nesses três livros, era explicado pelo “dualismo estrutural”, ou melhor, subdesenvolvimento era caracterizado pelo “dualismo estrutural”. Furtado argumentava que a expansão do capitalismo mercantil em direção à periferia permitiu a convivência pacífica entre setores capitalistas e setores pré-capitalistas, engendrando uma estrutura híbrida: a estrutura subdesenvolvida. Dessa maneira, com a finalidade de se expandir, o setor capitalista tendia a absorver, continuamente, a mão-de-obra existente no setor pré-capitalista. Uma vez desaparecido o hibridismo, desapareceria também o subdesenvolvimento; isto é, uma estrutura tipicamente capitalista era o mesmo que uma estrutura desenvolvida. Ademais, nessas obras, o autor ainda indica uma forma de mensuração do “grau” de subdesenvolvimento das economias e as separa em economias de “grau inferior” de subdesenvolvimento, que contêm os setores de subsistência e de exportação, e economias de “grau superior” de subdesenvolvimento, que possuem, além dos dois setores anteriormente citados, um ramo produtivo ligado ao mercado interno.

Percebemos, através dessas ideias, que as concepções básicas de subdesenvolvimento, desenvolvimento e capitalismo cabiam perfeitamente no esquema do “dualismo estrutural”: uma estrutura subdesenvolvida era uma estrutura dual; uma estrutura desenvolvida havia absorvido por completo o setor de subsistência, tornando-se tipicamente capitalista. O fenômeno do subdesenvolvimento nos países periféricos, portanto, era criado pelo desenvolvimento; seus problemas estruturais eram reflexo da condição que lhes foi imposta. O diagnóstico do processo de substituição de importações, fundamentado em tal perspectiva, culminava na conclusão de que as economias subdesenvolvidas possuíam uma tendência estrutural à estagnação.

Em *Um projeto para o Brasil*, a percepção de Furtado sobre o capitalismo começa a se transformar, a partir da investigação do fenômeno da transnacionalização das grandes empresas do centro. As novas características do capitalismo central, como a formação de conglomerados

capitaneados por grupos restritos que formavam centros decisórios, e a oligopolização em diversas esferas produtivas, tornam-se objeto de estudo de nosso autor, o que contribui para a ampliação de sua perspectiva. Nesse livro, Furtado nega que o subdesenvolvimento seja resultado do desequilíbrio ao nível dos fatores, declarando ser improcedente o argumento da inadequação tecnológica: os governos dos países subdesenvolvidos têm o poder de instituir políticas que permitam/induzem os empresários a optar por processos produtivos e equipamentos adequados às suas especificidades, porém não o fazem.

Então, ao abordar o tema da industrialização periférica, afirma que esta manifestou-se como diferenciação do sistema produtivo e descentralização das empresas. Os investimentos produtivos eram realizados predominantemente por firmas transnacionais por meio da criação de filiais, e as decisões estratégicas eram tomadas em função dos objetivos de expansão das matrizes pelos grupos que chefiavam tais empresas. Esse processo resultou na desarticulação dos sistemas econômicos nacionais dos países subdesenvolvidos e na relativa incapacitação das suas burguesias internas, o que esvaziava o poder local e a autonomia necessária para elaborar um projeto nacional e implantar políticas em prol do desenvolvimento. Nesse sentido, Furtado argumenta que o desenvolvimento que ocorria na periferia era um desenvolvimento dependente, em oposição ao desenvolvimento autônomo estabelecido nos países centrais, cujo elemento motor era o progresso técnico, que impulsionava a acumulação para, posteriormente, alterar o perfil da demanda. Na periferia, a alteração do perfil da demanda ocorria nos períodos iniciais, em virtude de elementos exógenos, exigindo a aceleração do processo acumulativo para o suprimento dessa procura. Dessa maneira, para prosseguir com o desenvolvimento dependente, era necessária a assimilação do progresso técnico gerado nos países desenvolvidos, uma vez que os países subdesenvolvidos não produziam tecnologia própria.

A dependência era, portanto, uma condição imposta; o desenvolvimento dependente era uma forma de desenvolvimento heteronômica resultante de fatores exógenos; e o progresso técnico estava na centralidade da análise de Furtado. No livro *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento na América Latina*, o autor analisa a tutela norte-americana sob a mesma perspectiva; entretanto, o foco principal estava nas relações hierárquicas de poder no plano internacional consolidadas durante o período da Guerra Fria. Ao tratar do desenvolvimento nos países centrais, Furtado refere-se aos conflitos de classe engendrados pela organização de trabalhadores que exigiam a ampliação de seus salários reais. Tais conflitos eram continuamente solucionados através do permanente progresso tecnológico, que permitia aumentos de produtividade. Já nas sociedades subdesenvolvidas, os conflitos de classe eram originados justamente pelo progresso técnico poupador de mão-de-obra, que excluía grande

parte da população do mercado de trabalho. Esses conflitos, por sua vez, só poderiam ser solucionados por meio da luta política.

No artigo *Dependencia externa y teoría económica* e no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro*, Furtado inicia uma revisão de seu pensamento anterior, incorporando e formulando novas categorias e modificando a significação de alguns de seus conceitos iniciais. No artigo, o pensador procura conciliar seu estruturalismo com a escola neoclássica, procurando correspondência entre suas elaborações anteriores a respeito dos centros de decisão e a teoria de alocação de recursos. A partir desse debate, o autor apresenta a substituição de importações como resultado do processo de modernização dos padrões de consumo das elites dos subsistemas dependentes; subsistemas esses integrados de maneira particular ao sistema global. Ao reescrever partes desse artigo no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, o autor identifica as fases do desenvolvimento dependente, que se inicia através da importação de produtos que incorporam as tecnologias centrais, impulsionando uma industrialização subordinada à incorporação dessa tecnologia alienígena e culminando na alienação de seus centros de decisão por consequência do processo de transnacionalização.

Já no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro*, o autor abandona a tese estagnacionista e redireciona a pesquisa para as características particulares do estilo de desenvolvimento brasileiro. Nesse livro, Furtado relaciona a significação do conceito de dependência com a assimilação desigual do progresso tecnológico, ainda conferindo ênfase ao último. Além disso, o autor amplia seu conceito de subdesenvolvimento, enunciando que se trata de uma forma de desenvolvimento particular das economias periféricas, cuja estrutura é marcada pela heterogeneidade tecnológica e social. Desse modo, o subdesenvolvimento se manifesta como uma situação de dependência estrutural em virtude da consolidação de relações assimétricas de poder em âmbito internacional, nas quais as sociedades subdesenvolvidas se inserem de maneira subordinada.

Durante a década de 1970, Furtado refunda seu pensamento alicerçado na centralidade do conceito “dependência”, a partir da incorporação de diferentes temáticas das mais variadas ciências sociais. O objeto de estudo de Celso Furtado foi ampliado: sua finalidade era entender o mundo como um sistema, uma totalidade em movimento na história; portanto, suas categorias deveriam ser universais, transcendendo modos de produção e englobando relações específicas. O autor nunca perdeu de vista o objetivo de teorizar a respeito do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, suas estruturas heterogêneas e relações específicas. No entanto, era necessário transformar sua abordagem, para permitir a complexificação da análise que uma compreensão da “totalidade histórica” requer.

Assim, com os livros *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, *Prefácio a Nova Economia Política*, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* e *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, Furtado constrói sua Teoria da Dependência, estabelecendo um novo quadro conceitual para discutir o sistema global e investigar, não só o subdesenvolvimento, mas as relações de dependência estabelecidas entre países centrais e periféricos, em que as estruturas sociais, políticas, institucionais e econômicas dos últimos não eram um reflexo de fatores exógenos, e sim resultado de uma articulação específica de poder no plano interno, que tecia os vínculos assimétricos de subordinação para com o exterior. Por conseguinte, a partir da incorporação do conteúdo antropológico em sua investigação, o autor conferiu nova significação aos seus conceitos fundamentais: dependência, subdesenvolvimento, desenvolvimento e capitalismo.

i) Dependência

A dependência é uma relação estrutural específica – situada no tempo e no espaço, sendo, portanto, histórica – em que o sistema de dominação interno permite, por intermédio da apropriação do excedente – que se manifesta através da concentração da renda –, a criação, reprodução e aprofundamento de vínculos externos de dominação. Essa se manifesta de diversas maneiras no decorrer dos processos históricos. Nesse sentido, o que antes Furtado identificava como as “fases do desenvolvimento dependente” passou a ser entendido como a transformação, aprofundamento e reprodução da dependência em suas variadas formas de manifestação: política, cultural, externa/econômica, tecnológica e financeira.

No processo de colonização, a dependência aparecia como dependência política: os governos dos países colonizados eram escolhidos pela ou respondiam diretamente à metrópole. Após a independência política, a dependência transmutou-se em dependência cultural e externa/econômica: as elites periféricas passaram a se identificar culturalmente com as sociedades dominantes, renegando a própria matriz cultural e tomando o externo como modelo de civilização; essas elites passaram a internalizar os padrões de consumo das sociedades centrais através da importação de produtos financiados com o excedente das atividades primário-exportadoras, configurando uma inserção dependente no sistema de divisão internacional do trabalho, que engendrava problemas no balanço de pagamentos, em vista da deterioração dos termos de intercâmbio.

O processo de industrialização por substituição de importações transfigurou a dependência externa em dependência tecnológica. Os produtos a serem fabricados internamente eram aqueles anteriormente importados, que incorporavam os padrões tecnológicos das sociedades centrais. Assim, para a continuidade desse modelo de industrialização, era

necessário importar máquinas, equipamentos e processos produtivos engendrados nos países centrais. A incapacidade das sociedades dependentes de produzir sua própria tecnologia, adequada tanto à disponibilidade de recursos naturais, produtivos e financeiros, quanto às singularidades cultural, histórica, social e climática, decorria não só da restrição da autonomia dos Estados-nacionais para formular um projeto de nação, mas também da articulação das elites dos países dominantes com os grupos privilegiados dos países dependentes, cujo interesse era perpetuar esse vínculo que os favorecia na apropriação do excedente.

Por fim, com as transformações no capitalismo internacional e a ascensão das empresas transnacionais, a inserção externa das economias dependentes transforma-se e a dependência passa a se manifestar como dependência financeira. A vulnerabilidade externa, a dependência de fluxos financeiros de capitais estrangeiros, a necessidade de manter elevadas as taxas de juros e a incapacidade para realizar política monetária são distintas formas de manifestação dessa dependência financeira. A superação da dependência dos países subdesenvolvidos é factível somente pelo enfrentamento de poder internacional: é necessário reivindicar a posse dos próprios recursos naturais não-renováveis; exigir a restituição do controle de seus mercados internos e estrutura produtiva; formular e implementar um projeto nacional que impulse a pesquisa, a ciência e produção de tecnologia própria; e pressionar para a modificação das relações econômicas internacionais. Além disso e principalmente, é imprescindível fomentar um desenvolvimento endógeno, que apresentaremos a seguir.

ii) Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento passou a ser compreendido por Celso Furtado como uma estrutura caracterizada por heterogeneidade tecnológica e produtiva, desigualdade social e regional, subemprego urbano e salários ao nível de subsistência. Essa estrutura foi engendrada pela situação de dependência; isto é, o subdesenvolvimento é a manifestação material da dependência na estrutura política, social, produtiva e cultural da periferia. Em outras palavras, a diferença entre os padrões de consumo modernizados e o atraso na acumulação decorrente do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas exterioriza-se como subdesenvolvimento. Esse fenômeno só pode ser apreendido em sua totalidade a partir da leitura histórica dos processos particulares de gênese e difusão da civilização industrial, que estabeleceu uma forma específica de inserção internacional das economias dependentes no sistema capitalista.

O subdesenvolvimento não é uma etapa; por conseguinte, não pode ser mensurado em intensidades ou graus de subdesenvolvimento. As estruturas subdesenvolvidas são diferenciadas: cada país periférico se insere de forma singular no sistema de divisão internacional do trabalho, conforme as particularidades das relações de dependência

estabelecidas. Em vista disso, não é possível classificar em “grau inferior” e “grau superior” as estruturas subdesenvolvidas conforme seus setores produtivos. Além disso, não deve ser interpretado como o mesmo que ou decorrente do desequilíbrio ao nível dos fatores em virtude da inadequação tecnológica: é um fenômeno mais complexo e envolve relações culturais de dependência. Não é possível adequar ou adaptar a tecnologia das sociedades centrais porque os produtos substituídos pela industrialização dependente pressupunham uma tecnologia específica para produzi-los. Assim, o desequilíbrio ao nível dos fatores é subproduto da industrialização dependente e do processo de modernização, que decorrem da prévia aculturação dos grupos sociais dominantes.

Por fim, o subdesenvolvimento não é uma estrutura híbrida, composta por uma combinação entre setores capitalista e pré-capitalista, isto é, não é o mesmo que “dualismo estrutural”. O mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos é multifacetado e envolve relações trabalhistas complexas: trabalho urbano informal, trabalho urbano protegido pela legislação social, trabalho rural assalariado e trabalho rural ligado à produção para subsistência. Realizamos uma discussão a respeito do suposto abandono do “dualismo estrutural” em Celso Furtado, concluindo que não é possível afirmar categoricamente que o autor tenha abandonado esse conceito. No entanto, este não se conecta da mesma maneira com a categoria de subdesenvolvimento, uma vez que, mesmo admitindo que existam relações pré-capitalistas de trabalho, o desaparecimento delas não acarretaria a suplantação do subdesenvolvimento, posto que a cisão entre mercado de trabalho informal e organizado permaneceria, bem como todas as outras características fundamentais da estrutura subdesenvolvida.

iii) Desenvolvimento

O desenvolvimento passou a ser analisado por Celso Furtado através do prisma da cultura, com a incorporação do conceito de “criatividade”. No seu ímpeto de estabelecer conceitos universais, que transcendam modos de produção, o autor ampliou e reelaborou a categoria “desenvolvimento”, para que pudesse englobar sociedades diversas: pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas. O desenvolvimento, portanto, está primordialmente vinculado à evolução do ser humano e sua ação criativa e secundariamente ao ambiente que o condiciona e limita.

Em vista disso, na concepção de Furtado, desenvolvimento é um processo endógeno. O excedente amplia o horizonte de opções pelo qual o homem pode direcionar sua ação criativa e produzir inovações. Essa capacidade criadora, quando conduzida por uma racionalidade finalística, isto é, quando parte da necessidade de conhecer a si mesmo, sua própria cultura e seu lugar no mundo e, principalmente, quando conectada com a criatividade política e cultural

para revolucionar o próprio universo de valores, é capaz de gerar descontinuidades estruturais e transformar o contexto no qual o ser humano está inserido, possibilitando o desenvolvimento genuíno.

O desenvolvimento endógeno é, sobretudo, emancipatório e visa alcançar vidas valoradas e valiosas para realizar as potencialidades do homem e transformar as estruturas que o limitam, no sentido de alcançar certas finalidades gerais. As finalidades gerais de uma determinada sociedade são coletivas e devem ser estabelecidas democraticamente; estão relacionadas tanto com a satisfação das necessidades básicas de todos, quanto com a conquista de objetivos específicos valorizados por aquela sociedade. Por isso, em tal conceito – aplicado às sociedades dependentes – encontra-se implícita a necessidade de suplantar a dependência cultural por meio do resgate dos próprios valores e da reconexão com sua própria cultura, de modo que seja possível estipular finalidades gerais da sociedade a serem alcançadas e iniciar um combate no plano internacional, a fim de reconquistar a autonomia necessária para conceber e implementar um projeto nacional e desencadear um processo endógeno de desenvolvimento, em que o processo acumulativo se encontra subordinado às finalidades substantivas da coletividade.

iv) Capitalismo

O capitalismo está intimamente relacionado com os processos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Quando Furtado reelabora as categorias de dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento, o conceito de capitalismo transforma sua significação. A compreensão de capitalismo que o autor possuía na década de 1960 estava relacionada com a questão do “dualismo estrutural”, sendo consideradas desenvolvidas as sociedades tipicamente capitalistas, e subdesenvolvidas as sociedades híbridas, que possuíam elementos capitalistas e pré-capitalistas combinados. A partir da centralidade da dependência em sua análise, o pensador passa a interpretar o capitalismo não como a manifestação do desenvolvimento, mas como uma formação sociopolítica que conforma relações de poder para impor vínculos sociais específicos, para ampliar o excedente e permitir que se transforme, com maior facilidade, em capital. O capitalismo, portanto, é uma forma de organização do poder, não só no plano externo, mas também no plano internacional; em vista disso, para existir, se reproduzir e se transformar, o capitalismo necessita de estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Considerando todos os conceitos apresentados e as transformações de suas significações, é possível argumentar, não só em favor de uma reorientação teórica no pensamento de Celso Furtado, mas também de uma reorientação no sentido da construção de

uma Teoria da Dependência. Os conceitos principais da interpretação do autor – subdesenvolvimento, desenvolvimento e capitalismo –, transformaram seu sentido justamente por causa da centralidade da categoria “dependência” em sua análise do sistema global. Apenas a partir do momento em que Furtado concebe a dependência como uma articulação interno-externa que envolve apropriação do excedente e relações assimétricas de poder em âmbito internacional, que tendem a se reproduzir e aprofundar, é que o autor repensa o lugar, o motivo e a função dos demais conceitos em sua Teoria, necessitando, portanto, reexaminar as relações que estes estabelecem entre si e ressignificá-los.

O método que o autor utilizou para formular sua Teoria da Dependência foi o método histórico-estrutural, no qual a estrutura/forma permite a apreensão da totalidade cujas partes são inter-relacionadas, e o processo/causalidade corresponde à necessidade de uma totalização histórica não-determinística dos processos e fenômenos, uma vez que a causalidade contém em si a noção de criatividade: a ação criativa do homem possibilita uma ruptura com a estrutura; o homem interfere no determinismo causal, abrindo um novo horizonte de possibilidades.

Tal maneira de enxergar a história – como possibilidade – e de estabelecer, fundamentado em sua análise e partindo da estrutura centro-periferia, as vinculações assimétricas de poder no plano internacional, que são possibilitadas apenas em razão das relações internas de dominação, que impulsionam a reprodução, modificação, aprofundamento e transformação das relações de dependência e de suas formas de manifestação é comum a todos os dependentistas. Não se pode argumentar em favor de “correntes” da Teoria da Dependência, uma vez que cada teoria é única e se apoia em metodologias e conceitos distintos. Entretanto, a categoria “dependência”, cuja significação é comum a todos os teóricos da dependência, deve ser central na análise das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim, confirmamos nossa hipótese inicial e concluímos o objetivo geral de apresentar que, em virtude de sua reorientação teórica no sentido de construir novas categorias e reelaborar antigos conceitos, Celso Furtado elaborou uma Teoria da Dependência.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Rosa Freire D'. Apresentação: Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009. p. 11–16.
- AGUIAR, Rosa Freire D'. Apresentação: Essencial Celso Furtado. In: AGUIAR, Rosa Freire D' (Ed.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013. p. 7–16.
- ALMEIDA, José Elesbão De. **Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. 2009. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BAMBIRRA, Vânia. Integracion monopolica mundial e industrializacion: sus contradicciones. **Sociedad y desarrollo: Revista Trimestral del Centro de Estudios Socioeconomicos - CESO**, Chile, v. 1, p. 53–80, 1972.
- BEAL, Marcos Antônio. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 232–256, 2016.
- BIANCONI, Renata. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória, p. 34, 2015.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. v. 1p. 15–68.
- BLOMSTRÖM, Magnus; HETTNE, Björn. **La teoría del desarrollo en transición**. Tradução Rosa Cusminsky. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. **Journal of Economic Methodology**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 413–438, 2015.
- BORJA, Bruno. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 16, 2012.
- BRANDÃO, Carlos. Prefácio: Essencial Celso Furtado. In: AGUIAR, Rosa Freire D' (Ed.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013. p. 17–26.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, p. 17–48, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A Dependência Revisitada. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Ed.). **As Ideias e Seu Lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 57–85.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CORRÊA, Carolina Pimentel. **As Teorias do Desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário Cepalino**. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COUTINHO, Mauricio C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 448–474, 2015.

CUNHA, Alexandre M.; BRITTO, Gustavo. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. **Cambridge Journal of Economics**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 177–198, 2017.

DOS SANTOS, Theotônio. **El nuevo caracter de la dependencia**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1968.

DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: um balanço. In: **A Teoria da dependência: Balanço e perspectivas Civilização Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 12–36.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. p. 215–230.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333–358, 2000.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 23, n. 1(89), p. 113–148, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Política e seu Lugar no Estruturalismo: Celso Furtado e o Impacto da Grande Depressão no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 867–885, 2009.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, Nova Iorque, v. 18, p. 17–31, 1966.

FRANK, André Gunder. Reseña participativa de las teorías latinoamericanas de desarrollo. In: **El Subdesarrollo del Desarrollo: Un ensayo autobiográfico**. 1. ed. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1991. p. 99–118.

FURTADO, Celso. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965. **Brasília: Presidência da República**, [s. l.], 1963.

FURTADO, Celso. Development and Stagnation in Latin America : A Structuralist Approach. **Studies in Comparative International Development**, Yale, [s. l.], v. 1, n. 11, p. 159–175, 1965.

FURTADO, Celso. Desequilíbrio ao nível dos fatores. In: **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967. p. 169–178.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. a.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1968. b.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e dependência externa. In: **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. a. p. 226–238.

FURTADO, Celso. Dependencia externa y teoría económica. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, v. 38, n. 150(2), p. 335–349, 1971. b.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. a.

FURTADO, Celso. Características Estruturais do Subdesenvolvimento. In: **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. b. p. 197–213.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. a.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. b.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1983.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.). **Celso Furtado e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 15–32.

HERRLEIN, Ronaldo. **A construção de um estado democrático para o desenvolvimento no século XXI**: [Texto de Discussão nº 1935]. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

KALVAN, Fábio Ricardo. **O lugar da Nação: estudo da abordagem da Nação no Dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2000. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LINS, Leonardo Melo. Racionalidade , criatividade e inovação na endogeneidade do desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 81–102, 2014.

MALLORQUIN, Carlos. El declive de la influencia de los intelectuales: entrevista a Celso Furtado. **Estudios Latinoamericanos**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 125–144, 1995.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. **Investigación Económica**, México, v. 29, n. 113, p. 87–104, 1969.

MARINI, Ruy Mauro; DE BRODY, Olga Pellicer. Militarismo y desnuclearización en América Latina: el caso de Brasil. **Foro internacional**, Ciudad de México, v. 8, n. 1 (29), p. 1–24, 1967.

MEADOWS, Donella H. et al. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

NABUCO, Maria Regina. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.). **Celso Furtado e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 59–70.

PAGLIOTO, Bárbara Freitas; CUNHA, Alexandre Mendes. Criatividade como liberdade: a relação entre cultura e desenvolvimento em Celso Furtado. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Ed.). **Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 115–133.

PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? **World development**, [s. l.], v. 6, n. 7–8, p. 881–924, 1978.

PIRES, João Ignacio. Dependência e Desenvolvimento na América Latina depois da Reforma do Estado: neomonopolismo e exclusão social. **Cinta de Moebio: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 7, p. 38–48, 2000.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

RODRÍGUEZ, Octavio. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim De (Eds.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1. ed. Barueri, SP: Editora Manole Ltda., 2007. p. 3–40.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SARAIVA, Renato. O conceito de Centros de Decisão Econômica nas obras de Celso Furtado: um esforço de formalização teórica e de aplicação prática na análise das relações internacionais. **Anais I Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em Mudança no Século XXI**, UFRGS, Porto Alegre, p. 1–17, 2015.

SILVA, Cléa [Vânia Bambirra]. Los Errores de la Teoría del “Foco”. **Monthly Review: Selecciones en castellano**, [s. l.], v. 45, p. 1–17, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. a. v. 1, p. 217–237.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.). **Celso Furtado e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. b. p. 129–154.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. v. 2, p. 589–608.